



INSTITUTO SUPERIOR DE
SERVIÇO SOCIAL DO PORTO

Entre Culturas: A experiência de Integração de Migrantes na Região do Cávado

Discente: Aparecida Nascimento Corrêa

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Serviço Social do
Porto para obtenção do Grau de Mestre em Serviço Social

Orientadora: Prof.^a Doutora Idalina Machado

Coorientadora: Prof.^a Doutora Sara Melo

Julho 2026

Entre Culturas: A experiência de Integração de Migrantes na Região do Cávado

Discente:

Aparecida Nascimento Corrêa

Dissertação

Apresentada ao Instituto Superior de Serviço Social do Porto
para obtenção do Grau de Mestre em Serviço Social

Orientadora: Prof.^a Doutora Idalina Machado

Coorientadora: Prof.^a Doutora Sara Melo

Julho
2026

Resumo

Nos últimos tempos, tem-se intensificado o debate em torno dos fluxos migratórios que chegam à Europa. Estas deslocações resultam, em grande parte, de crises políticas, económicas e ambientais, que levam muitas pessoas a sair dos seus países em busca de melhores condições de vida. Apesar de alguns discursos negativos, também presentes em Portugal, as políticas europeias tendem a reconhecer a migração como um contributo relevante para o desenvolvimento social e económico. Ainda assim, ao nível local, como na Região do Cávado, o aumento da população imigrante traz desafios específicos ao território.

Neste contexto, o conceito de aculturação assume importância, uma vez que envolve a interação entre culturas diferentes num processo recíproco. A integração é frequentemente apontada como a estratégia mais equilibrada, beneficiando tanto os imigrantes como a sociedade de acolhimento. No entanto, este processo enfrenta vários obstáculos, como a burocracia, a discriminação, a xenofobia e dificuldades no acesso a direitos e serviços.

O Serviço Social assume aqui um papel fundamental, não só na mediação entre imigrantes e instituições, mas também na promoção dos direitos humanos e na construção de uma sociedade mais inclusiva.

A investigação realizada seguiu uma abordagem qualitativa, com uma amostra intencional de imigrantes e assistentes sociais. A recolha de dados foi feita através de entrevistas semiestruturadas, sendo posteriormente analisados por análise de conteúdo.

Os resultados evidenciam as perceções dos imigrantes sobre a sua integração e destacam a importância do Serviço Social, bem como a perspetiva dos profissionais sobre os desafios existentes.

Palavras-chave: imigrante, integração, aculturação, políticas públicas e assistente social

Abstract

In recent times, the debate surrounding migration flows into Europe has intensified. These movements are largely the result of political, economic, and environmental crises, which drive many people to leave their countries in search of better living conditions. Despite some negative rhetoric, which is also present in Portugal, European policies tend to recognize migration as a significant contributor to social and economic development. Nevertheless, at the local level, such as in the Cávado Region, the increase in the immigrant population poses specific challenges for the area.

In this context, the concept of acculturation takes on importance, as it involves the interaction between different cultures in a reciprocal process. Integration is often cited as the most balanced strategy, benefiting both immigrants and the host society. However, this process faces various obstacles, such as bureaucracy, discrimination, xenophobia, and difficulties in accessing rights and services.

Social work plays a fundamental role here, not only in mediating between immigrants and institutions, but also in promoting human rights and building a more inclusive society.

The study employed a qualitative approach, using a purposive sample of immigrants and social workers. Data were collected through semi-structured interviews and subsequently analyzed using content analysis.

The results highlight immigrants' perceptions of their integration and underscore the importance of social work, as well as professionals' perspectives on existing challenges.

Key-Words: immigrant, integration, acculturation, public policy, social worker

Resumé

Ces derniers temps, le débat autour des flux migratoires vers l'Europe s'est intensifié. Ces mouvements sont en grande partie le résultat de crises politiques, économiques et environnementales, qui poussent de nombreuses personnes à quitter leur pays à la recherche de meilleures conditions de vie. Malgré certains discours négatifs, également présents au Portugal, les politiques européennes tendent à reconnaître la migration comme une contribution importante au développement social et économique. Néanmoins, au niveau local, comme dans la région du Cávado, l'augmentation de la population immigrée pose des défis spécifiques au territoire.

Dans ce contexte, le concept d'acculturation revêt une importance particulière, car il implique l'interaction entre différentes cultures dans un processus réciproque. L'intégration est souvent présentée comme la stratégie la plus équilibrée, profitant tant aux immigrés qu'à la société d'accueil. Cependant, ce processus se heurte à divers obstacles, tels que la bureaucratie, la discrimination, la xénophobie et les difficultés d'accès aux droits et aux services.

Le service social joue ici un rôle fondamental, non seulement dans la médiation entre les immigrés et les institutions, mais aussi dans la promotion des droits humains et la construction d'une société plus inclusive.

La recherche menée a suivi une approche qualitative, avec un échantillon intentionnel d'immigrés et de travailleurs sociaux. La collecte des données s'est faite par le biais d'entretiens semi-structurés, qui ont ensuite été analysés par analyse de contenu.

Les résultats mettent en évidence la perception qu'ont les immigrés de leur intégration et soulignent l'importance du travail social, ainsi que le point de vue des professionnels sur les défis actuels.

Mots-clés : immigré, intégration, acculturation, politiques publiques et travailleur social

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradecer à Deus, princípio e fim de todas as coisas.

Aos excelentíssimos docentes do ISSSP, pela partilha de conhecimentos e por contribuírem tanto para o meu crescimento pessoal e profissional.

À minha orientadora, Doutora Idalina Machado, por ter abraçado este projeto com tanta paixão desde o primeiro momento e foi a bússola que apontou o norte ao longo deste percurso.

À minha coorientadora, Doutora Sara Melo, que, com coragem, também acolheu este projeto já em andamento e foi a luz no caminho quando este pareceu turvo.

À coordenadora do curso, Doutora Sandra Mendes, por não ter desistido nem de mim nem deste projeto, mesmo quando eu própria já tinha perdido as forças.

A cada imigrante e assistente social que partilhou comigo, mesmo sendo uma desconhecida, as suas histórias de vida, de luta, de superação, sonhos e esperanças: o meu mais profundo agradecimento. Vocês fizeram-me querer ser uma assistente melhor e deram-me força para lutar por uma sociedade mais justa e solidária.

*“O país de acolhimento não é uma página em branco,
nem uma página escrita.
É uma página que se está a escrever”*

Amin Maalouf

Índice

Índice	VII
Lista de Gráficos	IX
Lista de Tabelas.....	X
Lista de Figuras	XI
lista de siglas	XII
Introdução.....	1
Capítulo 1. Enquadramento Teórico	3
1.1. Dinâmicas migratórias: perspetivas e implicações sociais	3
1.2. O reconhecimento da pessoa migrante no contexto europeu e português	6
1.2.1. <i>Contexto europeu</i>	6
1.2.2. <i>Contexto português</i>	7
1.3. A região do Cávado	11
1.4. Aculturação e migrações: uma abordagem teórica e prática	14
1.5. Integração: entre a complexidade do problema e a potencialidade da solução	16
1.6. A prática do Assistente Social e a defesa dos direitos humanos dos imigrantes	22
1.6.1. <i>Educar a sociedade para os Direitos Humanos</i>	25
Capítulo 2. Metodologia.....	28
2.1. Objetivos: geral e específicos	28
2.2. Estratégia de investigação: pesquisa de índole qualitativa	28
2.3. Amostra e participantes	29
2.3.1. <i>Ajustes ao projeto inicial</i>	30
2.4. Técnica de recolha de informação: entrevista semiestruturada	30
2.5. Considerações éticas.....	32
2.6. Procedimentos de tratamento dos dados.....	33
Capítulo 3. Vozes da Imigração: Análise e Interpretação dos Dados Empíricos.....	36
3.1. Retrato sociodemográfico dos participantes.....	36
3.2. Caminhos da migração: histórias, motivações e percursos	37
3.3. O processo de integração em análise: obstáculos e fatores facilitadores	39
3.3.1. <i>Obstáculos à Integração</i>	39
3.3.2. <i>Fatores facilitadores que promovem a integração</i>	41
3.3.3. <i>O olhar dos imigrantes sobre os serviços públicos</i>	41
3.4. Significados da integração e o papel do Serviço Social no discurso dos imigrantes	44
3.4.1. <i>Redes de apoio: alicerces da integração</i>	44
3.4.2. <i>O Serviço Social como agente de mediação e inclusão</i>	45
3.4.3. <i>Desafios atuais vivenciados pela população imigrante</i>	46
3.4.4. <i>Dar voz à mudança: contributo dos imigrantes para a melhoria social</i>	49

3.5. Entre dois mundos: vivências de adaptação e aculturação	51
3.5.1. <i>A experiência do acolhimento</i>	52
3.5.2. <i>Vivências de discriminação</i>	53
3.5.3. <i>Processos de aculturação</i>	54
3.6. Um olhar profissional acerca da integração e da prática interventiva	56
3.6.1. <i>Leituras profissionais sobre trajetórias dos imigrantes</i>	56
3.6.2. <i>Desafios de integração no contexto do Cávado</i>	57
3.6.3. <i>Sentidos e significados: a intervenção social vista pelos profissionais</i>	58
3.6.4. <i>Intervenção em ação: estratégias do Serviço Social no terreno</i>	59
3.6.5. <i>Culturas em diálogo: estratégias de aculturação</i>	60
3.6.6. <i>Constrangimentos e desafios na intervenção do Serviço Social</i>	62
3.6.7. <i>Reinventar caminhos: propostas para práticas mais inclusivas e sustentáveis</i>	64
Conclusão	66
Referências Bibliográficas	71
Anexos	77
Anexo 1. Guião de Entrevista Imigrantes	78
Anexo 2. Guião de Entrevista para Assistentes Sociais	82
Anexo 3. Informação ao Participante	83
Anexo 4. Consentimento Informado	92
Anexo 5. Grelha de análise de conteúdo das entrevistas	96

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Peso da população da região do Cávado na Região Norte de Portugal	12
Gráfico 2. Distribuição da população na Região do Cávado, por concelho.....	12
Gráfico 3. População estrangeira com estatuto legal de residente na Região do Cávado, entre 2020 e 2023	13

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. População estrangeira residente na Região Norte em 2020	13
Tabela 2. Conceitos-chave que o assistente social deve ter em consideração na intervenção junto à população imigrante e sociedade de acolhimento	26

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Estrutura conceptual que define os principais domínios da integração	20
Figura 2. Disparidades socioeconómicas entre os nacionais de países terceiros e os nacionais dos países de acolhimento na UE, 2023	21

LISTA DE SIGLAS

ACM: Alto Comissariado para as Migrações

AIMA: Agência para Integração Migrações e Asilo

CIM: Comunidade Intermunicipal do Cávado

CLAIM: Centro de Apoio Local a Integração de Migrantes

CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

ECRE: Conselho Europeu dos Refugiados e Exilados

EUAA: Agência da União Europeia de Apoio para o Asilo

FAMI: Fundo para o Asilo, Migração e Integração

IFSW: International Federation of Social Workes

INE: Instituto Nacional de Estatística

IPSS: Instituições Particulares de Solidariedade Social

MIPEX: Índice de Política de Integração de Imigrantes

OCDE: Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico

OIM: Organização Internacional para as Migrações

OM: Observatório das Migrações

ONU: Organização das Nações Unidas

PAM: Plano de Ação para as Migrações

REM: Rede Europeia das Migrações

SECA: Sistema Europeu Comum de Asilo

SEF: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

UE: União Europeia

INTRODUÇÃO

A presente investigação insere-se no âmbito do Mestrado em Serviço Social e constitui a dissertação intitulada “*Entre Culturas: A experiência de Integração de Migrantes na Região do Cávado*”. O desenvolvimento desta dissertação partiu da preocupação da autora em compreender o percurso de integração dos imigrantes em Portugal e qual o papel dos profissionais de serviço social nesse processo. Para o efeito, desenvolveu-se um trabalho de recolha de informações empíricas no terreno junto de imigrantes na Região do Cávado e de assistentes sociais que trabalham com esta população.

O mundo globalizado nunca esteve tão conturbado como nos dias atuais. Guerras que causam instabilidade política e alimentar, o crescente fosso entre ricos e pobres, as desigualdades económicas e as catástrofes naturais cada vez mais frequentes têm tido como efeito a deslocação de grandes grupos humanos em busca de uma vida melhor ou simplesmente uma fuga à dor, à fome e à miséria.

Apesar deste movimento não ser recente, estas deslocações nunca estiveram tão presentes nos meios de comunicação e no debate político quanto hoje. Com o crescimento dos partidos populistas na Europa, os discursos de ódio tornaram-se o ponto principal da agenda política, sendo utilizados para fomentar o medo contra o imigrante. Sentimos, assim, uma grande dicotomia entre economias, serviços e demografia que dependem da população imigrante e, por outro, discursos políticos que afirmam que a imigração traz insegurança, ameaça identitária e pressão sobre os serviços públicos.

Desde 2015, com a chamada “crise imigratória” (OCDE, 2024; OIM, 2024; Parkes & Pauwels, 2017), Portugal foi um dos primeiros países a receber os imigrantes e estabelecer planos de integração. Dez anos se passaram de um acolhimento massivo e sem novos investimentos em recursos humanos, financeiros e técnicos, e a questão que se coloca é: qual a qualidade deste acolhimento hoje?

Ao longo desta investigação veremos que, quando as políticas de integração são bem aplicadas, não são apenas os imigrantes que ganham, mas a sociedade como um todo. No cerne da investigação encontra-se o conceito de integração, que não se trata de uma mera regularização administrativa, mas de um processo de pertença, participação e reconhecimento individual e coletivo, que depende também da sociedade civil.

Aquilo que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Nações Unidas, 2017) declara como sendo direitos de todo e qualquer ser humano, muitas vezes para estas pessoas torna-se um

grande obstáculo. O acesso à habitação, à saúde e ao mercado laboral torna-se, muitas vezes, uma barreira, especialmente na região do Cávado, aumentando os riscos de pobreza e exclusão social.

Cabe aos assistentes sociais analisar, refletir e agir sobre estas questões, promovendo a participação ativa, a coesão social e a integração. Destaca-se o seu papel como promotor dos Direitos Humanos, baseado no código de ética e na intervenção em situações de desigualdade, vulnerabilidade e exclusão.

A dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, enquadramento teórico, articulam-se contributos sobre o processo de integração, aculturação e intervenção, incluindo as dinâmicas das migrações, o reconhecimento legal da pessoa migrante no contexto internacional e nacional, e em particular na região do Cávado. Recorre-se ao conceito de aculturação (Berry, 1997; Berry 2001; Berry, 2005; Berry et al., 2006; Berry & Sam, 2006), com as estratégias de integração, assimilação, separação e marginalização e apresenta-se o quadro conceptual de Ager e Strang (2008), que organiza a integração em domínios como emprego, habitação, educação, saúde, vínculos sociais, idioma, segurança e cidadania. Termina-se com uma reflexão sobre a prática profissional do assistente social orientada pela justiça social e Direitos Humanos.

No segundo capítulo explicitam-se os pressupostos metodológicos que orientaram a pesquisa realizada, dando destaque ao tipo de investigação, à técnica de recolha de dados, à construção da amostra, procedimentos de tratamento dos dados, pressupostos éticos e limitações encontradas.

No terceiro capítulo realiza-se a análise dos dados, descrevendo as experiências vividas por imigrantes e assistentes sociais, incluindo obstáculos, fatores facilitadores, estratégias de aculturação e propostas para um melhor acolhimento.

Em conclusão serão referidos os aspetos mais relevantes desta investigação. A pertinência desta investigação reside na possibilidade de elaborar estudos que sejam úteis para a ação. Ao dar centralidade às vozes dos migrantes e aos olhares dos profissionais que os acompanham, o estudo contribui para compreender como políticas e serviços se materializam, ou falham, no quotidiano, quais os pontos críticos do percurso de integração e que práticas e estratégias podem ser reforçadas, ou ainda implementadas naquele território. Em última instância, pretende-se apoiar recomendações para políticas públicas e para a intervenção social, favorecendo respostas mais céleres, inclusivas, culturalmente competentes e orientadas para a coesão social.

CAPÍTULO 1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Dinâmicas migratórias: perspectivas e implicações sociais

*“O que me torna eu mesmo e não outra pessoa é que estou na
estrema de dois países, duas ou três línguas, várias culturas. É
precisamente isso que define a minha identidade.”*

Amin Maalouf

Atualmente, estamos a assistir a um intenso debate sobre os fluxos migratórios que chegam ao continente europeu. Mas, se olharmos com atenção para a história da humanidade, poderemos constatar que esses fluxos sempre existiram. Então, podemos perguntar-nos: o que está a causar tanta discussão na praça pública?

Hoje, num número significativo de países, a desestabilização política, o crescimento das ideologias de extrema-direita, a recessão económica nos países periféricos, a crise do Estado Social a nível mundial, os conflitos armados, a insegurança alimentar, e as catástrofes naturais, cada vez mais frequentes devido às alterações climáticas, tornaram este debate ainda mais tangível, pois milhares e milhares de pessoas foram obrigadas a deslocar-se do seu país de origem para buscar melhores condições de vida para si e suas famílias.

De acordo com o último relatório da Organização Internacional para as Migrações (OIM), o número de migrantes era de 150 milhões no ano 2000 e ultrapassou 281 milhões em 2024, ou seja, 3,6% da população mundial está deslocada, sendo que, destes, 28 milhões são crianças. Os dados indicam ainda que mais de 8,5 mil migrantes estão desaparecidos ou mortos, e outros 117 milhões são pessoas refugiadas ou requerentes de asilo (OIM, 2024).

Ainda segundo este relatório, temos uma visão preocupante dos acontecimentos dos últimos dois anos, que contribuíram para o aumento desses números. Os conflitos armados, tanto na Ucrânia, quanto em Gaza, obrigaram milhares de pessoas a deslocarem-se, assim como ocorreu na Síria, Iêmen, Congo, Sudão, Etiópia e Myanmar. Outra grande vaga de deslocados foi causada pelas alterações climáticas, como as cheias no Paquistão, China, Índia, Bangladesh, Brasil e Colômbia, ou ainda pelos terremotos que atingiram a Turquia e a Síria (OIM, 2024).

Nos dias atuais, ouvimos discursos políticos, como os do presidente dos Estados Unidos e de alguns líderes de países europeus, que colocam a imigração como a fonte “de todos os males” da sociedade. Mas, segundo esse mesmo relatório, contrariando os discursos extremistas, afirma-se que “a migração continua sendo parte da solução para muitas economias, sociedades e famílias no mundo todo” (OIM, 2024, p. 6), tanto para os países de origem desses migrantes

quanto para os países de trânsito ou de destino final. No ano 2000, as remessas internacionais para os países de origem ou de trânsito foram de 128 bilhões de US\$ e, em 2024, ultrapassaram 831 bilhões de US\$.

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) afirmou, no seu último relatório *Perspectives des Migrations Internationales 2024* (OCDE, 2024), que as migrações atingiram níveis recorde, mas não estão fora de controlo. Chegaram aos países que fazem parte da OCDE cerca de 6,5 milhões de imigrantes e, embora esse número possa suscitar preocupações quanto ao impacto na economia, a OCDE afirma que esses fluxos migratórios, quando bem geridos por meio de políticas públicas adequadas, podem ser fonte de oportunidades, tanto para os imigrantes, quanto para a sociedade acolhedora (OCDE, 2024). A OCDE reitera ainda que:

“Se as migrações bem geridas contribuem e continuarão a contribuir para o crescimento económico, elas têm, naturalmente, consequências sobre a habitação, a educação, os transportes e outros serviços públicos. Garantir um acesso adequado a esses serviços deve fazer parte integrante de uma migração bem gerida, e os próprios migrantes podem contribuir ativamente para atender a essas necessidades.” (OCDE, 2024, p.5).

A título de exemplo, no caso português, um estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos afirma que:

“Os trabalhadores estrangeiros contribuíram, em 2023, com 2677 milhões de euros para a Segurança Social, sendo que as prestações sociais recebidas foram de 484 milhões de euros, totalizando assim um saldo positivo para o país de 2193 milhões de euros, o que representa um crescimento de 44% face a 2022.” (Pordata, 2024, p.4)

Os números revelam realidades muito distintas dos discursos que vemos e ouvimos nos meios de comunicação. Sendo assim, a imigração é vista, em muitos países, como um impulso que ajuda a suprir lacunas em diversas áreas, tais como competências científicas, tecnológicas e industriais, contribui para o aumento da natalidade em países com severo declínio demográfico, para a ampliação significativa da mão de obra em setores com escassez de trabalhadores, e para o empreendedorismo com a criação de novas empresas.

Mas a imigração também apresenta desafios, frequentemente descontextualizados por alguns políticos e meios de comunicação. O número de pessoas deslocadas forçadamente devido a conflitos armados, alterações climáticas e outras situações fez com que milhares de pessoas procurassem melhores condições de vida em países mais desenvolvidos. Soma-se a esse ponto que:

“... as necessidades humanitárias estão ultrapassando o apoio financeiro. À medida que as necessidades humanitárias e as pressões fiscais internas aumentam, muitos países

doadores estão sob pressão para reduzir os seus orçamentos de desenvolvimento, colocando em risco o apoio ao desenvolvimento aos países menos desenvolvidos” (OIM, 2024, p.7)

Ora, a redução desses orçamentos tem dificultado a aceitação e a integração dos imigrantes em muitas sociedades. A União Europeia (UE), diante desse fenómeno, elaborou vários planos para o acolhimento dos imigrantes nos Estados-Membros, de forma que, partindo dos mesmos princípios, pudessem dar uma resposta conjunta à situação dessas pessoas que chegam ao seu território. Entre eles, destaca-se o mais recente: o Plano de Ação sobre Integração e Inclusão para o período de 2021-2027 (Comissão Europeia, 2020). Esse plano visa à inclusão de todos, eliminando barreiras que possam impedir a integração e partindo do princípio do esforço conjunto dos envolvidos para alcançar uma verdadeira coesão social.

Em Portugal, houve um aumento da população imigrante nas últimas duas décadas (Góis & Lopes, 2024), e a sociedade portuguesa viu-se desafiada a buscar respostas para a questão da integração dessas pessoas no seu território. Segundo o Relatório da Agência para Integração, Migrações e Asilo (AIMA), “em 2023 verificou-se um acréscimo da população estrangeira residente de 33,6% face a 2022, perfazendo um total de 1.044.606 cidadãos estrangeiros titulares de Autorização de Residência” (AIMA, 2023, p. 2).

Apesar desse aumento, se compararmos com outros países europeus, Portugal ocupa apenas a décima oitava posição, com 6,8% de estrangeiros no total de residentes. No contexto europeu, destaca-se o Luxemburgo, com 47,1% de estrangeiros no total de residentes; em segundo lugar, Malta, com 20,6%; seguindo-se o Chipre, com 18,8%; e a Áustria, com 17,7% (OM, 2023).

Para dar respostas aos imigrantes, os sucessivos governos foram criando planos de ação e intervenção, leis, decretos e organismos voltados para o acolhimento e a integração. Como exemplo, destaca-se o mais recente: o Plano de Ação para as Migrações (PAM), de junho de 2024 (Presidência do Conselho de Ministros, 2024), que inclui diversas medidas, entre elas: aumentar a capacidade de resposta da AIMA para agilizar a atribuição dos títulos de residência; ampliar a capacidade dos centros de acolhimento e dos locais de apoio e informação; e expandir os meios de integração relacionados com o emprego, a aprendizagem da língua e a convivência com a comunidade local.

No terreno, os profissionais que trabalham com imigrantes, e os próprios imigrantes, não sentem a concretização dessas medidas, devido à burocratização dos serviços, à morosidade dos

processos e à insuficiência de meios de apoio. Como consequência, muitas pessoas ficam com as suas vidas em suspenso e, por vezes, em risco, por falta de respostas.

O processo de intervenção junto aos imigrantes envolve, tanto para os assistentes sociais quanto para os próprios imigrantes, um conjunto de desafios simultâneos, pois abrange as mais severas violações da justiça social e da cidadania.

A questão da integração dos imigrantes tornou-se um problema nas nossas sociedades. A importância deste trabalho reside na busca por respostas que permitam a criação de políticas públicas mais adequadas na área das migrações. Diversas ciências, como a antropologia, a sociologia, o serviço social, a economia e outras, têm-se dedicado a investigar o assunto para oferecer soluções ao fenómeno. Para o serviço social, a questão das migrações faz parte dos seus campos de ação, pois o assistente social é um profissional comprometido com os direitos humanos.

1.2. O reconhecimento da pessoa migrante no contexto europeu e português

“Nunca os homens tiveram tantas coisas em comum, tantos conhecimentos comuns, tantas referências comuns, tantas imagens, tantas palavras, tantos instrumentos partilhados, mas isso leva cada um a afirmar mais a sua diferença.”

Amin Maalouf

1.2.1. Contexto europeu¹

A UE desenvolveu vários instrumentos jurídicos e políticos para que fossem salvaguardados a proteção de imigrantes e requerentes de asilo. Entre esses vários instrumentos estão o Acordo de Schengen (1985), que viabilizou a livre circulação de pessoas, a Convenção de Dublin (1990), que garantiu a gestão e definiu o país que acolhe o pedido de asilo, o Tratado de Maastricht (1992), que marcou oficialmente o nascimento da UE e instituiu a cidadania europeia, o Tratado de Amesterdão (1997), que corroborou para a garantia dos direitos dos cidadãos e a colaboração policial e judiciária e o Tratado de Lisboa (2007), que alicerçou a UE como entidade jurídica.

Como se pode verificar, a UE ainda desenvolveu outras estratégias para dar resposta aos desafios colocados pelo aumento das vagas de imigrantes e de refugiados rumo ao seu continente. Podemos destacar como estratégias mais significativas: o Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA), que garante o acesso ao asilo e assegura a proteção, a criação da Agência da

¹ Neste ponto, recorreu-se ao apoio da IA Copilot para organizar, resumir e sintetizar o conteúdo, com base no texto original do trabalho final de licenciatura de Aparecida Nascimento Corrêa, bem como na parte publicada na *Revista Intervenção Social* (disponível em: <https://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/is/issue/view/189>).

UE de Apoio para o Asilo (EUAA), que presta suporte jurídico, técnico e consultivo aos Estados-Membros, e as estratégias mais recentes como o Pacto Europeu sobre Imigração e Asilo de 2024, que tem como objetivo tornar o sistema migratório mais equitativo dentro da UE.

Para tornar essas estratégias operacionais, a UE elaborou mecanismos de financiamento através do Fundo para o Asilo, Migração e Integração (FAMI), instrumento de apoio financeiro para políticas migratórias de integração e solidariedade, a Agenda Europeia da Migração (2015), como resposta estratégica e integrada para a crise migratória e o Plano de Ação para o Sael (2015–2020) para o reforço da segurança e do desenvolvimento desta região, que serve de rota de passagem para a Europa.

Em conjunto com essas ações mais a nível macro, foram também se estabelecendo ações a nível meso. Aqui destacam-se os diálogos regionais da UE-África (2007), Processo de Rabat (2006) e Processo de Cartum (2014), UE-Turquia (2016), UE-América Latina e Caraíbas (2009), todos com o objetivo de bem gerir as migrações e combater a imigração irregular. Semelhante a outras iniciativas houve: a Rede Europeia das Migrações (REM) e o Conselho Europeu dos Refugiados e Exilados (ECRE) que promovem o direito dos imigrantes e a produção de conhecimento.

Paralelamente ocorreram outros programas não menos importantes como o Programa de Tampere (1999) que organizou a política comum de migração e direito de asilo, o Plano de Inclusão Social (2000), os Princípios Básicos Comuns (2004), a Agenda Comum para a Integração (2005). Para além disso, foram também criados espaços de troca de boas práticas e cooperação como o Fórum Europeu sobre a Integração e Portal Europeu sobre a Integração (2009).

1.2.2. Contexto português

Portugal passou de um país de emigração para um país de imigração, e vários são os fatores que o tornaram tão atrativo. Um deles é o seu ordenamento jurídico. Na Constituição da República Portuguesa está consagrado aquele que muitos chamam de “o princípio dos princípios”: o princípio da dignidade humana, previsto no artigo 13.º, ou seja, o direito de cada pessoa se desenvolver e ser respeitada neste processo, na sua diversidade (Gomes, 2025).

- “1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.
2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.” (Constituição da República Portuguesa, 1976, p.13).

Ao definir que todos os cidadãos têm igual dignidade perante a lei, o princípio da igualdade torna-se a base do Estado de Direito Democrático. Este princípio obriga o Estado a atuar sempre que se verifique qualquer distinção de tratamento, agindo para erradicar qualquer tipo de discriminação e garantindo uma sociedade mais justa, onde direitos e deveres sejam aplicados e respeitados de forma equitativa.

Outro princípio consagrado na Constituição da República Portuguesa é o da equiparação, previsto no artigo 15.º, n.º 1, onde podemos ler: “Os estrangeiros e os apátridas que se encontrem ou residam em Portugal gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres do cidadão português.” (Constituição da República Portuguesa, 1976, p. 13). Este princípio garante a igualdade de direitos tanto para nacionais, quanto para imigrantes, não dependendo da residência legal destes. O texto é claro ao afirmar que é suficiente que “se encontrem” em território nacional para serem beneficiários deste princípio (Gomes, 2025).

Vários outros elementos explicam por que Portugal se tornou tão atrativo para os imigrantes. Um desses fatores prende-se com a segurança e a estabilidade, devido aos baixos índices de criminalidade, o que é especialmente interessante para quem vem de países em conflito. Outros fatores, como a qualidade de vida, o clima estável e agradável, o baixo custo de vida em comparação com outros países europeus, um Serviço Nacional de Saúde acessível a todos e outros apoios sociais, também contribuem para essa escolha. E, por fim, para as pessoas lusófonas, a facilidade da língua.

Um fator positivo para Portugal refere-se ao fato de que, conforme dados do Observatório das Migrações (OM) no seu Relatório Estatístico Anual de 2023, o país se destaca por apresentar uma das menores disparidades no indicador de risco de pobreza e exclusão social entre imigrantes e nacionais, um percentual significativamente inferior à média europeia (OM, 2023).

Outro fator relevante está relacionado com o dinamismo económico. Em 2025, Portugal foi distinguido pela revista britânica *The Economist* como Economia do Ano, ocupando o primeiro lugar na avaliação dos 36 países mais ricos do mundo. Essa posição resulta da combinação entre o crescimento do PIB, a baixa inflação e a valorização do mercado acionista, fortemente impulsionado pelo dinamismo do turismo e pela atração de residentes estrangeiros. Além disso, as previsões indicam novo crescimento económico em 2026 (Governo de Portugal, 2025).

Conforme o Índice de Política de Integração de Imigrantes (MIPEX), em 2025 Portugal ocupa a 3ª posição no ranking da UE como um dos países com melhores políticas de integração,

mantendo-se atrás apenas da Finlândia, na 2ª posição, e da Suécia, na 1ª posição. Este resultado decorre de um quadro legal robusto, fruto das boas práticas que Portugal implementou para apoiar os imigrantes e promover a sua integração (MIPEX, 2025).

No plano nacional, o governo português tem adotado diversas medidas para promover o acolhimento e a integração dos imigrantes, constituindo entidades para este fim específico. Entre elas, destacam-se o Alto Comissariado para as Migrações (ACM), cuja missão era apoiar a integração dos imigrantes, e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), responsável pela regularização da permanência em território nacional. Contudo, em 2023, ambas as entidades foram extintas, tendo as suas competências sido transferidas para a recém-criada AIMA.

Em junho de 2024, o governo português lançou o PAM (Presidência do Conselho de Ministros, 2024), no qual identifica 41 medidas distribuídas em quatro áreas estratégicas para a regulação dos imigrantes em território nacional, nomeadamente:

1. Imigração regulada: fim de regimes excecionais, acolhimento digno, fiscalização reforçada;
2. Atração de talento: canais dedicados, reconhecimento de competências, formação e captação estratégica de trabalhadores altamente qualificados;
3. Integração humanista: apoio nas áreas habitacional, escolar, cultural e profissional;
4. Reorganização institucional: fortalecimento de entidades públicas e agilidade administrativa.

Para além deste plano, existem entidades que intervêm junto desta população, como os Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), que trabalham em proximidade com os imigrantes e estão distribuídos por todo o país. Nas autarquias locais, existem centros de acolhimento de emergência e, nas câmaras municipais, os Gabinetes de Apoio ao Imigrante. Além disso, em alguns municípios, atuam instituições particulares de solidariedade social (IPSS), associações e outras entidades que prestam apoio aos imigrantes.

Desde 2007, o Estado português dispunha de uma lei que facilitava a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional (Lei n.º 23/2007, de 4 de julho). Contudo, devido à degradação das condições de vida das pessoas, ao quase desaparecimento da classe média, ao aumento do discurso político extremista e à extinção do antigo SEF, o atual governo promulgou um novo decreto-lei com regras muito mais estritas relativas à entrada e permanência de estrangeiros em Portugal (Lei n.º 61/2025, de 22 de outubro). A nova lei entrou em vigor em outubro de 2025 e trouxe as seguintes principais mudanças:

- a) Fim da manifestação de interesse: deixa de ser possível ao migrante entrar como turista e depois regularizar a sua situação; deverá, obrigatoriamente, obter o visto no país de origem antes da entrada em território nacional.
- b) Visto de trabalho: será concedido apenas para atividades altamente qualificadas, ou seja, profissionais especializados, e terá validade de 120 dias. Após esse período, o trabalhador deverá sair do país e só poderá solicitar novo visto após um ano.
- c) Reagrupamento familiar: só poderá ser solicitado após o titular ter dois anos de residência legal em Portugal. A AIMA terá o prazo de 9 meses para responder ao pedido, contra os 3 meses definidos anteriormente.
- d) Regras para cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): terão exigências adicionais para autorizações de residência, como comprovativo de rendimento e alojamento.
- e) Sistema de entradas e saídas: passa a ser obrigatória a recolha de dados biométricos de cidadãos de países terceiros, mesmo daqueles isentos de visto.
- f) Prazos para saída voluntária: estrangeiros em situação irregular terão entre 10 e 20 dias para sair voluntariamente do território nacional, prorrogáveis em casos que envolvam filhos menores. Em situações graves, como crimes e fraudes, a saída deverá ser imediata.

Em outubro de 2025, o governo português promulgou, igualmente, a alteração da Lei da Nacionalidade (ainda não publicado em Diário da República²), com regras mais rígidas do que a anterior Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, com sua penúltima alteração em Lei Orgânica n.º 1/2024, de 5 de março. Estas alterações colocam mais restrições aos imigrantes e prazos ainda mais longos para a aquisição da nacionalidade. Os principais pontos da lei são:

- a) Aumento dos prazos para aquisição da nacionalidade por naturalização: passa a ser de 7 anos para cidadãos da UE e da CPLP e 10 anos para os cidadãos de outras nacionalidades. E o tempo passa a contar a partir da data de concessão do primeiro título de residência.

² No dia 5 de abril de 2026, o Presidente da República, António José Seguro, promulgou a nova Lei da Nacionalidade. No entanto, a 8 de maio, o Tribunal Constitucional voltou a chumbar (já o tinha feito à 15/12/2025) o decreto relativamente ao ponto da perda da nacionalidade.

- b) Critérios de concessão de avaliação e concessão reforçados: para além do conhecimento da língua portuguesa passa a ser exigido conhecimentos sobre a cultura portuguesa, seus direitos e deveres.
- c) Filhos de estrangeiros nascidos em território nacional: passa a ter direito a nacionalidade portuguesa se, no momento do nascimento, um dos progenitores tiver pelo menos 5 anos de residência legal.
- d) Antecedentes criminais: em caso de condenações graves mantém-se a exclusão da aquisição de nacionalidade, mas passa também a incluir pessoas com pena de prisão de dois ou mais anos, inclusive por crimes cometidos fora do território nacional.
- e) Aquisição da nacionalidade por ascendência: o acesso foi alargado para os bisnetos de portugueses, desde que estes tenham ligação efetiva à comunidade portuguesa.
- f) Regime especial para judeus sefarditas: este regime especial de concessão da nacionalidade baseado na ascendência sefardita será revogado.
- g) Perda da nacionalidade: por decisão judicial, os cidadãos naturalizados poderão perder a nacionalidade em casos de condenação por crimes graves, como terrorismo ou homicídios.

Todas essas novas medidas vieram acompanhadas de promessas de aumento dos recursos e meios para atendimento das pessoas e fiscalização. Porém, dada a incapacidade da AIMA para responder aos pedidos, o que é visível através das longas filas de espera à porta das agências de atendimento, prevê-se que as mudanças legislativas venham ainda tornar mais difícil a vida dos imigrantes.

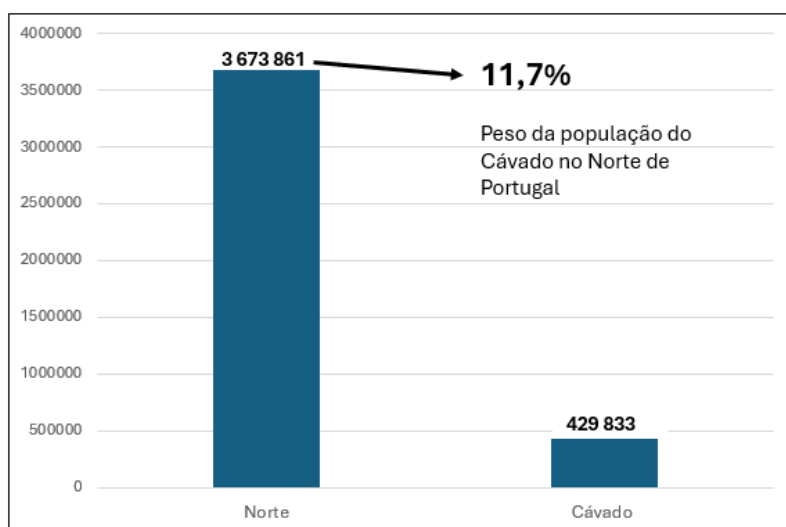
1.3. A região do Cávado

“Estamos todos infinitamente mais próximos dos nossos contemporâneos do que dos nossos antepassados.”

Amin Maalouf

Conforme o Relatório da Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM) Cávado 2023 (Astrolábio, 2024), em 2023 a população residente da Região Norte de Portugal era de 3.673.861 pessoas, o que significou um aumento de 0,92% em relação a 2022. Da mesma forma, a região do Cávado observou um crescimento de 1,95% face ao ano anterior, o que representa 11,7% dos residentes da região Norte (ver gráfico 1).

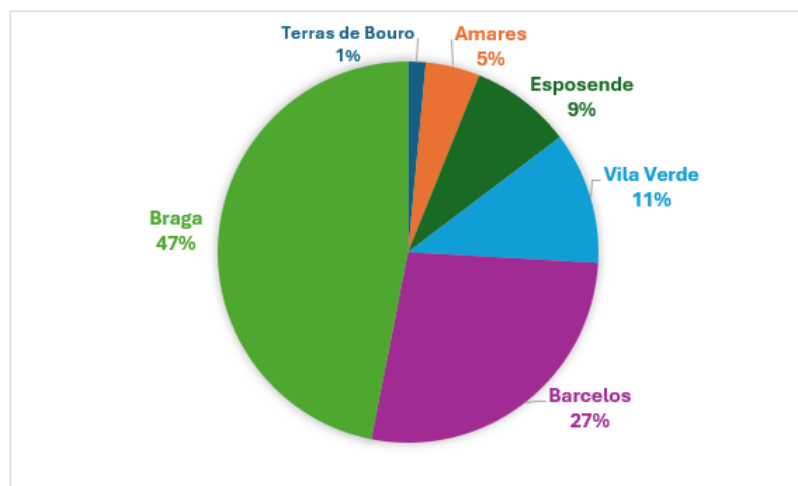
Gráfico 1. *Peso da população da região do Cávado na Região Norte de Portugal*



Fonte: Elaboração própria a partir da Análise Socioeconómica CIM Cávado, 2023

No Gráfico 2 é possível verificar a distribuição da população da Região do Cávado pelos correspondentes municípios em 2023. Destaca-se claramente o município de Braga, que concentra 47% da população da região, seguida de Barcelos com 27%.

Gráfico 2. *Distribuição da população na Região do Cávado, por concelho*



Fonte: Elaboração própria a partir da Análise Socioeconómica CIM Cávado, 2023

Segundo o Relatório do Alto Comissariado para as Migrações Norte 2030 (Reis, 2021), em 2020 a Região do Cávado foi a segunda maior região do país com população estrangeira

residente, representando 17% da Região Norte, ficando apenas atrás da Área Metropolitana do Porto no acolhimento de imigrantes (ver tabela 1).

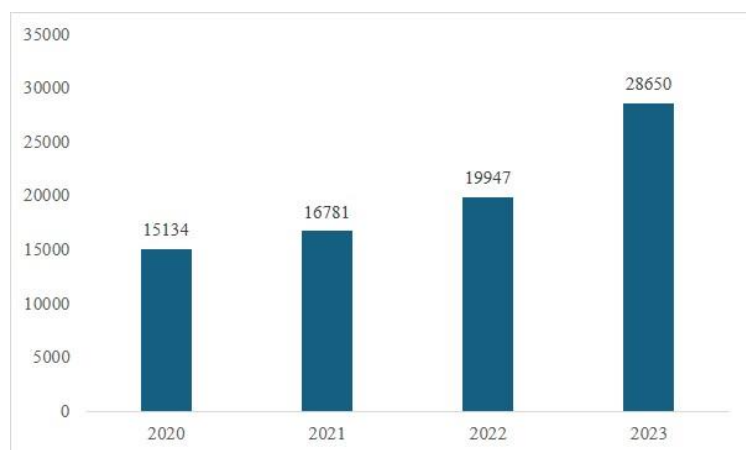
Tabela 1. *População estrangeira residente na Região Norte em 2020*

NUT III	Nº	%
Alto Minho	6167	7
Alto Tâmega	1285	1
Área Metropolitana do Porto	52676	58
Ave	5884	7
Cávado	15147	17
Douro	2465	3
Tâmega e Sousa	2907	3
Terras de Trás-os-Montes	3719	4
Total	90250	100

Fonte: Reis (2021), ACM Norte 2030

No gráfico 3 evidenciamos a evolução da população estrangeira com estatuto legal de residente na região do Cávado, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), entre 2020 e 2023. Os dados evidenciam um aumento de 89% de 2020 para 2023, reforçando a ideia da atratividade desta região (INE, 2024).

Gráfico 3. *População estrangeira com estatuto legal de residente na Região do Cávado, entre 2020 e 2023*



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INE, 2024

Ainda segundo o Relatório Análise Socioeconómica CIM Cávado 2023, em 2022 o peso da população estrangeira na região do Cávado era de 4,64% da população total residente nesta NUT III, sendo, na sua maioria, de nacionalidade brasileira (58,5%), seguidos dos angolanos (3,4%), ucranianos (2,7%), chineses (2,4%) e romenos (1,5%) (Astrolábio, 2024).

A pertinência da nossa investigação nesta região concentra-se nos dados de crescimento desta população nesta região. A deslocação destas pessoas dos grandes centros, Porto e Lisboa, para outras regiões do país, traz grandes desafios aos municípios que, diferente mente dos grandes centros, não possuem os mesmos recursos para dar respostas (ao nível da saúde, educação, habitação, emprego e outros) ao fenómeno das migrações.

O Relatório sobre Pobreza e Exclusão Social 2025 (EAPN, 2025) indica que a região Norte do país tem valores acima da média nacional no que diz respeito à taxa de pobreza e exclusão social (21,0% face a 19,7% da média nacional) e de pobreza monetária (18,0% face a 16,6% da média nacional). Outro indicador para a região Norte é o de ter a maior taxa de trabalhadores pobres do território continental: 10%, valor superior à média nacional de 9,2%. “A região apresenta sempre valores superiores à média nacional, permanecendo como um dos territórios com níveis persistentemente elevados de risco de pobreza ou exclusão social.” (p. 40).

Com o crescimento do número de imigrantes nesta região, surge a nossa preocupação, uma vez que o Relatório Estatístico Anual do OM (OM, 2023) indica que “os residentes estrangeiros, em particular os nacionais de países fora da UE, apresentam maior risco de pobreza ou exclusão social do que os nacionais desses países europeus” (p. 202). Face ao exposto, reforça-se a pertinência da investigação nesta região.

1.4. Aculturação e migrações: uma abordagem teórica e prática

“Quanto mais se impregnar da cultura do país de acolhimento, mais poderá impregná-la com a sua. Quanto mais um imigrante sentir que a sua cultura de origem é respeitada, mais se abrirá à cultura do país de acolhimento.”

Amin Maalouf

Berry³ (2005) propõe um modelo teórico que procura explicar como os imigrantes, a nível grupal ou individual, vivem em contextos culturais diferentes, pois para ele “...metade da população mundial vive em sociedades culturalmente diversas, as pessoas vivenciam encontros

³ Psicólogo canadiano que fez pesquisas no campo da imigração e tudo o que diz respeito aos aspetos psicológicos e sociais que envolvem os movimentos migratórios.

interculturais diários e têm que atender às demandas por mudanças culturais e psicológicas.” (Berry, 2005, p.700).

O autor aborda de forma abrangente nos seus estudos o conceito de aculturação e descreve-o como um processo de mudança cultural e psicológica que se dá quando o indivíduo ou grupos entram em contato direto e contínuo com culturas diferentes (Berry,1997; Berry 2001; Berry, 2005; Berry et al., 2006; Berry & Sam, 2006). Este processo impacta tanto os grupos dominantes quanto os não dominantes, ainda que os efeitos sejam maiores no grupo não dominante.

A aculturação abrange três elementos centrais, nomeadamente: o contato entre culturas, a influência recíproca e a mudança. A influência recíproca é geralmente desproporcional, pois o grupo dominante terá maior desempenho. Quanto à mudança, pode abranger várias áreas como: física, política, económica, social ou psicológica (Berry & Sam, 2006).

O autor apresenta-nos quatro tipos/perfis de estratégias no processo de aculturação, nomeadamente: integração, assimilação, separação e marginalização. A integração, dá-se quando os imigrantes mantêm sua cultura de origem e, simultaneamente, interagem ativamente com a cultura da sociedade que os acolhe. A assimilação ocorre quando o indivíduo abandona sua cultura de origem em favor da nova. Já a separação diz respeito à manutenção da cultura de origem e rejeição de interação com a nova. Finalmente, a marginalização acontece quando há pouca possibilidade ou interesse em manter a cultura de origem e pouco interesse em ter relação com a cultura da sociedade acolhedora (Berry,1997; Berry, 2001; Berry, 2005; Berry et al., 2006; Berry & Sam, 2006).

As pesquisas Berry sugerem que a integração está associada aos melhores resultados de adaptação psicológica (bem-estar emocional e identidade pessoal), sociocultural (capacidade de lidar com as demandas da nova cultura) e económica (inserção no mercado de trabalho). Mas lembra ainda que uma adaptação bem-sucedida se baseia tanto em qualidades pessoais, quanto do contexto social (Berry, 1997).

Um aspeto fulcral da aculturação é a identidade étnica, nomeadamente o sentimento de pertença a um grupo, a identificação, os valores e as atitudes. Esta identidade pode corresponder àquela que lhe é atribuída (ao nascimento) ou contruída (por escolha pessoal) (Berry & Sam, 2006). Outros fatores como o tempo de residência, composição étnica do bairro, religião, género e estatuto socioeconómico também influenciam os perfis de aculturação e os níveis de adaptação (Berry et al., 2006).

Ainda segundo o autor, este contato entre culturas pode sempre causar alguns conflitos, que podem ser controláveis e superáveis, mas eventualmente também de difícil resolução causando mesmo perdas e incertezas. Neste caso, o autor apresenta-nos a ideia de estresse aculturativo (Berry, 2005; Berry & Sam, 2006). Esse estresse aculturativo é uma reação em resposta às vivências que estão ligadas ao processo de aculturação. Tal pode ir de leve a severo e vai depender das estratégias adotadas, do contexto social, das atitudes da sociedade acolhedora e de como os imigrantes lidam com este processo. Este pode manifestar-se através de ansiedade, depressão e incertezas sobre como viver com a nova cultura.

Um dos fatores que contribui negativamente no processo de aculturação, segundo os estudos de Berry, refere-se à percepção de discriminação que os imigrantes têm e essa percepção vai influenciar a forma como estes se aculturam. Aqueles que ressentem mais essa discriminação tendem a afastar-se da sociedade acolhedora, adotando perfis de separação ou marginalização no seu processo de aculturação (Berry et al., 2006).

Berry ressalta que a aculturação é um processo bilateral, ou seja, tanto os imigrantes quanto a sociedade acolhedora deverão estar dispostos a negociar e adaptar-se. Por isso, propõe que as sociedades adotem políticas de multiculturalismo (Berry, 2001; Berry, 2005), ou seja, a valorização da diversidade cultural e a disposição em acolher os diferentes grupos étnicos. As sociedades que as adotam tendem a facilitar a integração, reduzem o estresse aculturativo, favorecem a coesão social e enriquecem a vida coletiva.

O autor defende que a estratégia de integração, manter elementos da cultura de origem enquanto se adota aspectos da nova, é a mais eficaz, ao contrário da marginalização que tem os piores resultados. Assim, o sucesso desta depende da combinação de políticas públicas, bem como da aceitação cultural e do suporte social, pois segundo as pesquisas, a maioria dos imigrantes consegue adaptar-se positivamente, sobretudo quando há apoio e medidas públicas de inclusão (Berry, 1997; Berry et al., 2006).

1.5. Integração: entre a complexidade do problema e a potencialidade da solução

“Uma identidade que seria percebida como a soma de todas as nossas pertencas, e no seio da qual a pertença à comunidade humana ganharia cada vez mais importância, até um dia se tornar a pertença principal, sem, contudo, apagar as nossas múltiplas pertencas particulares.”

Amin Maalouf

Nunca o debate público foi tão aceso em torno desta temática como nos dias de hoje: a integração. Mas, afinal, o que é integração? Será que, quando esta palavra é pronunciada, todos temos a mesma ótica?

Pires (2012) apresenta a seguinte definição:

“Integrar significa, em português corrente, “tornar inteiro”. Em sociologia, o termo integração é usado com um sentido semelhante para designar o conjunto de processos de constituição de uma sociedade a partir da combinação das suas componentes, sejam elas pessoas, organizações ou instituições.” (p.56)

O autor afirma, ainda, que uma sociedade que opta pela separação das partes acabará por implodir. Diante disso, a definição de integração não é assim tão linear (Pires, 2012).

Se por um lado a modernidade nos trouxe alguns benefícios, por outro, tornou a questão da integração mais complexa, tendo como ponto central dois processos: o da diferenciação e o da individualização. A diferenciação ocorre pelo aumento da especialização das partes do sistema social, bem como das atividades, organizações e instituições, e manifesta-se de três formas: segmentação, diferenciação e hierarquização. O segundo processo é a individualização, um traço das sociedades modernas, caracterizado pela efetivação da autonomia, singularidade e autoconsciência dos indivíduos (Pires, 2012).

No plano sociológico, a integração pode ser concebida em dois níveis: social e sistêmico. A integração social consiste na formação de vínculos e símbolos de pertença coletiva entre os indivíduos de uma sociedade, podendo haver desacordos e conflitos sem prejuízo ao processo de integração. Quanto à integração sistêmica, trata-se da articulação entre subsistemas sociais especializados, como a economia, a política e a família (Pires, 2012).

O autor reforça, ainda, a ideia de que as tensões entre autonomia individual e pertença coletiva são inevitáveis. A modernidade redefine o modo como vemos e lidamos com a integração, não como uma força desintegradora, mas como algo que exige da sociedade uma nova organização social, sem solução definitiva, baseada em um equilíbrio dinâmico de forças opostas (Pires, 2012).

Góis (2019) defende que a integração dos migrantes deve ser baseada na solidariedade, e não na assimilação, para que sejam assegurados a igualdade de direitos, o acesso a serviços e oportunidades. Trata-se de um processo que deve envolver a sociedade como um todo na promoção de informações claras sobre direitos e deveres, tanto dos migrantes quanto da

sociedade acolhedora. Informar sobre as vantagens da diversidade cultural é o meio mais eficaz para prevenir práticas discriminatórias e discursos xenófobos.

Desde 2015, Portugal tem acolhido um número crescente de migrantes. Para esse acolhimento, depende fortemente da sociedade civil e das ONGs, em razão da inexistência ou insuficiência de serviços públicos adequados (Góis, 2019).

Diversos obstáculos relacionados à integração são apontados por Góis (2019), incluindo a burocracia, a centralização dos serviços de apoio nas grandes cidades, a escassez de recursos e, por fim, a ausência de sistemas independentes de avaliação dos programas de integração, bem como a insuficiente coordenação entre as entidades públicas. Em Portugal, embora existam diversas instituições envolvidas na gestão das migrações, observa-se falta de diálogo, gestão e cooperação entre elas.

Um estudo de Solano e Coninck (2023), baseado na análise das políticas de integração de 56 países, utilizando dados do Índice de Política de Integração de Imigrantes (MIPEX) entre os anos de 2014 e 2019, teve como ponto de partida três perspectivas teóricas sobre a integração, a saber:

- Evidence-based: considerou, neste ponto, somente fatores objetivos, tais como o número de migrantes, refugiados e pedidos de asilo.
- Institucionalista: analisou as condições económicas e as estruturas de bem-estar social, tendo por base o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, assim como outros fatores, como a taxa de desemprego e os gastos sociais.
- Partidária: examinou as ideologias políticas, as atitudes da opinião pública e a influência dos média nos países analisados.

Este estudo obteve os seguintes resultados: a perspectiva institucionalista mostrou-se mais determinante nas políticas de integração, seguida pela perspectiva partidária, e revelou que a integração não é condicionada pelo número de migrantes. Observa-se, ainda, que os países com maior PIB e com maior número de instituições de bem-estar social tendem a apresentar predisposição para implementar políticas mais favoráveis à integração. Outro resultado apontado pelo estudo foi que os países cujos governos apresentam forte presença de partidos de direita são propensos a políticas mais restritivas em relação aos migrantes, por outro lado, quando a opinião pública é mais favorável aos migrantes, isso está diretamente relacionado a índices mais altos de inclusão. Finalmente, constatou-se que a pressão humanitária, mesmo diante de um maior número de refugiados e requerentes de asilo, está intrinsecamente ligada à

adoção de políticas mais inclusivas (Solano & Coninck, 2023). Os autores afirmam que o que determina as políticas de integração são, sobretudo, os fatores de carácter institucional e partidário vivenciados no momento, mais do que simplesmente a presença de migrantes. Apontam, ainda, que as áreas das políticas de antidiscriminação, reagrupamento familiar e residência permanente são as mais inclusivas e que, por outro lado, as áreas menos inclusivas continuam a ser a educação e a participação política.

A partir deste estudo, Solano e Coninck (2023) deixam pistas para a melhoria das políticas de integração, a saber:

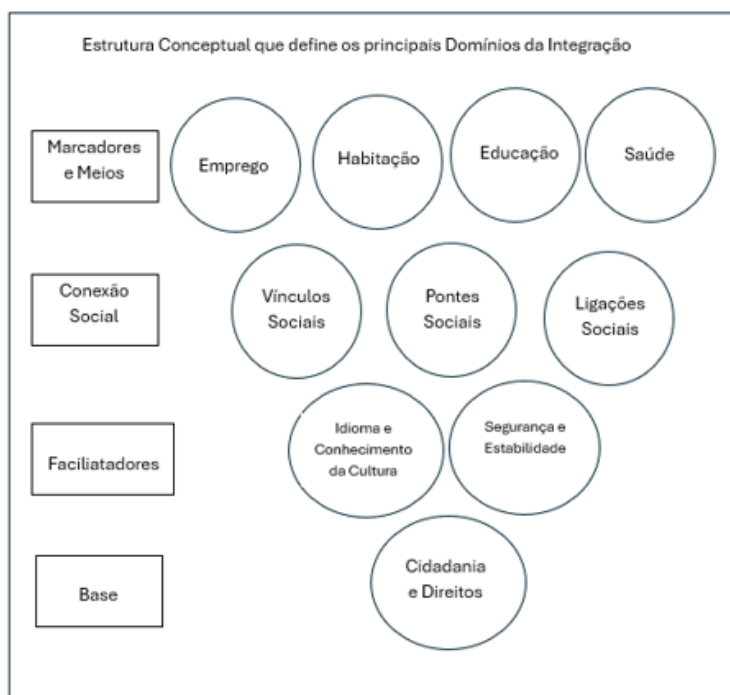
- Investir em bem-estar social: consolidar os organismos de proteção social é benéfico para todos, cidadãos nacionais e migrantes, o que fomenta políticas migratórias mais inclusivas e a coesão social.
- Comunicação estratégica: reduzir as tensões sociais por meio de narrativas positivas sobre os migrantes, unindo políticas e opinião pública em torno de um mesmo objetivo.
- Planeamento baseado em evidências: utilizar os números de migrantes, refugiados e pedidos de asilo para prever impactos e avançar projetos de integração, e não para fomentar o medo ou restringir apoio.
- Proteção contra a polarização política: elaborar mecanismos para salvaguardar as políticas de integração contra as ideologias políticas e contextos económicos ocasionados por ciclos eleitorais.

De acordo com Ager e Strang (2008), a integração é um conceito complexo e, por não haver uma definição universal, mesmo sendo um tema recorrente no debate político, não existe convergência na execução de políticas eficazes. Com base nessa lacuna, os autores elaboraram um quadro conceitual que organiza os aspetos fundamentais associados à integração. Eles afirmam que a integração envolve tanto os migrantes quanto a sociedade acolhedora, num processo multifacetado e bidirecional.

A investigação de Ager e Strang (2008) define dez domínios fundamentais que refletem aquilo que podemos considerar como “estar integrado”. Esses dez domínios estão divididos em quatro grandes áreas, a saber:

- Marcadores e Meios: emprego, habitação, educação e a saúde.
- Conexão Social: vínculos sociais, pontes sociais e as ligações sociais.
- Facilitadores: idioma e conhecimento da cultura, segurança e estabilidade.
- Base: cidadania e direitos.

Figura 1. *Estrutura conceitual que define os principais domínios da integração*



Fonte: Ager e Strang, 2008.

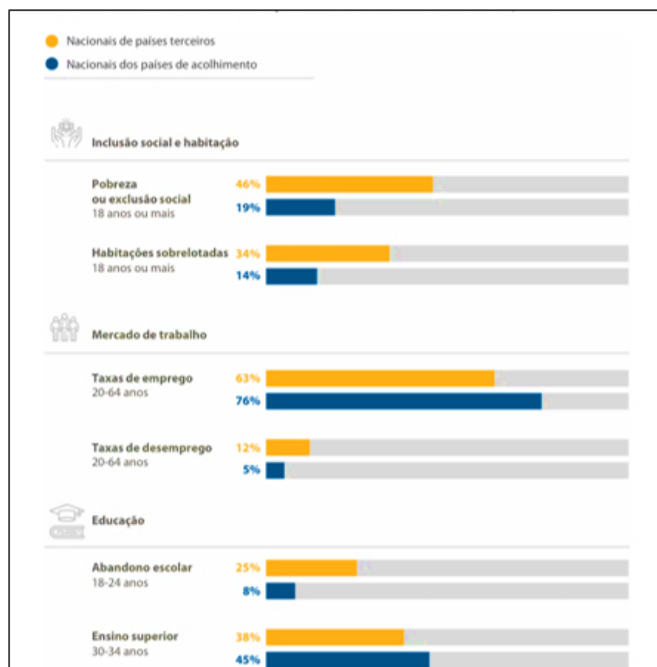
Quanto a cada um destes dez domínios, os autores ressaltam que:

- Emprego: o acesso ao mercado de trabalho reforça a autoestima, proporciona liberdade financeira e favorece a interação social.
- Habitação: condições adequadas de habitação influenciam positivamente o bem-estar físico e a sensação de segurança e estabilidade.
- Educação: é um meio essencial, tanto para crianças quanto para adultos, para adquirir competências e estabelecer vínculos sociais.
- Saúde: o acesso confiável aos serviços de saúde contribui para o bem-estar físico e mental.
- Vínculos sociais: a interação com familiares e grupos étnicos fomenta toda a cadeia de suporte emocional e cultural.
- Pontes sociais: o relacionamento com a sociedade acolhedora promove inclusão e participação social.
- Ligações sociais: a interação com as instituições e serviços do Estado garante igualdade no acesso aos serviços.

- Idioma e conhecimento da cultura: podem ser barreiras, mas, quando há aquisição de competências linguísticas e compreensão das normas culturais locais, atuam como facilitadores para a participação plena e a coesão social.
- Segurança e estabilidade: a ausência de violência e a percepção de paz, bem como o sentimento de segurança física e estabilidade comunitária, são fundamentais para a integração social.
- Cidadania e direitos: reconhecimento e exercício de direitos, além do cumprimento das responsabilidades legais, constituem a base para igualdade, participação e coesão social (Ager & Strang, 2008).

Com estes dez domínios de integração, Ager e Strang (2008) não têm a intenção de estabelecer indicadores universais, mas sim de propor uma estrutura totalmente adaptável aos diversos contextos, permitindo aos poderes públicos, organizações e comunidades locais adequá-la às suas realidades. Esses domínios servem de base para fomentar políticas públicas mais eficazes no processo de promoção da inclusão social, do respeito pela diversidade e da igualdade de oportunidades para todos.

Figura 2. *Disparidades socioeconómicas entre os nacionais de países terceiros e os nacionais dos países de acolhimento na UE, 2023*



Fonte: Tribunal de Contas Europeu, 2024.

O Relatório Especial sobre Integração de Nacionais de Países Terceiros na UE (Tribunal de Contas Europeu, 2024) defende que, mais do que falarmos genericamente de integração, deveríamos adotar a noção de “via de integração”, ou seja, um meio que exija a participação tanto dos migrantes, quanto da sociedade de acolhimento. Se não houver um esforço de ambos os lados, nunca se chegará à verdadeira coesão social e continuar-se-á a perpetuar as disparidades entre nacionais e migrantes, como mostra a figura 2.

Após a chegada e o aumento do número de entradas de migrantes nos Estados-Membros, superior ao previsto em 2015, os recursos do FAMI foram significativamente afetados, chegando a ser aumentados em 140% (Tribunal de Contas Europeu, 2024).

O relatório (Tribunal de Contas Europeu, 2024) aponta, ainda, que, para o período de 2021-2027, o FAMI deve centrar o apoio em atividades específicas nas fases iniciais de integração, segundo a capacidade dos Estados-Membros. As principais atividades que incidem nessa fase inicial são:

“Pacotes de informação antes da partida e campanhas de sensibilização sobre os procedimentos de migração legal na UE. Programas de integração centrados na inclusão social e económica, no aconselhamento, na educação, nas línguas e noutras formações (por exemplo, cursos de formação cívica e de orientação profissional), bem como participação na sociedade de acolhimento e aceitação pela mesma, com o envolvimento das partes interessadas pertinentes.” (Tribunal de Contas Europeu, 2024, p. 18).

O documento lembra, ainda, que, na maioria dos apoios concedidos pelo FAMI, as atividades voltadas para a integração eram pertinentes, mas não foram adaptadas às necessidades dos grupos específicos, além da ausência de acompanhamento a longo prazo sobre a eficácia da intervenção no processo de integração (Tribunal de Contas Europeu, 2024).

Em suma, para que o processo de integração dos imigrantes seja efetivamente bem-sucedido, ele deve consistir num conjunto de medidas direcionadas e interligadas, envolvendo instituições, organizações, programas e projetos tanto nacionais quanto supranacionais (Baláž & Čemová, 2019).

1.6. A prática do Assistente Social e a defesa dos direitos humanos dos imigrantes

“Não quero ser tolerado, exijo ser considerado cidadão de parte inteira quaisquer que sejam as minhas crenças.”

Amin Maalouf

O Serviço Social sempre foi, e continua a ser referido como uma profissão orientada pelos Direitos Humanos (Egger, 2022). A intervenção do profissional de Serviço Social diante da

situação ou do problema das pessoas migrantes deve cingir-se ao que afirma Egger (2022): “A realização prática dos direitos humanos implica satisfazer as necessidades humanas fundamentais de liberdade, segurança, alimentação, água, abrigo, interação social e reconhecimento” (p. 50).

A prática profissional dos assistentes sociais, delineada pela Declaração Global dos Princípios Éticos publicada pela *International Federation of Social Workers* (IFSW), confirma que: “Assistentes sociais abraçam e promovem os direitos fundamentais e inalienáveis de todos os seres humanos. O trabalho social é baseado no respeito pelo valor inerente, pela dignidade de todas as pessoas e pelos direitos individuais e sociais/civis que decorrem disso” (IFSW, 2018).

Um dos fatores que interfere na ação do assistente social é a conciliação entre a complexidade dos problemas sociais e os seus princípios éticos, uma vez que o Estado se demitiu das suas responsabilidades sociais e as transferiu para instituições não lucrativas e privadas (Carvalho, 2016).

Segundo Amaro (2015), na atualidade, assiste-se à perda de muitos direitos conquistados ao longo da história e à criação de sistemas cada vez mais elaborados de desumanização. Direitos universais, antes fortemente garantidos, são hoje desrespeitados, e, como efeito, temos a seguinte realidade: desemprego, desregulação das relações laborais, desproteção social, aumento da violência, da precariedade e da pobreza.

A situação dos migrantes hoje, vai em contrassenso com aquilo que a Declaração Universal do Direitos Humanos no artigo 13º afirma:

“1. Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado. 2. Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar” (Nações Unidas, 2017, p. 9).

É com base nessa máxima que afirmamos que todos têm o direito de ir e vir. O agir do assistente social deve ser, segundo Amaro (2015), não apenas ajudar o indivíduo nas suas dificuldades, mas empoderá-lo para que (re)tome o seu lugar de protagonista na sociedade e ajudar na integração da pessoa na formulação de políticas sociais, imputando a responsabilidade coletiva para a transformação.

Egger (2022) afirma que os Direitos Humanos são ratificados pelas necessidades humanas. A espera pela satisfação de uma necessidade deixa a pessoa em situação de fragilidade; diante disso, essa pessoa necessita de proteção legal e efetiva. É papel do assistente social identificar

as necessidades concretas do indivíduo, cuja negligência está na origem da sua exclusão. Sendo assim:

“Os Assistentes Sociais têm de descobrir o que falta quando as pessoas sofrem. Os problemas podem ser explicados pela falta de acesso aos meios para satisfazer as necessidades? Nestes casos, a tarefa dos Assistentes Sociais centra-se nos esforços de mobilização de recursos. O sofrimento é causado pela falta de capacidade de obter nutrição, habitação, ou vida familiar – a ajuda é então direcionada para o desenvolvimento de competências e comportamentos adequados.” (Egger, 2022, p.63)

É através do Código de Ética que o profissional encontra as linhas orientadoras para a sua prática, os objetivos da sua ação e a regulamentação dos seus deveres. A intervenção baseada nos princípios éticos direciona escolhas mais assertivas entre as várias alternativas, promove um posicionamento em defesa dos mais vulneráveis e enfatiza os direitos do indivíduo, visando melhorias na sua vida social, política e pessoal.

Conforme o Manual de Direitos Humanos para as Escolas e Profissionais de Serviço Social, da Organização das Nações Unidas (ONU), a ação do assistente social está alicerçada na satisfação das necessidades das pessoas, tendo os Direitos Humanos como ponto de partida e como fim da sua intervenção. Trata-se de transformar necessidades em direitos positivos, mesmo nos contextos mais complexos. A sólida formação ética e humanitária do assistente social permite-lhe estabelecer pontes entre indivíduos e autoridades civis, contribuindo para políticas públicas mais eficazes (ONU, 1994).

A intervenção do assistente social, fundamentada nos seus princípios éticos, dá-lhe maior segurança na defesa dos direitos humanos e na garantia de serviços básicos aos imigrantes. De forma mais abrangente, essa atuação também beneficia todas as pessoas em situação de opressão (Levine, 2024).

Segundo Bouquet e Jaeger (2011), o trabalho com migrantes constitui uma das atribuições essenciais dos assistentes sociais. Esse legado deve-se, por um lado, ao fato de o assistente social confrontar-se diariamente com situações em que os direitos à cidadania, como o acesso ao trabalho, à habitação e à saúde, das pessoas em situação de vulnerabilidade se encontram cada vez mais fragilizados. Por outro lado, reflete o papel das organizações sociais, que são frequentemente instrumentalizadas como ferramentas políticas para barrar a imigração ilegal. Os autores sublinham: “Sem documentos, mas não sem direitos” (p. 13).

Segundo Levine (2024), constitui obrigação do assistente social proteger os direitos humanos de todas as pessoas presentes no território nacional, independentemente de sua condição

jurídica. Associada aos valores éticos, uma intervenção pautada em práticas antiopressivas e antirracistas, que transforme os participantes em sujeitos ativos de uma resposta moral contínua num mundo fragmentado, levando cada qual a assumir as suas responsabilidades.

O aumento dos fluxos migratórios tornou mais visível a questão da integração dos imigrantes nas sociedades de acolhimento. Góis e Lopes (2024) afirmam que alguns posicionamentos políticos e partidários fazem crescer, na sociedade acolhedora, uma perceção errónea em relação ao acolhimento dos imigrantes, gerando discriminação, preconceito e rejeição. A falta de respostas suficientes para a população local e para os imigrantes, no que diz respeito às políticas públicas de apoio, gera um sentimento de competição, e não de entreaajuda. É nesse sentido que intervém o Serviço Social.

Os assistentes sociais devem obter uma compreensão mais profunda das comunidades nas quais intervêm e estar atentos à diversidade para combater as injustiças sociais (Rai et al., 2024). Para esses autores, o reforço da competência cultural promove uma prestação de serviços mais eficaz, além de facilitar o acesso aos cuidados, a procura de ajuda e a utilização dos serviços disponíveis.

Para serem culturalmente competentes, os assistentes sociais devem ser capazes de compreender as diversas visões de mundo e iniciar o processo de desenvolvimento de novas estratégias de intervenção culturalmente adequadas, considerando as forças sistémicas que afetam tanto os migrantes quanto eles próprios (Sue, 2006).

1.6.1. Educar a sociedade para os Direitos Humanos

O assistente social não é apenas um interventor nos momentos de crise, também faz parte do “ser” assistente social a faceta da prevenção. Essa prevenção passa pelo ato de educar e ensinar a sociedade sobre os Direitos Humanos. Para isso, é importante para o assistente social ter sempre presente um conjunto de conceitos-chave, para melhor compreender e intervir junto à população imigrante e à sociedade acolhedora (ver tabela 2).

Tabela 2. *Conceitos-chave que o assistente social deve ter em consideração na intervenção junto à população imigrante e sociedade de acolhimento*

Conceito	Ideias-chave
Interculturalidade	Abordagem que promove o diálogo entre diferentes culturas, reflete a interação dinâmica da troca de tradições, ideias, valores no respeito das pessoas de origens culturais diversas, criando para esse fim espaços de socialização. A interculturalidade é, ainda, um meio para se combater a exclusão social e o preconceito. Os discursos/ideias discriminatórios são causa do fracasso no processo de integração e coesão social.
Diversidade cultural	Diversos aspetos que são únicos em cada cultura, somados, e interagindo num mesmo ambiente.
Discriminação	Falta de igualdade entre os membros de uma mesma sociedade e a perpetuação dos danos que esta causa na vida quotidiana das pessoas.
Exclusão social	Privar as pessoas de poderem exercer os seus direitos enquanto pessoa e cidadão na sociedade, direitos esses como o trabalho, a moradia, a saúde ou educação.
Direitos Humanos	Conjunto de direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais que todo e qualquer ser humano independentemente da sua raça, nacionalidade, religião e sexo não pode ser impedido de exercer.
Inclusão social	Medidas, procedimentos e ações a serem tomados para poder integrar pessoas ou grupos que estejam a margem da sociedade, trazendo-os para o centro da mesma para aí serem protagonista.
Multiculturalidade	Convivência entre pessoas de diferentes procedências étnicas, linguísticas e culturais num determinado espaço geográfico.

Fonte: Elaboração própria da autora.

É papel do assistente social promover a inclusão social e o respeito pelas diferenças culturais de todos e de cada um, fomentando, assim, a coesão social. Esse trabalho de aceitação das diferenças favorece a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, orientada pelos Direitos Humanos.

Como dar resposta a esse fenómeno se o assistente social não estiver formado e informado sobre essas questões? O assistente social deverá manter-se sempre ligado à academia, se quiser oferecer respostas duradouras às pessoas com quem intervém, além de contribuir para a elaboração de políticas públicas que provoquem efeitos concretos na vida das pessoas.

Apesar de cada migrante ser uma pessoa única, com uma história singular e que chegou àquele contexto por fatores próprios e inerentes à sua trajetória, cada caso deve ser tratado de maneira individualizada. É necessário traçar um plano de intervenção segundo as aptidões do migrante, empoderá-lo naquilo que já possui, ajudá-lo a descobrir outras competências, num esforço contínuo para que ele se perceba como alguém que tem valor.

É fundamental estabelecer uma relação de confiança com o migrante, sua família ou comunidade. Quando o migrante percebe que a confiança é mútua, a relação torna-se verdadeira e, a partir daí, o processo de intervenção é mais fácil para ambas as partes, trazendo melhores

resultados. Esse vínculo de confiança também deve estender-se aos outros profissionais com quem o assistente social se relaciona e dos quais a intervenção depende, sem descuidar da relação com a própria instituição que o profissional representa, bem como com as demais entidades das quais o utente depende.

O trabalho do assistente social com migrantes, cujas fragilidades sociais são maiores, consiste em promover a inclusão na comunidade e fora dela, mobilizando os recursos próprios e do meio. A ação do assistente social, nesse contexto, potencializa:

- O combate à exclusão social e à segregação;
- A promoção da integração do migrante, da família ou da comunidade, considerando suas forças e fragilidades;
- A agregação de pessoas e recursos, dos setores público e privado, para a concretização de projetos de inclusão e integração;
- A mobilização dos diversos instrumentos já existentes no setor das migrações e em outras áreas, tendo em vista a proteção social.

É uma batalha diária do assistente social pelo respeito e valorização da cultura dos migrantes e das minorias étnicas. Para isso, não mede esforços no combate à discriminação e aos estereótipos enraizados nas nossas sociedades. O objetivo da ação do assistente social é garantir o exercício pleno dos direitos dos migrantes, sua autonomia e papel de ator na sociedade, além de fomentar o diálogo entre o migrante e a sociedade de acolhimento, trabalhando por políticas públicas mais ajustadas para esse público.

Investigar sobre a relação entre o Serviço Social e a imigração constitui uma busca contínua por estratégias que possibilitem ampliar a capacidade e a vontade das organizações formais em apoiar na resolução dos problemas enfrentados pelos imigrantes, ou daqueles relacionados a eles, concebendo-os como problemas humanos. Enquanto profissionais do Serviço Social, reconhecemos que essa problemática envolve não apenas os agentes das organizações formais, mas também os próprios imigrantes (Baláž & Čemová, 2019).

CAPÍTULO 2. METODOLOGIA

2.1. Objetivos: geral e específicos

O objetivo geral desta investigação consiste em “*Compreender o percurso de integração dos imigrantes em Portugal e qual o papel dos profissionais de serviço social nesse processo*”.

Para concretizar o objetivo geral, foram estabelecidos cinco objetivos específicos, que direcionaram a investigação e permitiram estruturar de forma lógica e articulada as etapas a subsequentes. São eles:

1. Analisar os percursos de imigração dos imigrantes em Portugal
2. Analisar o processo de integração dos imigrantes na sociedade portuguesa, evidenciando fatores facilitadores e obstáculos
3. Apreender os significados que os imigrantes atribuem às respostas existentes para o processo de integração e ao papel dos profissionais de Serviço Social nesse processo
4. Analisar a intervenção realizada pelos profissionais de Serviço Social com vista à integração dos imigrantes
5. Identificar as estratégias de aculturação privilegiadas na adaptação da pessoa imigrante no seu novo contexto

2.2. Estratégia de investigação: pesquisa de índole qualitativa

O presente estudo enquadra-se numa abordagem de natureza qualitativa, direcionada a perceber os significados que as pessoas migrantes atribuem quer à sua experiência de integração no país de acolhimento, quer ao papel dos profissionais de Serviço Social nesse processo. Simultaneamente, procurou-se compreender as experiências subjetivas dos assistentes sociais associadas à sua prática profissional com os imigrantes.

Esta pesquisa adotou uma abordagem indutiva, voltada para a descoberta de padrões, temas e teorias emergentes a partir da análise dos dados recolhidos, pois, a “pesquisa qualitativa pretende revelar a realidade social tal como vista pelos membros do contexto em questão.” (Bryman, 2015, p.327).

Esta opção metodológica justifica-se, pelo desejo de identificar pontos de vista, crenças, atitudes e experiências vividas tanto pelas pessoas imigrantes, quanto pelos profissionais. A utilização desta “lente” (pesquisa qualitativa), “molda os tipos de questões formuladas, informa como os dados são coletados e analisados, e proporciona um apelo à ação ou à mudança” (Creswell, 2010, p.90).

2.3. Amostra e participantes

A amostra da presente investigação foi não probabilística e intencional. Trata-se de dois grupos amostrais, sendo que o primeiro grupo, imigrantes assistidos por uma instituição de apoio aos mesmos da região do Cávado e o segundo de assistentes sociais que trabalham com imigrantes.

No que diz respeito aos imigrantes, constituíram-se os seguintes critérios de inclusão e de exclusão:

- Critérios de inclusão: os imigrantes presentes na instituição no momento da recolha dos dados, que estejam em território nacional entre 3 meses e 12 meses, de língua portuguesa ou francesa, de ambos os sexos e disponíveis para participar do estudo.
- Critérios de exclusão: imigrantes que se encontrem em território nacional ou há menos de 3 meses ou há mais de 12 meses e todos aqueles que não falem português ou francês.

Para aceder aos imigrantes foi solicitada a colaboração de uma instituição da região. Após aceitação da instituição, foi solicitada a indicação de um profissional que, pelas suas funções, tenha um conhecimento aprofundado da realidade e dos potenciais participantes na pesquisa. Esse profissional serviu de mediador entre a investigadora e os imigrantes, potenciando a identificação dos possíveis participantes.

No que diz respeito aos assistentes sociais, constituíram-se os seguintes critérios de inclusão e de exclusão:

- Critérios de inclusão: ser assistente social e trabalhar no apoio aos imigrantes.
- Critérios de exclusão: não ter licenciatura em Serviço Social e trabalhar na instituição há menos de 6 meses.

Para aceder aos assistentes sociais, a própria investigadora entrou em contacto com os profissionais solicitando a entrevista.

A amostra foi constituída por um total de 13 de imigrantes e 2 assistentes sociais. Os imigrantes entrevistados foram selecionados com o apoio dos profissionais de serviço social e, de modo a alargar a amostra e ter acesso a mais participantes, recorreu-se igualmente à técnica da amostra em “bola de neve”. Esta técnica consiste em o investigador selecionar intencionalmente alguns participantes, que, por sua vez, indicam outros indivíduos que tenham vivido as mesmas experiências e que sejam relevantes para a investigação em curso. Através dessas redes pessoais destes primeiros participantes, é possível ampliar o acesso aos sujeitos desejados. Esta técnica

permite superar as limitações do terreno empírico e é utilizada especialmente quando a amostra é insuficiente ou de difícil acesso (Bryman, 2015).

2.3.1. Ajustes ao projeto inicial

Para esta investigação, no projeto inicial estabeleceu como critérios de inclusão os imigrantes presentes na instituição no momento da recolha dos dados, que estivessem em território nacional entre 3 meses e 12 meses, de língua portuguesa ou francesa, de ambos os sexos e que quisessem participar do estudo.

Contudo, no momento da recolha dos dados, verificaram-se mudanças significativas na realidade do campo empírico, revelando um cenário bastante mais volátil do que o previsto, o que dificultou o acesso à amostra que correspondesse os critérios pré-estabelecidos. Tal facto exigiu a ampliação do período de 12 meses para até 4 anos. Assim, as questões sobre o período de integração tiveram mais ênfase no momento da chegada quanto no momento presente. Essa adaptação mostrou-se muito favorável na recolha de informação, como por exemplo, tivemos participantes com já um longo período de permanência no território nacional, mas ainda com muitas dificuldades por não terem conseguido regularizar a sua situação no que diz respeito à documentação.

Acrescentar ao nosso estudo a estratégia “bola-de-neve” constituiu uma forma de colmatar o número reduzido de participantes no momento da recolha de dados. Esta abordagem permitiu alcançar um número maior de participantes e assegurar a continuidade da investigação, como também aprofundar outras realidades de migrantes que não dispõem de apoio, ou simplesmente, desconhecem as redes de rede apoio existentes.

2.4. Técnica de recolha de informação: entrevista semiestruturada

Para responder aos objetivos enunciados anteriormente, elegeu-se a realização de entrevistas, pois pretende-se compreender profundamente as impressões e as experiências dos entrevistados, obtendo assim uma amplitude completa de informação. A entrevista foi semiestruturada, com um guião pré-definido, o que permitiu a sistematização da recolha dos dados necessários, mas também a flexibilidade necessária para explorar outros temas que poderiam surgir durante o diálogo já que, como refere Bryman, “a entrevista qualitativa deve ser flexível e procurar descobrir as visões de mundo dos participantes da pesquisa” (2015, p. 332).

Segundo Coutinho (2015), as entrevistas são uma fonte privilegiada para se obter informações que não seriam obtidas através de um inquérito, dado que o entrevistador poderá sempre solicitar ao entrevistado explicações suplementares caso a primeira resposta obtida tenha sido insuficiente.

A entrevista é normalmente preparada com a ajuda de um guião. Este guião estrutura o curso da entrevista de forma mais ou menos ajustada. O guião pode simplesmente conter alguns tópicos que devem ser abordados ou pode constituir uma sequência detalhada de perguntas cuidadosamente formuladas. Para as entrevistas semiestruturada o guião deve incluir um resumo dos tópicos que devem ser abordados, com perguntas sugeridas, ficando a critério e ao tato do entrevistador decidir o quanto seguir o guião e aprofundar as respostas dos entrevistados e as novas direções que elas podem abrir (Kvale, 1996).

A opção por uma entrevista semiestruturada, no âmbito da nossa pesquisa, revela-se particularmente adequada à investigação qualitativa, pois, permite uma maior flexibilidade tanto para o pesquisador quanto para o entrevistado, o que há torna valiosa para uma pesquisa qualitativa que quer assimilar a perspectiva do participante, pois, “nas entrevistas de investigação qualitativa, os participantes oferecem versões de eventos, ações, sentimentos, etc.” (Flick, 2022, p.97).

Deste modo, foram construídos dois guiões de entrevista semiestruturada: um para os imigrantes, o outro para os assistentes sociais. O guião de entrevista dos imigrantes⁴ contemplou os seguintes temas: caracterização socioprofissional antes do processo migratório, percurso migratório e chegada a Portugal, perceção sobre o apoio institucional no processo de acolhimento, situação atual e caracterização sociodemográfica.

O guião de entrevista dos assistentes sociais⁵ contemplou os seguintes temas: caracterização profissional, atividade profissional com imigrantes, perceção sobre o papel do Assistente Social.

Quanto à realização das entrevistas ocorreram nos dias e horários escolhidos pelos entrevistados, em ambiente calmo e sem interrupções, onde os entrevistados estavam à vontade para falar e serem ouvidos, sem ruídos o que facilitou também a gravação do áudio.

⁴ Ver guião em anexo 1

⁵ Ver guião em anexo 2

2.5. Considerações éticas

Numa investigação em Serviço Social podem surgir circunstâncias ímpares dependendo da aquando da escolha de certas populações, contextos e pessoas que serão o foco do estudo. Os cenários nos quais estas pessoas estão englobadas e vinculadas aos serviços de assistência social estão repletos de implicações sociais, políticas, de desequilíbrio sistêmico e associados a estatutos de estigmatização, por isso, a investigação na área do Serviço Social implicou e implicará sempre uma forte responsabilidade, imputando a esses investigadores a agir eticamente ao longo de todo o processo científico (Sobočan, Bertotti & Strom-Gottfried, 2018). A escolha do método de investigação, segundo as autoras, tem de ser eticamente enquadrada uma vez que as pessoas nele envolvida é com o intuito de capacitar o sujeito, emancipá-lo, criando um compromisso com o mesmo e a comunidade.

Para Kvale (1996) para poder se cumprir o compromisso ético numa investigação, o investigador tem de salvaguardar três aspetos fundamentais: a obtenção do consentimento informado, garantir a confidencialidade e o anonimato, e esclarecer as consequências da participação no estudo.

Uma etapa proeminente antes da coleta dos dados é a obtenção do consentimento informado, pois este é um elemento indispensável no âmago do protocolo ético, assim o investigador tem o acordo do participante e ao mesmo tempo o salvaguardar de eventuais danos (Sobočan, Bertotti & Strom-Gottfried, 2018). Sob o ponto de vista de Merino, Cortés & Duarte (2023) o investigador deve encontrar meios para que sujeito esteja motivado garantindo dessa forma que o consentimento é reafirmado ao longo do processo, dessa forma, a investigação qualitativa deixa de estar assente apenas na disponibilidade do participante passando a ser um acordo colaborativo entre ambos na construção de uma relação de confiança mútua.

Ainda segundo Kvale (1996) terá de ser assegurado ao participante o anonimato, ou seja, que durante a investigação não poderá haver nenhum dado que o possa identificar ou chegar até ele, dado o fato que, durante a entrevista, podem emergir experiências de foro pessoal e informações sensíveis, assim sendo o anonimato protegerá o participante de possíveis constrangimentos, danos ou conflitos, além disso, o anonimato cria um ambiente seguro onde este pode exprimir livremente suas perceções da realidade. Cabe ao investigador assegurar a confidencialidade dos participantes durante todo o processo da investigação, para todos os dados identificáveis devem ser codificados e armazenados em lugar seguro com acesso restrito ao investigador e a sua equipa.

O princípio da justiça, segundo Flick (2022), tem o objetivo de assegurar que os grupos em situação de vulnerabilidade não sejam prejudicados pela sua participação, tendo o cuidado mesmo que uma entrevista não é fisicamente invasiva, poderá fazer emergir emoções e causar uma retraumatização de situações vivenciadas. Por essa razão, as entrevistas devem ser conduzidas ao ritmo de cada pessoa e que esta tenha a possibilidade de fazer pausas ou mesmo interromper a sua participação.

Os entrevistados deverão ser informados que a sua decisão de participar, ou não, no estudo não implicará qualquer consequência negativa, avaliação ou penalização.

Face ao exposto, o trabalho que aqui se apresenta salvaguardou os aspetos éticos mencionados. Assim, foi entregue a todos os participantes o documento “Informação ao Participante”⁶ onde foi explicitado os objetivos da investigação, os procedimentos envolvidos, e o direito de cada participante interromper a sua participação a qualquer momento, sem a necessidade de justificar a sua decisão. E foi obtido o respetivo consentimento informado⁷. Em momento algum do trabalho se revela a identidade dos participantes, sendo os entrevistados referidos por exemplo, por PP1, PP2, e assim sucessivamente, anonimizando qualquer elemento identificativo, para que nenhuma informação sensível seja associada ao participante.

Finalmente, e no que concerne aos benefícios que a participação na pesquisa pode trazer para os participantes e à sociedade de um modo geral, destaca-se o facto de com esta investigação se pretender contribuir com recomendações que melhorem as práticas de integração e promovam a criação de equipamentos e respostas mais adaptadas a realidade dos imigrantes da região em análise. Para além disso, pretende-se definir algumas linhas orientadoras para a intervenção social e abrir caminhos para futuras investigações nesta área.

Acresce ainda dizer que a pesquisa foi submetida à apreciação da Comissão de Ética do ISSSP tendo recebido parecer favorável com o número 74_2025.

2.6. Procedimentos de tratamento dos dados

O tratamento da informação recolhida foi feito através da categorização dos dados segundo a perspetiva do tema estudado, tendo-se procedido à análise de conteúdo conforme proposta por Bardin (2008), o que permitiu uma interpretação sistemática dos dados recolhidos.

⁶ Ver documento em anexo 3

⁷ Ver documentos em anexo 4

A análise de conteúdo é uma técnica muito utilizada na investigação em Ciências Sociais, e pode ser definida como um método que ordena o conteúdo recolhido, neste caso as entrevistas, em categorias relevantes, o que permitirá uma descrição real e sistemática daquela realidade.

Segundo Bardin (2008), este procedimento, a análise de conteúdo, tem por finalidade transformar os dados brutos recolhidos em resultados significativos. A autora refere que o método se desenvolve através de três etapas: organização da análise, a codificação e a categorização.

No primeiro momento, o da organização análise, procede-se à definição ao modo de como o material será trabalhado, no nosso caso as entrevistas recolhidas, essa definição é orientada pelos objetivos pré-estabelecidos da nossa investigação, de forma a permitir que a análise avance de forma sistemática, evitando improvisações e garantido o rigor do material recolhido (Bardin, 2008).

Um segundo momento importante neste processo corresponde à etapa da codificação, durante a qual transforma os dados recolhidos em unidades de análise. Bardin (2008) descreve este processo como “o recorte” (p.129), no qual palavras ou frases são transformadas em unidades de registo, permitindo a posterior a classificação e tratamento, “como recortar o texto em elementos completos? A escolha das unidades de registo e de contexto deve responder de maneira pertinente (pertinência em relação às características do material e face aos objetivos da análise)” (Bardin, 2008, p.130).

E o terceiro momento que é a categorização. Para a autora, esta é a etapa onde as unidades com características comuns são agrupadas. Trata-se uma fase fulcral para o investigador, que assim consegue identificar os padrões, as contradições e os sentidos presentes nos dados recolhidos, estabelecendo uma espécie de ponte entre esses dados e os objetivos da pesquisa, transformando dados brutos em informações estruturadas, “é fornecido o sistema de categorias e repartem-se da melhor maneira possível os elementos à medida que vão sendo encontrados. Este é o procedimento por “caixas” ...” (Bardin, 2008, p.147).

Ainda conforme sugerido por Bardin (2008) um dos instrumentos utilizados para esta investigação será a utilização de uma grelha⁸ para sistematizar os dados recolhidos e organizar de forma mais rigorosa a análise de conteúdo. O conteúdo obtido nas entrevistas foi inserido na grelha, dividida em categorias e subcategorias, repartido segundo os objetivos da investigação

⁸ Ver grelha de análise de conteúdo das entrevistas anexo 5

e de acordo com o material que reportado pelos participantes. Nas palavras de Bardin, “quando se faz análise de entrevistas, raramente é possível estabelecer uma grelha categorial única e homogénea, devido à complexidade e à multidimensionalidade do material verbal” (2008, p.116).

Por fim, após a análise do conteúdo, procedeu-se à interpretação dos dados, tendo como base o enquadramento teórico, com o objetivo de verificar a convergência, ou não, dos resultados em relação aos objetivos desta investigação.

CAPÍTULO 3. VOZES DA IMIGRAÇÃO: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS EMPÍRICOS

3.1. Retrato sociodemográfico dos participantes

A presente investigação é constituída por 15 participantes, dos quais 13 são imigrantes e 2 são assistentes sociais.

Tabela 3. *Caracterização sociodemográfica dos imigrantes entrevistados*

	N	%
Sexo		
<i>Masculino</i>	4	31%
<i>Feminino</i>	9	69%
Total	13	100
Grupo etário		
<i>19-25 anos</i>	8	62%
<i>37-55 anos</i>	5	38%
Total	13	100
Estado civil		
<i>Solteiro</i>	10	77%
<i>Casado</i>	3	23%
Total	13	100
Filhos		
<i>Sim</i>	5	38%
<i>Não</i>	8	62%
Total	13	100
Nível de escolaridade		
<i>12º ano completo</i>	12	92%
<i>Licenciatura</i>	1	8%
Total	13	100
Nacionalidade		
<i>Países da CPLP</i>	10	77%
<i>Outros países</i>	3	23%
Total	13	100

Fonte: Elaboração própria da autora a partir das entrevistas

Relativamente ao primeiro grupo amostral, composto pelos 13 imigrantes, e como se pode observar na tabela 3, trata-se de um grupo predominantemente feminino, com idades compreendidas sobretudo entre os 19 e os 25 anos, solteiros, sem filhos e com qualificações ao nível do ensino secundário. É de destacar que 8 imigrantes com este nível de escolaridade estão atualmente a frequentar o ensino superior em Portugal. No que concerne as nacionalidades, 10 entrevistados são de países da CPLP, nomeadamente: 6 angolanos, 1 moçambicano, 1 brasileiro e 1 timorense. Os restantes são de outros países: 2 salvadorenhos e 1 colombiano.

O segundo grupo amostral é constituído por duas assistentes sociais com experiência de intervenção junto de pessoas imigrantes, compreendida entre dois e quinze anos. Ambas são licenciadas em Serviço Social e exercem funções numa instituição da região do Cávado, a qual dispõe de várias valências destinadas ao apoio e acompanhamento da população imigrante.

3.2. Caminhos da migração: histórias, motivações e percursos

Segundo Berry (1997) o percurso migratório é um processo multifacetado e que não pode ser reduzido a um único fator. É, sim, fruto de várias circunstâncias que envolvem motivações individuais, familiares ou conjunturais. Este percurso é influenciado por fatores de repulsão (*push*) e atração (*pull*), que moldam a decisão de partir e a escolha do destino. As unidades de registo revelaram que o trabalho e a educação foram os principais motores da imigração para a nossa amostra. Para a maioria dos entrevistados a migração é vista como um investimento no capital humano:

- Estudo:

“desde sempre era suposto fazer a universidade fora, por causa da qualidade de ensino é assim e também o meu pai viu que tinha condições para pagar os estudos e optámos por fazer a universidade fora” (PP1)

“Eu já tinha um bom ensino, estava numa boa faculdade, mas queria estudar fora. Sonho de muitas pessoas concluir os estudos no exterior e foi por isso que eu tomei a decisão de vir estudar fora.” (PP5)

- Trabalho:

“estava um bocadinho com trabalhos informais. Devido a poucas oportunidades de trabalho para profissionais... mas acabaram essas oportunidades e já havia um bocadinho de dificuldades e decidimos migrar” (PPP8)

“Porque no meu país eu tem um trabalho, mas é ganhar só pouquinho, não é bom salário e depois eu prefiro para sair para mudar a vida, não é. O que eu queria fazer no futuro melhor, por isso que eu sair deixar o meu país e minha família tudo isso” (PPP7)

- Melhores condições de vida e oportunidade:

“queremos melhorar de vida e saímos do nosso país à procura de novas condições” (PP2)

“A falta de oportunidades lá no meu país é muito grande, não é? Tendo 2 filhas ainda pequenas...e pensamos no futuro delas, mais do que do nosso futuro. Por isso, decidimos mudar de país.” (PPP8)

O último Relatório Mundial sobre Migrações 2024 (OIM, 2024), enfatiza que o ato de imigrar mantém-se como um pilar fundamental na procura de condições mais favoráveis de vida e oportunidades para o próprio e para as suas famílias.

A teoria de Berry (2005) sugere que o suporte familiar pode facilitar a aculturação. A decisão de migrar nem sempre é individual, ela é habitualmente partilhada ou imposta pelo núcleo familiar, o que pode influenciar positiva ou negativamente a forma como o indivíduo vê a integração no primeiro momento, como podemos verificar no discurso dos nossos participantes:

“Quer dizer, não foi a minha decisão. Foi a decisão da minha mãe e da minha irmã... então foi mais uma decisão delas, às vezes do que a minha” (PP2)

“No caso foram os meus pais, eles ficaram cá um ano, dois anos antes de vir para cá... começaram a preparar o cenário para depois virmos todos para cá” (PP4)

“Na verdade, a decisão partiu dos meus pais, porque eles queriam explorar novos ambientes, conhecer novas culturas, apesar da língua ser igual, queria conhecer um pouco mais Portugal a fundo, então partiu da decisão dos meus pais.” (PP6)

A escolha de Portugal como destino não é aleatória. Esta escolha é induzida por redes sociais preexistentes (Peixoto, 2004), ou ainda, pela facilidade linguística, fatores estes que reduzem a ansiedade associada ao desconhecido e serve como um remédio preventivo contra o isolamento social.

“...porque eu tenho uma família aqui em Portugal, tenho a minha irmã também” (PP1)

“Eu escolhi Portugal por causa da língua” (PP3)

“...e pensamos em Portugal só por isso, só por só por essa forma de conseguir essa legalidade. E quando começamos a investigar, nos apaixonamos por um país e por esta coisa e até ficamos emocionados” (PPP8)

O percurso migratório no panorama atual, com o maior endurecimento da legislação e fortemente marcado por obstáculos burocráticos, e apesar de em alguns casos, os imigrantes planearem com alguma antecedência as suas viagens, a espera pela obtenção do visto, a burocracia, a demora e os custos com a viagem, geram estados de incerteza e constituem uma fonte de stress, sobretudo quando o tempo de espera para a obtenção dos mesmos é excessivamente prolongada:

“Consulado português lá em **** [refere o nome do país de origem] é muito complicado tem muitas burocracias” (PP1)

“Demoraram alguns meses e foi um tempo em que determinaram uma certa data, só que depois passou essa certa data e já havia bilhete comprado, então teve que se estender ainda mais.” (PP3)

“Esse processo foi longo, ... principalmente os vistos que estão mesmo muito difícil para o meu país ... não foi fácil” (PPP12)

3.3. O processo de integração em análise: obstáculos e fatores facilitadores

Na atualidade, a palavra integração tornou-se um conceito de “disputa” dentro da comunicação social, na política, nos cafés, etc. Como foi referido anteriormente, Ager e Strang (2008) propõem um modelo de integração em quatro níveis: Marcadores e Meios (Emprego, Habitação, Educação, Saúde), Conexão Social (Vínculos Sociais, Pontes Sociais e Laços Sociais), Facilidades (Língua e Conhecimento Cultural, Segurança e Estabilidade) e Base (Direitos e Cidadania). Mas esse modelo de integração pode transformar-se rapidamente em obstáculos intransponíveis, quando as condições do aparelho público/legislativo não estão reunidas.

A experiência migratória não se limita apenas ao ato de uma deslocação territorial, vai muito além disso. Ela assenta num processo plurifacetado que abrange as dimensões sociais, económicas, culturais e emocionais. O ato de imigrar é marcado por expectativas idealizadas em relação ao país de destino, construídas a partir de narrativas de sucesso e de representações simbólicas de mobilidade social ascendente. Mas, ao chegar a Portugal, e nosso caso na região do Cávado, o imigrante depara-se frequentemente com uma realidade muito distante das suas expectativas iniciais. O idealizado “*El Dorado*” converte-se rapidamente num cenário marcado por inúmeras dificuldades que surgem de forma contínua e colocam o imigrante numa situação de particular fragilidade social.

3.3.1. Obstáculos à Integração

Entre os obstáculos referidos pelos participantes, destacaram-se como mais relevantes as dificuldades relacionadas com a habitação, a barreira linguística, o acesso aos cuidados de saúde e a adaptação ao clima.

A **habitação** é um dos domínios-chave para a integração dos imigrantes em qualquer sociedade, servindo de pilar para a estabilidade física e emocional, gerando sensação de segurança nos sujeitos (Ager & Strang, 2008). Contudo, os dados recolhidos no terreno empírico revelam que este é um dos maiores obstáculos no processo de adaptação em Portugal. Sem morada estável, o acesso a outros direitos como a inscrição no Serviço Nacional de Saúde ou a abertura de uma conta bancária, tornam-se quase impossíveis. Esta realidade demonstra como as políticas de habitação são disfuncionais e insuficientes e impactam diretamente a vida e a capacidade de

integração do recém-chegado. A escassez de oferta e as rendas muito elevadas provocam situações de angústia, como descrito pelos participantes:

“Tive muitas dificuldades em encontrar uma casa, tanto que inicialmente tive que ficar em casa de um tio... tinha necessidade de me mudar” (PP1)

“Não há habitação, mas tive vários dias de angústia porque ainda não conseguia e estava a pagar um alojamento local e era muito, eram 50 euros diários na altura” (PPP8)

“Casa mesmo foi a primeira dificuldade” (PPP10)

Um segundo obstáculo indicado pelos entrevistados relaciona-se com a **língua**. Segundo Ager e Strang (2008), só quando há aquisição de competências linguísticas e compreensão das normas culturais é que se pode afirmar que há participação plena do indivíduo e a coesão social. Mas, para uma parte dos participantes a língua surge como um obstáculo, tanto para a inserção no mercado, quanto para a construção de laços sociais. Além disso, pode transformar-se num grande bloqueio para o conhecimento dos seus próprios direitos.

“eu não sei falar português nem nada zero primeiro é língua e depois não tem trabalho...” (PPP7)

“Para mim era um impacto muito grande e logo a língua. Eu não percebia nada...Eu tentava falar em inglês porque é outra língua que eu falo, mas não havia muitas pessoas que falassem inglês, ...comunicar-me com as pessoas, nos primeiros dias era impossível.” (PP9)

“Por incrível que pareça, eu falo português, português falam português, mas esquece, eu não entendia nada do que eles falavam... principalmente aqui no Norte, tem mais dificuldade assim com as palavras, então nesse aspeto foi um pouco mais difícil para mim adaptação da língua” (PP2)

Conformemente a Ager e Strang (2008) o acesso confiável aos serviços de saúde contribui para o bem-estar físico e mental e segundo o Relatório Estatístico Anual do OM (OM, 2023), o acesso ao sistema de saúde é essencial para a plena inclusão dos imigrantes nas sociedades de acolhimento e a ausência deste pode comprometer profundamente o processo de integração. Embora o acesso à saúde seja um direito fundamental, com força de lei (Constituição da República Portuguesa, 1976, art. 64º) o desconhecimento do sistema, as dificuldades linguísticas e a falta de informação, deixam esse direito quase inacessível aos imigrantes.

“Desconhecia como funcionava. Tive uma filha doente durante vários dias... Por falta de conhecimento ... não fui a um hospital público e tive que pagar ... gastei muito ... por desconhecimento.” (PPP8)

“Havia outros meninos que já tinham muito tempo aqui ou que tinham mais dinheiro que eu, tinham tudo, ...enquanto eu não tinha nada disso ... eu me lembro que essas

primeiras 3 semanas que eu estive aqui eu fiquei doente, muito doente...foi uma transição muito complicada” (PP9)

A adaptação climática também representa um desafio significativo na opinião dos participantes. A transição para diferentes contextos geográficos é muitas vezes subestimada, mas surge nas narrativas como um fator de forte impacto físico, um verdadeiro desafio quando se fala de adaptação a uma nova realidade.

“Adaptação, primeiro estava saindo um clima totalmente diferente, eu cheguei aqui era inverno, foi horrível assim, o frio era 10 vezes pior, o frio, a chuva, o clima, foi horrível assim a adaptação.” (PP2)

“Sentimos principal dificuldade só no clima de frio, principalmente no primeiro ano que foi o primeiro inverno que nós passamos aqui” (PP4)

“No meu país é faz mais calor, muito calor e um clima tropical húmido e diferente daqui ... aqui eu tive que me adaptar ao clima é muito frio mesmo foi também foi um pouquinho difícil para mim.” (PP5)

3.3.2. Fatores facilitadores que promovem a integração

Ainda segundo o modelo de integração Ager e Strang (2008) os vínculos sociais fazem parte deste processo. As relações com familiares e membros do grupo étnico promovem o suporte emocional e cultural de que o imigrante necessita para a sua integração na nova sociedade. De acordo com os nossos participantes:

“Tive sim um apoio porque estava cá a minha irmã, já que ela veio aqui muito cedo, muito novinha, então tive essa rede de apoio. A minha irmã ajudou-me bastante e acredito que se ela não estivesse aqui” (PP1)

“ajuda específica, mas no caso temos familiares que estão noutras cidades, seja Lisboa ou Porto.” (PP4)

“conhecemos uma família também do nosso país e com eles aí arranjam um apartamento que ainda estamos aí” (PPP8)

“Tinha família, mas não foi a família que ajudou. Foram os estranhos que conseguiram ajudar muito melhor do que a família. Na vida nada acontece por acaso muitas das vezes são os estranhos que nos apoiam muito mais do que a nossa própria família.” (PPP13)

3.3.3. O olhar dos imigrantes sobre os serviços públicos

As ligações sociais, ou seja, a interação com as instituições e serviços do Estado, são fundamentais para a garantia da igualdade e equidade no acesso de bens e serviços (Ager & Strang, 2008). No entanto, quando chegaram a Portugal, o primeiro contato dos entrevistados com os serviços públicos, nomeadamente Segurança Social, Autoridade Tributária,

AIMA/SEF, Serviço Nacional de Saúde e juntas de freguesia, foi percecionado como negativo por 10 dos participantes, enquanto para apenas 3 relataram uma experiência positiva.

A partir dos dados recolhidos do terreno empírico subdividiremos este ponto em cinco subpontos, a saber: atendimento negativo, burocracia, xenofobia, sobrecarga dos serviços e despesas com apoio jurídico.

a) Atendimento negativo

Na perspetiva dos participantes, a forma como os funcionários prestam atendimento as pessoas que acabaram de chegar ao país, e que não tem conhecimento do funcionamento, regras e normas do sistema, deveria pautar-se por maior paciência e empatia. Ao invés disso, na perceção dos participantes o atendimento foi amplamente negativo, os relatos apontam para comportamentos considerados antipáticos, rudes e pouco educados, marcados pela falta de paciência, ausência de esclarecimentos adequados e insuficiência de informação. Acresce ainda que a forma de comunicação adotada pelos profissionais foi entendida como inadequada para a situação:

“Não tive uma boa experiência desde o atendimento... é um atendimento péssimo para os imigrantes... a forma como falavam com os imigrantes. Não achei apropriada.” (PP1)

“No primeiro contacto, as pessoas são rudes, são mal-educadas, não têm paciência... nós só queremos informações, só queremos ser atendidos com respeito... essa falta de respeito na parte das pessoas que nos atendem.” (PP2)

“Tem dias que as pessoas parece que nem querem nos ver ali à frente... acabam dificultando uma pequena coisa, em vez de tentar ajudar... eles complicam, volta, não dá para te atender. Hoje não, já é tarde.” (PP5)

b) Burocracia

De acordo com Góis (2019), o processo de integração pode passar por diversos transtornos, tais como, a burocracia e a centralização dos serviços nas grandes cidades. Esta barreira, chamada burocracia, retarda e impede, muitas vezes, os imigrantes de exercerem/viverem plenamente os seus direitos, constituindo para estas pessoas um desgaste físico, mental e emocional muito grande.

“Acho que é um processo demorado e meio que difícil... enrolar muito mais o processo e sem dar uma resposta concreta... dizem sempre que está em processo em andamento... tive que várias vezes mandar os mesmos documentos ou mandar documentos virem do meu país... para iniciar o processo mais uma vez.” (PP3)

“Acho que eles são bem burocráticos em questões de papeladas... deveriam ter um pouco mais... uma forma mais de ajudar esses imigrantes que estão vindo para cá...”

muitas pessoas têm dificuldade em procurar papelada... seriam um pouco mais recetivos com essas pessoas que têm mais dificuldade.” (PP6)

c) *Xenofobia*

O “*Barómetro da Imigração: a perspetiva dos portugueses*” (Góis & Lopes, 2024), revela que determinados discursos políticos têm contribuído para o crescimento de perceções distorcidas na população residente sobre o acolhimento das pessoas imigrantes, o que propicia a discriminação, o preconceito e a xenofobia. Tais perceções traduzem-se em comportamentos agressivos para com estas populações e em formas diferenciadas de tratamento, como sentiram e relatam os participantes:

“Quando tu abres a boca ou o sotaque ou quando a tua aparência já entrega que tu não és de cá... o tratamento, o atendimento ou a forma que vão falar contigo... é bem diferente da forma como vão falar, por exemplo, com um português.” (PP1)

“Na Segurança Social... o funcionário falou para nós um bocadinho rude... disse que tinha que ir para o meu país... não entendíamos muito bem a língua e não sabíamos que estava a ter esse episódio de como de xenofobia...isso foi dentro do ISS.” (PPP8)

“É muito difícil ser imigrante neste país, principalmente ser muçulmano neste país. Eu cheguei aqui a usar o hijab, com hijab no serviço público. Eu fui tratada de uma forma sem o hijab, eu fui tratada de uma forma totalmente diferente “(PPP13)

d) *Sobrecarga dos Serviços*

Ainda segundo Góis (2019), um dos entraves encontrados no processo de integração é a escassez de recursos e a exígua coordenação entre as entidades públicas responsáveis pelo serviço de apoio aos imigrantes, o que gera assim a sobrecarga nos poucos serviços existentes. Esta foi uma das dificuldades mais ressentida pelos nossos participantes:

“É uma situação que já tem se alastrado há vários anos... tem pessoas que já estão aqui um pouquinho a mais... não têm documentos, estão na mesma situação que eu... por conta da oferta e demanda... tem muita gente a necessitar desse serviço... não tem os documentos.” (PP4)

“Muitas das vezes você acorda às 5 horas... vai tratar um documento e às vezes nem consegue tirar uma senha... tens que voltar... ficas nesse corre-corre durante uma semana só para tirar um às vezes é só ir à busca de uma resposta que nem consegues.” (PPP10)

e) *Despesas com apoio jurídico*

Um dado novo emergiu das entrevistas: o recurso ao pagamento de escritórios de advogados e/ou empresas para auxiliar nos processos de legalização no país ou obtenção dos documentos. 5 dos entrevistados recorreram a este tipo de serviço. Cada vez mais se observa o crescimento

deste fenómeno, com escritórios de advocacia e empresas a prometerem facilitar os processos para a obtenção de documentação. Contudo, verifica-se que, na realidade, cobram valores elevados por serviços que são gratuitos, sendo que, no final, o tempo de espera acaba por ser o mesmo e algumas vezes o imigrante fica na mesma sem resposta.

“É uma empresa particular paga, meu pai contratar eles para ajudar com a documentação” (PP6)

“Procurei um alguém que fizesse esse tipo de trâmite... paguei muito... para tirar o NIF que é gratuito... paguei 260 euros... no total paguei acho que era 1000 a 1200 euros... é um dinheiro difícil de arranjar... tive que pagar esse tipo de serviços” (PPP8)

“Não, não consegui. Tive mesmo que ir à busca de um advogado” (PPP10)

3.4. Significados da integração e o papel do Serviço Social no discurso dos imigrantes

A nossa escolha em fazer uma investigação qualitativa foi o de buscar compreender o ressentir que os imigrantes atribuem à sua experiência de integração. Neste sentido, procurámos apreender os significados atribuídos às respostas existentes a partir da ótica dos imigrantes.

3.4.1. Redes de apoio: alicerces da integração

As associações desempenham um papel central no apoio às populações migrantes, oferecendo respostas diversificadas como apoio material, jurídico, administrativo e social. A sua atuação combina a execução de políticas públicas e iniciativas próprias face às lacunas deixadas pelo Estado ou mesmo a ausência deste. Parte desse apoio é assegurada por coletivos auto-organizados da sociedade civil, e que nem sempre são dotados de personalidade jurídica formal. A crescente mobilização da sociedade civil traduz-se numa lógica de solidariedade e fraternidade em resposta a deterioração das condições de vida das populações migrantes. Nesse sentido, as associações tornam-se, muitas vezes, o único recurso disponível fora dos serviços formais do Estado (Jacquey, 2021).

Dos entrevistados, 9 tiveram algum tipo de apoio por parte de algum serviço, profissional ou iniciativa local, e outros 4 afirmaram que não tiveram nenhum tipo de apoio:

“Mas na parte ajuda específica, nós recebemos propriamente da ***** [refere o nome da instituição]..., que no caso, por sermos novos, nos acolheram, por exemplo, seja com roupa de frio, seja com alimentação, fomos muito bem acolhidos nessa parte.” (PP4)

“eu fiz a inscrição em instituições com algum tipo de ajuda, para a procura de trabalho, para eventualmente para ter ajuda alimentar e esse tipo de coisa por precaução e recebemos ajudas inicialmente” (PPP8)

“recebi a ajuda dessas 2 entidades. ... Isso foi aí que essas pessoas começaram a fazer, tipo, a mover-se, tipo a ajudar-me para eu receber os documentos... Essas duas entidades ajudaram muito. Sim.” (PP9)

“Através do projeto **** [refere o nome do projeto]... tem sido uma segunda casa, foi um amparo num momento de muita tristeza... foram amparo, ajuda, apoio, foram família... deram o apoio devido e sempre ajudaram naquilo que eu mostrei dificuldades... Eles sempre ajudaram” (PPP13)

Apenas 3 dos participantes receberam algum tipo apoio do Estado:

“Recebi o **** [refere à designação do apoio]. Que era algo que o que o Estado pagava..., sim, recebia esse **** [refere à designação do apoio] ... era porque não estava a trabalhar e precisava de ajuda” (PP2)

“Sim, foi do Estado **** [refere à designação do apoio]... Nessa altura estavam a dar esse tipo de apoio... chegou um cheque a casa... Não pedimos, só chegou em casa. Consultamos para saber se podíamos usar o dinheiro ou não. E afinal, sim” (PPP8)

“Recebi o subsídio **** [refere à designação do subsídio]” (PP9)

3.4.2. O Serviço Social como agente de mediação e inclusão

Tal como exposto por Baláž e Čemová (2019), o Serviço Social pode ser compreendido como um conjunto de práticas profissionais orientadas para o apoio, mediação e intervenção em problemáticas sociais, visando a promoção da pessoa, da coesão social, do desenvolvimento territorial e o respeito pelos direitos humanos. Segundo os autores, a intervenção dos assistentes sociais pode assumir dimensões de aconselhamento, intervenção terapêutica e ação reformista ou ativista, e a aplicação integrada destas abordagens contribui para a harmonização das relações institucionais e a concretização efetiva de processos de integração local mais justos e inclusivos.

Os participantes destacam a importância dos profissionais de Serviço Social em todas as etapas deste processo salientando: o acesso à informação, o suporte na realização dos procedimentos administrativos, a articulação com outras redes de apoio e o acompanhamento durante o período de transição. Referem ainda que, sem esse apoio, a adaptação ao país de acolhimento não teria sido possível. Nas suas palavras:

“Explicou como eu tinha de fazer as coisas... foi a única pessoa que realmente me recebeu de braços abertos, me apoiou, me mostrou o caminho... tirou dúvidas... estava sempre disponível para me atender... de alguma forma me ajudou muito nessa adaptação.” (PP2)

“Sim já tive contacto porque alguém me disse ‘fala com uma assistente social’... entrei em contacto, sim, e ela demonstrou muito interesse em ajudar. Falou de apoios, falou de muita coisa” (PP5)

“Sim é **** [refere o nome da/o assistente social] me ajudou e me ajudou muito primeiro eu sobre a casa e depois arranjaram um trabalho para mim” (PPP7)

“Essas pessoas dessas entidades começaram a chamar outras pessoas, ... essas pessoas queriam ser a ponte para chegarmos a essas oportunidades... são pessoas que apreço muito.” (PP9)

A ação do assistente social pode nortear-se, como sugere Banks e Norh (2008), por quatro tipos éticos: uma intervenção na linha da ética kantiana, que tem por base a responsabilidade e autodeterminação da pessoa; uma ética utilitarista, onde o equilíbrio do bem sobre o mal é ação correta; a ética das virtudes, que tem por base que a ação correta é aquela que uma pessoa virtuosa faria em determinado contexto; por fim, a ética dos cuidados, que tem por fundamento o valor das relações que implica cuidado e atenção.

Os testemunhos de alguns participantes reconhecem ao assistente social o papel de facilitador de informação, um guia no labirinto burocrático que executa a sua função com cuidado e atenção:

“Eu tive sorte de ter uma boa assistente social, mas tem gente que não tem essa sorte...ter um assistente social ou uma pessoa que fala “lá esse é o caminho”, “que tens que seguir a partir dali” ...” (PP2)

Um dos participantes descreve a sua experiência com os profissionais de Serviço Social como um elemento particularmente significativo no seu processo de integração, salientando tratar-se de uma realidade que não existe no seu país de origem.

“Eles, por exemplo, aqui têm serviço social, algo que em **** [refere o nome do país de origem] não se vê. Aqui pensam muito nos idosos, pensam muito nas crianças, pensam muito no próximo. Estão sempre preocupados em cuidar e ver o povo num todo bem, algo que no meu país não existe” (PP1)

3.4.3. Desafios atuais vivenciados pela população imigrante

No que concerne ao tempo de permanência em Portugal, 7 dos participantes residem em território nacional entre dois a três anos, 4 encontram-se em Portugal entre oito meses a um ano, e 2 residem no país há aproximadamente quatro anos. Após algum tempo de residência em território nacional, alguns obstáculos foram ultrapassados, novos desafios emergiram e outros permanecem por resolver. Face a esta realidade, optou-se por agrupar as dificuldades identificadas pelos participantes em cinco grandes categorias: documentação, inserção no mercado de trabalho/estágio, medo de expulsão do país, elevado custo de vida associado a baixos salários e conciliação entre maternidade e trabalho.

a) Documentação

Conforme Bouquet e Jaeger (2011), o imigrante em situação administrativa irregular coloca de forma particularmente complexa e delicada a intervenção profissional entre o direito e a ética no Serviço Social. Os autores salientam: “Sem documentos, mas não sem direitos” (p. 13). Por sua vez, Branco (2023) afirma que a vida dos imigrantes depende muito de terem ou não estatuto de residência legal no país. Assim sendo, quem está ou fica sem documentos encontra maiores dificuldades em integrar-se. Tanto os profissionais, como os imigrantes sabem que sem papéis não há garantias de apoio. Mesmo quando existem direitos na lei, o acesso a esses apoios é-lhes dificultado. A falta de investimento em recursos públicos para acelerar os processos de regularização agravam ainda mais a situação de quem vive sem documentos ou está à espera deles:

“Vim para cá... com a intenção de fazer a manifestação de interesse... fiz tudo, fiz a manifestação de interesse, mas não foi respondida... Aconteceu que o meu processo de nacionalidade agora está há 2 anos até hoje não sai e eu não tenho a residência.” (PP1)

“O meu visto já é caducado... não posso sair do país, porque se eu sair não posso voltar... tenho que ficar aqui... se eu quiser ir visitar familiares ou passear para um outro país... eu não consigo.” (PP3)

“O meu caso é de um ano e meio, mas tem pessoas que estão há quatro, três, cinco anos e não resolveram a situação até agora.” (PP4)

b) Inserção no mercado de trabalho/estágio

Solano e Coninck (2023) defendem que o sucesso nas políticas de integração em áreas como o mercado de trabalho é benéfico tanto para imigrantes como para a sociedade recetora. Em Portugal, contudo, a morosidade nos processos de regularização documental gera um estado de “suspensão” profissional. Embora a inserção laboral seja condição para a autonomia do indivíduo, a ausência de documentação forma uma barreira muito elevada, o que limita o acesso a estágios e a empregos qualificados, colocando a pessoa migrante, mesmo tendo competências, numa total exclusão por não ter estatuto legal de residente.

“Quero fazer e tenho um estágio só que a empresa precisa da documentação é uma empresa multinacional e precisa dessa documentação para poder me contratar, fui eu lá na AIMA e não consegui também fazer” (PP1)

“Não consigo trabalho porque não tenho a residência e nos sítios onde é que eu vou pedir trabalho não consigo, não conseguem me dar porque não tenho a residência, então estou mesmo, mesmo, muito, mesmo complicada na minha vida” (PPP10)

c) Medo de expulsão do país

De acordo com Luís (2023), os constrangimentos ligados à falta de documentação são inúmeros e limitam o acesso a várias oportunidades, como a inserção no mercado de trabalho, arrendar uma casa, ter uma conta no banco e outros bens e serviços, mergulhando o imigrante num mar de incertezas e colocando-o numa situação de exclusão.

Ainda segundo a autora, a vivência deste tipo de situação gera na pessoa sentimentos e emoções como o medo, “fazem parte de uma violência simbólica e administrativa” (p.22). Muito foram os esforços feitos para imigrar e agora veem-se confrontados na realidade de ter de partir para os seus países de origem:

“não tenho a residência e basicamente essa é a minha situação... porque estando aqui não consigo por exemplo trabalhar ou fazer um estágio na minha área ... então posso ser obrigada a voltar para o meu país sem a documentação” (PP1)

d) Elevado custo de vida associado a baixos salários

Ainda de acordo com Luís (2023), podemos constatar que, quando falamos das situações laborais da população imigrante, existe uma diversidade de trajetórias, na sua maioria marcada por empregos precários. Esta realidade fica mais evidente quando olhamos para os contextos urbanos. Devido ao emprego precário, os imigrantes sentem muitas dificuldades no acesso a bens essenciais e em manter as suas famílias com dignidade. Encontram-se, assim, na condição de trabalhadores pobres, ou seja, vivem com rendimentos insuficientes e moram em habitações sem condições ou sobrelotadas.

Na perspetiva da autora, alguns fatores podem explicar essa situação que leva os imigrantes à precariedade laboral. São eles: o pouco domínio da língua, os baixos níveis de escolaridade, a falta de qualificação profissional. Todas essas lacunas são um bloqueio para o acesso a melhores empregos, condicionando os imigrantes a trabalhar em ramos de atividade como serviços de limpeza, construção civil, ou ainda, trabalhos informais sem proteção social (Luís, 2023).

“Eu acho que a economia está até cada vez mais alta, nós que temos crianças menores é a principal dificuldade que eu enfrento os salários, meu marido trabalha nunca chega temos despesa renda de casa e etc e etc. Então são os salários baixo mesmo a maior dificuldade que a gente enfrenta aqui fazendo conta a dedo.” (PPP12)

e) Conciliação entre maternidade e trabalho

Um dado que emergiu na nossa investigação foi o das dificuldades de conciliação da maternidade com o emprego. O facto de ser imigrante, mulher, mãe e trabalhar foi ressaltado como uma dificuldade nos dias de hoje. Nas entrevistas ficou claro que a reduzida flexibilidade

dos horários laborais, frequentemente incompatíveis com as exigências associadas aos cuidados de filhos e, em particular, de filhos pequenos, é um dos principais motivos para a exclusão das mulheres imigrantes do acesso a trabalhos mais qualificados. Vêm-se, por isso, obrigadas a aceitar empregos precários como estratégia para a garantir dos meios subsistência necessários para o sustento da família, o que prova a vulnerabilidade acrescida deste grupo no mercado de trabalho.

Os estudos sobre a conciliação entre trabalho e família de Matias e Andrade (2023) mencionam que as expectativas sociais relativas ao género continuam a atribuir às mulheres a principal responsabilidade pelos cuidados familiares e domésticos, tendo como consequência sobrecarga na articulação entre maternidade e carreira profissional. Por isso, as mulheres, em especial as mães, reportam níveis mais elevados de conflito trabalho-família, enfrentando por um lado, maiores dificuldades de progressão na carreira e acesso limitado à flexibilidade laboral, e por outro tendo repercussões significativas no funcionamento familiar, associando-se a interações menos favoráveis mãe-filho, influenciando negativamente a participação das mães tanto em atividades familiares e quanto em atividades sociais.

“Estou à procura de trabalho. Estou inscrita nas agências, mas não está a ser fácil devido ao horário, porque eu estou com 3 crianças. Eu não posso trabalhar final de semana. Eu não posso aceitar qualquer tipo de trabalho. Falo em termos de horários, então já perdi, já tenho, já tive vários nãos e continuo a ter até hoje, porque não é fácil arranjar um trabalho de segunda a sexta e que tenha que ser um horário dentro dos parâmetros daquilo que é o ATL dos meus filhos. Porque sem isso eu não consigo trabalhar.” (PPP13)

3.4.4. Dar voz à mudança: contributo dos imigrantes para a melhoria social

Os imigrantes manifestam profunda gratidão pelos apoios e ajudas provenientes de várias instituições e iniciativas da sociedade civil face às lacunas deixadas pelo Estado no processo de integração. Contudo, consideram que este suporte permanece insuficiente perante a elevada procura por este tipo de apoios. Quando questionados sobre possíveis melhorias, a partir da sua perspetiva enquanto utilizadores dos serviços, os participantes apresentaram várias sugestões. Devido a diversidade de contribuições, reorganizámo-las e sistematizámo-las da seguinte forma: gestão e eficiência administrativa; recursos humanos e capacidade institucional; políticas migratórias e regulação; inserção socioeconómica; apoio social, educativo e psicológico.

1) Gestão e eficiência administrativa

No conjunto das sugestões apresentadas pelos participantes, foram detetados no âmbito deste item, os seguintes aspetos: a gestão dos processos, a necessidade de políticas mais claras, o reforço das plataformas e mecanismos de informação, bem como o fortalecimento das estruturas de suporte e acolhimento.

“a rapidez no processo e da legalização e um acesso mais eficaz” (PP3)

“esse trâmite de título de residência porque passado um tempo mas tem tido muitas mudanças de política de entidade todas durante estes anos eu acho que não há uma política digamos homogênea... tanta burocracia num processo que deveria ser automático.” (PPP8)

“não sabia quais eram os meios ou um site...nunca vi que tivesse um site para ajudas desse tipo... Eu sou imigrante, estou em Portugal, o que é que eu faço? Qual os próximos passos?” (PP2)

“melhores programas de acolhimento ou não sei como eles dividem os recursos económicos para o suporte social, mas eu acho que é muito importante conseguir dar apoio a todas as pessoas” (PP11)

2) Recursos humanos e capacidade institucional

A análise dos relatos dos participantes permitiu identificar elementos distintos de necessidades que os serviços públicos devem ter em conta para a melhoria, tais como: combater falta de recursos e sobrecarga dos serviços, bem como o reforço do quadro de assistentes sociais nos serviços públicos.

“Eu acredito que tenho que aumentar o número de trabalhadores no serviço público ... É muito processo para ser tratado e o número de trabalhadores é muito inferior ao número de processos... ele disse que tem 1000 processos para tratar e só são 10 funcionários e eles não são máquinas e não iam conseguir tratar disso.” (PP1)

“Eu acho que talvez se tivéssemos mais assistentes sociais, podemos começar por aí. Seria um passo importante a forma como nos recebem e nos tratam.” (PP2)

3) Políticas migratórias e regularização

Dentro das propostas de melhoria, englobamos dentro deste ponto os seguintes contributos que foram realçados pelos entrevistados: flexibilização das regras migratórias e facilidade em ter documentação para trabalhar.

“eles aumentaram ou colocaram mais regras imigratórias para dificultar o processo.” (PP1)

“tem pessoas que vem de fora ... que querem uma qualidade de vida melhor em muitos casos essa oportunidade só com os documentos... ajudar todas as pessoas que vem trabalhar em Portugal...” (PP4)

4) Inserção Socioeconómica

As narrativas dos participantes permitiram evidenciar preocupações que lhe parecem fulcrais relacionadas com o acesso ao mercado de trabalho, o reconhecimento de qualificações académicas obtidas no estrangeiro e o acesso à habitação. Nas suas palavras:

“Eu sei que não é só para os imigrantes, mas acesso mais acessível... ao trabalho” (PP4)

“Eu acho que assim o acesso e a rapidez das qualificações estrangeiras cá para Portugal” (PP3)

“uma lei que facilite a moradia para essas pessoas que estão vindo, que eu vejo muitos imigrantes com problema de moradia então criasse uma lei para aquelas pessoas que ainda não têm conseguir uma casa de apoio até conseguir um emprego e estarem estáveis.” (PP6)

5) Apoio social, educativo e psicológico

Os participantes revelaram, neste eixo da investigação, a relevância de carências associadas ao acesso a suportes como apoio psicológico, prevenção do abandono escolar e acompanhamento individualizado dos casos e respeito.

“...e de alguma forma também ajuda psicológica, é porque a realidade é muito diferente. Estamos aqui e às vezes queremos uma coisa e não conseguimos, ficamos frustrados” (PP2)

“Tem casos de colegas que chegaram aqui, não tinham família, ... Então que acabam por desistir dos estudos. Às vezes acaba por voltar ao país porque não conseguem, não receberam essa ajuda.” (PP4)

“Então gostaria que vissem mais pelo nosso lado ... tem os seus descontos em dia... não consegue tirar a sua documentação... você liga, você manda e-mail, nunca consegues nada então que fossem mais sérios connosco” (PPP10)

“Não ter indiferença, seja para tratar qualquer coisa, porque, independentemente de tudo, somos iguais. Então, não ter diferença se esse é imigrante e esse é nacional, claro, tem de haver regras para tudo, em todo lugar tem de haver regras, mas não se tratar com indiferença” (PP5)

3.5. Entre dois mundos: vivências de adaptação e aculturação

As expectativas idealizadas pelos imigrantes antes da viagem e a realidade encontrada podem causar aquilo que Berry e Sam (2006) chamam de estresse aculturativo, ou seja, reações psicológicas e emocionais que surgem quando indivíduos ou grupos entram em contato com uma nova cultura e quando essas mudanças são percebidas como problemáticas, podendo espoletar ansiedade e incerteza sobre como viver na nova realidade. Segundo os autores, as

peessoas que passam pelo estresse aculturativo podem desenvolver estratégias para lidar com os desafios e alcançar diferentes níveis de adaptação. Como referem os entrevistados:

“Tinha muitas expectativas, mas depois me dei conta de que a realidade era outra. Essa menina que não precisava trabalhar teve que na mesma semana começar a procurar trabalho porque por mais que mandassem dinheiro para cá em o euro acaba não sendo muito então precisava trabalhar para poder pagar as outras contas.” (PP5)

“Eu acho que a principal dificuldade foi me integrar assim em diversos ambientes, porque talvez eu vim com uma certa expectativa, imaginação que seria uma coisa, mas quando cheguei foi algo um pouco mais diferente” (PP3)

“eu sinto que foi adaptação porque eu não conhecia ninguém... Então a principal dificuldade foi conseguir me encaixar em algum lugar.” (PP6)

“Todas porque eu vim com um conceito e cheguei aqui e descobri que era um conceito totalmente diferente de tudo aquilo que eu estava à espera. E houveram muitos contratempos, muitas dificuldades...” (PPP13)

3.5.1. A experiência do acolhimento

Berry (2005) aponta a crescente diversidade das sociedades contemporâneas e de como essa diversidade expõe uma parcela significativa da população mundial a encontros interculturais frequentes. Neste cenário, os vários grupos e seus membros individuais envolvem-se em contatos interculturais, podendo gerar um potencial conflito e, assim, a necessidade de negociação para atingir resultados que sejam adaptativos para ambas as partes e que permitam descobrir como viver em conjunto. Por vezes, essas adaptações mútuas ocorrem com bastante facilidade, por meio de processos de desprendimento cultural e aprendizado cultural. No entanto, tais processos também podem estar na origem de conflitos culturais.

A percepção do acolhimento pelos portugueses, segundo a ótica dos participantes, pode dividir-se naquilo que foi a opinião dos entrevistados: em positivo, negativo e mesmo híbrido.

a) Positivo

“Há pessoas assim que são muito simpáticas, acolhem, perguntam se está tudo bem, procuram dar apoio” (PP1)

“É as pessoas me receberam bem.... E as portuguesas não tratam mal de imigrantes, não é, sempre ajuda. Mesmo no trabalho também as pessoas, todas as pessoas sempre são bem.” (PPP7)

“... os portugueses têm sido muito bons comigo... Acho que tenho tido muita orientação, muita ajuda, muito boas experiências, na verdade. Então, na minha opinião, é positivo, nesse aspeto.” (PP11)

“Tem pessoas que são muito acolhedoras, são acabam se tornando mesmo família... são pessoas que têm uma empatia muito grande e estão prontas para nos ajudar. Eu sou a prova disso.” (PPP13)

b) Negativo

“Eu acho que eles não cuidam da gente não ...” (PP2)

“Nem todos, nem todos. Na sua maioria, não.” (PPP10)

c) Híbrido

“Eu acho que é algo um pouco misto, porque depende também há certas pessoas que recebem bem e são boas para outros e entendem as outras culturas e há outros que nem por isso tratam ainda com um ser, uma certa discriminação ou preconceito” (PP3)

“... eu acho que é um híbrido. Metade tem muita boa vontade e outra metade, ou se calhar menos do que a metade, já tem uma atitude um bocadinho mais forte.. Já temos aí com certas confrontações em alguns lugares, mas seguimos encontrando pessoas espetaculares em qualquer lado...”(PPP8)

3.5.2. *Vivências de discriminação*

Uma preocupação crescente, segundo Berry (2005), é que a aculturação está a ocorrer entre as populações há muito estabelecidas num determinado território, à medida que se esforçam para manter seus costumes diante da crescente diversidade cultural que recebe em seu meio. Esses dois focos de interesse, tanto nas populações estabelecidas, quanto nos grupos recém-chegados, representam a natureza mútua ou recíproca da aculturação: todos estão envolvidos. Todavia, mesmo em contextos onde o pluralismo cultural é formalmente aceite, existem variações significativas no grau de aceitação de determinados grupos culturais, raciais e religiosos. Os grupos com menor aceitação acabam por vivenciar experiências de hostilidade, rejeição e discriminação, fatores esses reconhecidos como preditores de dificuldades de adaptação no longo prazo.

Atualmente, o discurso populista tem-se mostrado como uma suposta alternativa ou resposta aos desafios contemporâneos. Para a sua consolidação, torna-se central a identificação de um inimigo comum, que no contexto atual recai frequentemente sobre a imigração. O instrumento de predileção deste discurso é o medo: todos nós temos medo daquilo que não conhecemos (Silva & Lobo, 2024). Nesse sentido, o discurso populista apoia-se frequentemente na chamada teoria da substituição, expressa em narrativas como “Portugal já não é dos portugueses” e, assim, alimenta um discurso de ódio contra os imigrantes fundamentado na defesa da pátria e da identidade nacional.

Em relação à pergunta “Já alguma vez se sentiu discriminado/a? Se sim, em que contexto(s)?”, 7 entrevistados responderam afirmativamente, 5 afirmam que não foram e 1 não quis responder

a esta questão. A partir da experiência vivida pelos participantes, recolheram-se diversas formas de discriminação sofridas durante o processo de integração:

“... eu senti e acho que na maioria das pessoas imigrantes, elas são discriminadas sim. Eu gostaria de dar algum exemplo..., se as pessoas estão vestidas da sua maneira cultural, por exemplo, elas são discriminadas.” (PP3)

“Eu já fui. Entrei numa loja, queria comprar flores e uma senhora simplesmente não quis me atender. Ela ficou a conversar com a outra senhora que estava ao lado.... Não me respondia. Desculpa, a senhora pode me atender?... ‘eu quero flores’. Ela ‘pode escolher’. Então, sim, já aconteceu sim.” (PP5)

“uma funcionária gritou para nós, para mim e para minha mulher muito, muito a gritos e basicamente também falou de que tinham que ir embora o que estamos a fazer aqui esse tipo de coisa, e de momento eu fiquei calmo, mas estava nervoso porque isso foi desagradável” (PPP8)

Os outros participantes referiram que, até o presente ao momento, não vivenciaram este tipo de situação no seu processo de integração:

“No meu caso, não em específico” (PP4)

“Não, eu nunca me senti eu nunca passei por esse por um algo tão desconfortável igual a discriminação.” (PP6)

“Não, até agora eu nunca sentei discriminada” (PPP7)

“Não, eu acho que não... eu não consigo diferenciar entre se eu fui discriminado, não. Eu simplesmente prefiro não ligar para isso.” (PP9)

3.5.3. Processos de aculturação

O termo “cultura” implica que apenas uma cultura está envolvida, enquanto o termo “aculturação” chama a nossa atenção para o fato de que duas culturas estão interagindo. A aculturação é o processo de mudança cultural e psicológica resultante do contato entre grupos, sociedade acolhedora e imigrante (Berry 1997; Berry 2001; Berry 2005; Berry & Sam 2006; Berry et al. 2006). A adaptação sociocultural diz respeito a quão bem um indivíduo aculturado é capaz de administrar sua vida diária no novo contexto cultural. Berry identifica quatro tipos de estratégias de aculturação – Integração, Assimilação, Separação e Marginalização – baseada em dois eixos: a manutenção da cultura de origem e a interação com o novo grupo.

a) Interação: relação com a comunidade portuguesa

“Então, como eu disse, eu tenho bastantes amigos portugueses. No começo eu não tinha, mas agora eu tenho bastante. Então meu contato é bastante caloroso” (PP6)

“tive a melhor aceitação, carinho e muito humanidade, muito respeito, me senti valorizado e adaptado... então entretanto nos vamos conhecendo, mas agora posso dizer

que estamos já fazemos parte da engrenagem desta sociedade de alguma forma, assim.” (PPP8)

“Eu já tinha tido outras experiências com outros portugueses.... O acolhimento foi incrível. Eu sempre me senti bem-vindo, inclusive quando não falava muito bom português.” (PP9)

“aqui em Portugal me tenho sentido muito merecido pelas pessoas, mesmo que sejam outros imigrantes ou os mesmos portugueses têm sido muito abertos ...me sinto muito bem adaptado já. Gosto de estar cá.” (PP11)

b) Interação: acolhimento da nova cultura

“No meu ponto de vista eu penso que a pessoa que vem de fora deve não só respeitar a cultura do outro, mas como também entender que tem um limite, não basta apenas querer usar minha cultura e depois implementar minha cultura no país do outro a conta não vai fechar... no final do dia que faz toda a diferença” (PP4)

“se tem intenção de ficar aqui tem que adaptar... não pode pretender que um país mude a sua cultura... a quem se tem que adaptar somos nós. Você pode preservar a sua cultura internamente no seu núcleo familiar, a religião, esse tipo de coisa, obviamente isso é seu, mas você não pode pretender voltar a usar isso irromper num país é impor a sua cultura” (PP8)

“cada pessoa tem a sua identidade, mas a identidade está muito influenciada pela cultura... se uma pessoa vem a um país, também deve respeitar as leis culturais desse país que está a acolher... conseguir uma harmonia na sociedade. As pessoas devem ter um balanço entre a cultura do país originário e da cultura do país onde estão a morar.” (PP9)

“nós também como imigrantes temos um mau comportamento então não podemos só culpar que os portugueses não nos tratam bem... nós também imigrantes, de alguma forma falhamos. Chegamos em casa de alguém, o que é que a gente faz quando chega em casa de alguém? Respeita as leis, respeita as regras... se decidiu emigrar é porque alguma coisa não está boa.” (PPP13)

c) Separação

Conforme referido no estudo de Berry (2005), apesar do desejo de integração, as barreiras sociais podem conduzir a estratégias de separação, onde o imigrante mantém a sua cultura, mas evita a interação com a sociedade acolhedora. Nos discursos dos participantes, existiram casos onde a interação com a comunidade local foi mínima, sugerindo estratégias de separação ou dificuldades na transição:

“Nenhuma. Eu não tenho muito contacto com a comunidade portuguesa. A maioria dos meus amigos são estrangeiros, também são imigrantes...(PP3)

“Com os meus colegas de trabalho a interação é mínima, porquê? Porque eu decidi que queria assim... então eu prefiro evitar” (PP2)

Berry (2005) afirma que quando há interesse em manter a cultura de origem mas em interação diária com outros grupos e participando como parte integrante da rede social maior, a integração é a opção. Contrariamente, quando há manutenção da cultura de origem e rejeição de interação com a nova, então estamos perante uma situação de separação. Dos que responderam à questão, 9 participantes enquadram-se no modelo de integração já que demonstram o desejo de abraçar uma nova cultura, respeitando as normas locais, mas sem abdicar da sua identidade. Por sua vez, 3 dos participantes evidenciaram estratégias de separação. Um participante optou por não responder a esta questão, pelo que não é possível enquadrá-lo em nenhum dos elementos da tipologia. Relativamente aos modelos de assimilação e marginalização, não se aplicam à amostra estudada.

3.6. Um olhar profissional acerca da integração e da prática interventiva

O Serviço Social pode ser definido da seguinte forma:

“é uma profissão baseada na prática e uma disciplina académica que facilita a mudança social e o desenvolvimento, a coesão social e o empoderamento e libertação das pessoas. Princípios de justiça social, direitos humanos, responsabilidade coletiva e respeito às diversidades são centrais... envolve pessoas e estruturas para enfrentar os desafios da vida e melhorar o bem-estar” (IFSW, 2018)

Segundo a abordagem dos autores Baláž e Čemová (2019) após avaliação de um problema específico os assistentes sociais procuram: 1) aumentar a capacidade do indivíduo/grupo para corresponder às expectativas dos sujeitos do meio social, 2) negociar ou promover a adequação das expectativas dos sujeitos do meio social em relação ao indivíduo/grupo, 3) otimizar a interação entre o indivíduo/grupo e os sujeitos do seu meio social.

É a partir destas premissas e das entrevistas feitas as assistentes sociais que tentamos perceber a intervenção realizada para efetiva integração dos imigrantes na região do Cávado.

3.6.1. Leituras profissionais sobre trajetórias dos imigrantes

Os assistentes sociais intensificaram as preocupações em torno do apoio e do acolhimento às pessoas migrantes que são cada vez mais diversas, pois estas enfrentam atualmente um contexto de intervenção marcado por profundas transformações que colocam desafios inéditos à profissão, tais como: o surgimento de novas formas de vulnerabilidade, a racionalização dos recursos e as injunções contraditórias das políticas públicas. Este cenário contrasta com o modelo tradicional do Serviço Social, historicamente orientado pela convicção de que o progresso social é garantia de um futuro tendencialmente melhor. Nas últimas décadas,

contudo, tornou-se evidente que o futuro pode ser mais incerto do que imaginamos, exigindo uma redefinição das práticas e dos referenciais profissionais no domínio das migrações. Este desafio intercultural convoca uma abordagem crítica e complexa, capaz de integrar aquilo que é a herança do Serviço Social e reorganizá-la face a um mundo globalizado em constante recomposição (Righi, 2014)

Embora os discursos recolhidos no terreno empírico não incidam diretamente sobre as motivações iniciais da migração, é possível apreender aspetos relevantes dos percursos dos imigrantes através da experiência profissional.

A PP15 destaca a diversidade dos percursos migratórios das pessoas que acompanha ao longo da sua prática profissional, referindo que a sua intervenção incide sobre diferentes grupos de pessoas imigrantes:

“trabalho diretamente com imigrantes... acompanhando diferentes perfis no âmbito da integração social” (PP15)

Esta diversidade de perfis confirma a perspetiva do último Relatório Mundial sobre Migrações (OIM, 2024), ao referir que os percursos migratórios são heterogéneos e condicionados por fatores estruturais, políticos, económicos e ultimamente climáticos.

Por sua vez, a PP14 refere explicitamente que muitos imigrantes chegam a Portugal em situação de fragilidade social e sem redes de suporte, e afirma:

“Muitos chegam sem conhecer bem o funcionamento dos serviços e sem apoio familiar” (PP14)

De acordo com Góis (2019), muitos destes percursos estão associados a expectativas de melhor qualidade de vida, mas também de dificuldades de adaptação, insegurança, particularmente nos primeiros momentos da chegada ao país de acolhimento.

3.6.2. Desafios de integração no contexto do Cávado

As entrevistas permitiram identificar de forma clara os principais obstáculos enfrentados pelas populações imigrantes e também reconhecidos pelos profissionais no processo de integração.

A PP14 destaca, em particular, os seguintes desafios:

“Um dos principais desafios é a língua, que muitas vezes dificulta a comunicação... documentação que pode ser um processo demorado e complicado... há dificuldades no acesso ao emprego e à habitação, e muitas vezes a falta uma rede de apoio.” (PP14)

De forma convergente, a PP15 sublinha que:

“De um modo geral, os imigrantes enfrentam dificuldades como a barreira da língua, o acesso ao emprego, muitas vezes em condições precárias, e também problemas relacionados com a habitação.” (PP15)

Estes dados empíricos confirmam a literatura, que aponta a regularização documental como condição essencial para a integração social (AIMA, 2023). O acesso aos direitos comuns a todos os cidadãos, como o emprego e a habitação, é o fundamento para uma integração eficaz. Mas o acesso a esses mesmos direitos revela-se “a pedra de toque” das dificuldades que atravessam os imigrantes e os assistentes sociais que os acompanham (Ager & Strang, 2008).

Luís (2023) constata que, mesmo que os imigrantes cumpram os seus deveres frente ao Estado, como o pagamento de contribuições fiscais e sociais, ficam privados de exercer e usufruir plenamente dos seus direitos de cidadãos devido ao interminável processo da burocracia administrativa para emissão de documentos.

Na região do Cávado, os dados recolhidos apontam para a falta de instrumentos/equipamentos que respondam às necessidades desta população. A verificação empírica encontra respaldo na literatura como na Análise Socioeconómica do CIM Cávado (Astrolábio, 2024), quando esta denota fragilidades como a dificuldade no acesso à habitação, situação persistente neste território. A região Norte do país tem níveis de pobreza superiores à média nacional (EAPN, 2025), por isso estas fragilidades da região do Cávado são uma realidade evidente. Se a isto se juntar o aumento da população estrangeira residente na região nos últimos quatro anos (INE, 2024), e o risco acrescido de pobreza e exclusão social dos imigrantes (OIM, 2023), fica clara a necessidade urgente de políticas públicas para integração nesta região.

“As maiores dificuldades são mesmo a língua, a legalização e encontrar trabalho e casa... Aqui na região do Cávado nota-se bastante a dificuldade em encontrar habitação” (PP14)

“No caso da região do Cávado estas dificuldades podem ser mais visíveis devido à menor oferta de respostas especializadas e redes de apoio quando comparado com grandes centros urbanos” (PP15)

3.6.3. Sentidos e significados: a intervenção social vista pelos profissionais

Em 1889, Jane Addams (“mãe do serviço social”) fundou o centro comunitário *Hull House*, em Chicago, um espaço concebido para a promoção do conhecimento e da consciência social, fundamentado nos princípios da democracia e da liberdade, onde as famílias imigrantes podiam

socializar e aprender mais sobre os seus direitos (Panza, 2017). Relativamente ao significado atribuído ao papel do Serviço Social no que concerne a integração das pessoas imigrantes, a PP14 afirma que o assistente social é um apoio fundamental:

“O assistente social ... acaba por ser um ponto de apoio para estas pessoas ... orienta, acompanha e tenta de facilitar a integração... trabalha para que a pessoa consiga ter mais estabilidade, autonomia e inclusão na sociedade.” (PP14)

De forma semelhante, a PP15 considera que o profissional assume um papel basilar no processo de integração, cabendo-lhe um papel de moderador entre o imigrante e a sociedade acolhedora e de potenciador da capacitação das pessoas, afirmando que:

“O assistente social... atua como mediador entre os migrantes e os serviços, facilita o acesso a direitos e promove a inclusão social... também tem um papel importante na capacitação das pessoas migrantes, ajudando-as a desenvolver autonomia e a participar ativamente na sociedade.” (PP15)

Esta perceção encontra forte respaldo teórico em Baláž e Čemová (2019), que defendem o Serviço Social como ator-chave na governação da integração a nível local, distinguindo a sua função mediadora e promotora de inclusão com esta população. Também Amaro (2015) sublinha que o Serviço Social atua na linha da frente das situações de vulnerabilidade, promovendo respostas de proximidade e emancipação. Para a IFWS os “assistente sociais abraçam e promovem os direitos fundamentais de todos os seres humanos” (IFWS, 2018), mediando o acesso à informação e aos seus direitos por vários meios e empoderá-los.

3.6.4. Intervenção em ação: estratégias do Serviço Social no terreno

A intervenção das assistentes sociais caracteriza-se por um acompanhamento continuado e centrado na pessoa. A PP14 descreve a sua prática afirmando:

“...faço atendimento e acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade... Muitas vezes sou o primeiro contacto. Tento perceber a situação da pessoa, faço o diagnóstico e encaminhamento para os apoios necessários, como apoio alimentar, cantinas sociais ou outros serviços. Depois, vou acompanhando de perto, ajudando a pessoa a reorganizar a sua vida e ganhar alguma autonomia” (PP14)

A PP15 aponta para o reforço da dimensão da gestão organizacional e também fulcral para uma intervenção eficaz, destacando:

“As minhas funções incluem a coordenação de equipas técnicas, a gestão e organização do atendimento social, a supervisão de processos de acompanhamento a utentes, a articulação com entidades parceiras e a implementação de respostas sociais dirigidas a populações vulneráveis, incluindo migrantes.” (PP15)

Na análise apresentada por Levine (2024), o assistente social exerce funções que vão muito além do atendimento individual. A sua intervenção estrutura-se em níveis micro, meso e macro, sendo suas principais funções a defesa e promoção dos direitos humanos, combate à opressão, ao racismo e à discriminação, atuação ética crítica, acolhimento e hospitalidade, intervenção direta com indivíduos e famílias (nível micro), trabalho comunitário e institucional (nível meso), advocacia e incidência política (nível macro) e produção de consciência crítica.

3.6.5. Culturas em diálogo: estratégias de aculturação

Quanto às estratégias de aculturação, ambas as participantes referem um equilíbrio entre manutenção da cultura de origem e adaptação à cultura da sociedade de acolhimento. A PP14 afirma:

“A maioria tenta adaptar-se, mas ao mesmo tempo mantém a sua cultura de origem. Acho que acaba por ser um equilíbrio entre duas coisas, dependendo muito de cada pessoa.” (PP14)

A PP15 reforça esta ideia ao referir que:

“De forma geral, o que se observa é um equilíbrio: os migrantes tendem a manter aspetos da sua cultura de origem, ao mesmo tempo que vão adotando elementos da cultura da sociedade de acolhimento. Este processo depende muito das condições de integração e da forma como a sociedade acolhe a diversidade cultural.” (PP15)

Estas estratégias correspondem ao modelo de integração proposto por Berry (2005), que identifica a integração como a estratégia mais favorável ao bem-estar psicológico e social dos migrantes e permite a coexistência harmoniosa entre culturas.

a) Contato com a Comunidade Local

As entrevistas revelaram que o contacto do imigrante com a comunidade local constitui um elemento fundamental no processo de integração social. Evidenciaram também o papel central do assistente social enquanto intermediário desse processo, atuando como ponte entre o imigrante e os restantes membros da comunidade:

“Depende muitos dos casos. Há pessoas que se conseguem integrar melhor, mas outras acabam por ficar mais isoladas. Enquanto assistente social, tento incentivar o contato

com a comunidade, encaminhar para atividades e serviços locais e promover essa ligação, sempre que possível.” (PP14)

“O contato com a comunidade local varia bastante. Em alguns casos existe abertura, mas ainda se verifica algum distanciamento, muitas vezes por falta de conhecimento ou por diferenças culturais. O assistente social tem aqui um papel importante... atividades comunitárias, incentivo o diálogo intercultural... oportunidades de interação.” (PP15)

Segundo Pires (2012), o contacto entre imigrantes e comunidade local é chave para a coesão social, pois é através desse contacto que se constroem vínculos, reconhecimento mútuo e sentimento de pertença. No entanto, nas sociedades modernas, marcadas pela diferenciação e individualização, as relações tendem a ser fragmentadas, seletivas e socialmente desiguais, sendo muitas destas interações ocorrem apenas em contextos funcionais, como o local de trabalho, serviços e no quadro das instituições. Portanto, a integração dos imigrantes não depende apenas da sua adaptação individual, mas da capacidade da comunidade e das instituições locais criarem condições para poder fazer acontecer interações regulares, igualitárias e socialmente significativas.

b) Percepção da Discriminação

De acordo com Guélamine (2007), o combate à discriminação e ao racismo é fundamental para o fortalecimento das relações sociais e a promoção da integração. Assim sendo, a autora reforça a ideia de que o assistente social desempenha um papel fulcral ao desconstruir narrativas negativas e preconceituosas sobre a imigração, frequentemente reproduzidas pelos media. A formação em Serviço Social, na sua origem e hoje mais ainda, reforça a valorização de uma legislação que seja anti-discriminatória e de abordagens críticas que evitem visões culturalistas estereotipadas e que promovam a inclusão, o reconhecimento do multiculturalismo e a justiça social.

O acompanhamento das situações referente as pessoas imigrantes, levam o assistente social a participar das suas histórias em tempo real, esta muitas vezes marcadas por momento de discriminação e preconceito, o que lhe barra o acesso a direitos, como testemunha as participantes:

“A discriminação acontece sobretudo no acesso ao trabalho e à habitação. Há também preconceito em alguns contextos e situações de exploração laboral, o que dificulta ainda mais a integração.” (PP14)

“Os migrantes ainda enfrentam várias formas de discriminação... Também podem existir situações de preconceito cultural e estigmatização... Estas situações acabam por

reforçar processos de exclusão social e tornam mais difícil a participação plena na sociedade.” (PP15)

À luz da abordagem proposta Dominelli (2002), a prática antiopressiva é uma dimensão legítima, ética e indispensável do Serviço Social. A intervenção do assistente social antiopressivo assume a função de reconhecer e questionar as relações de poder desiguais que produzem exclusão, discriminação e injustiça social, tanto nas estruturas institucionais e como societais. Em ambientes caracterizados por desigualdades, o profissional não é chamado a assumir uma postura neutra, uma vez que a neutralidade pode ser vista como aceitação das opressões já existentes. A intervenção antiopressiva é orientada pelos princípios éticos do Serviço Social e pelos direitos humanos, infundindo no assistente social a responsabilidade de promover e defender os direitos das pessoas com quem trabalha, sobretudo quando estes são negados pelo Estado ou por instituições. A prática antiopressiva privilegia relações baseadas na participação, no respeito e na partilha de poder, articulando a intervenção individual com a ação organizacional e política na busca pela igualdade social.

3.6.6. Constrangimentos e desafios na intervenção do Serviço Social

O trabalho do assistente social no terreno nunca é fácil, particularmente nos tempos atuais, marcados pelo aumento da população imigrante em consequência da conjuntura global e pela crescente escassez de recursos financeiros, humanos e técnicos, tanto nos setores públicos e quanto privados. Esta realidade foi também constatada no terreno empírico, a partir dos relatos recolhidos nas entrevistas realizadas:

“... existem muitas barreiras burocráticas sobretudo ao nível da regularização documental que acabam por atrasar os processos de integração... a articulação entre serviços que nem sempre funciona de forma eficaz o que pode comprometer o acompanhamento das pessoas migrantes” (PP15)

A PP15 salienta igualmente o problema ao nível da articulação entre serviços. A literatura confirma esta falta de articulação. Branco (2023) afirma que as respostas dadas aos imigrantes são compostas por entidades tanto do setor público como do setor privado, mas não se verifica, em nenhum desses setores que lidam com o acolhimento, um planeamento ou ação conjunta. O que existe é uma articulação entre os técnicos, partindo de uma iniciativa própria dos profissionais e não de uma política central estruturada.

Segundo Baláž e Čemová (2019), para que a integração seja um bem maior, tanto para o imigrante quanto para a sociedade acolhedora, todas as instituições, programas, projetos e medidas, no seu conjunto devem estar direcionadas na mesma direção e interligadas.

No âmbito da investigação apresentada Rai et al. (2024), para uma intervenção eficaz e ética junto dos imigrantes, os assistentes sociais devem ter a chamada “competência cultural”. A aquisição desta competência favorece o desempenho do profissional, melhora a relação com o imigrante, aumenta o acesso e a adesão aos serviços, reduz práticas discriminatórias junto da comunidade local e promove respostas mais adequadas às reais necessidades destes.

“... um dos principais desafios é lidar com a diversidade cultural e linguística... dificultar a comunicação e a criação de uma relação de confiança” (PP15)

Conforme referido no estudo por Branco (2023), a preparação dos profissionais é insuficiente e desigual para poder intervir com os imigrantes em Portugal, sobretudo face à diversidade dos fluxos migratórios e da multiplicidade de situações vividas por estas populações. Salienta que a intervenção dos profissionais com esta população ocorre, geralmente, num contexto de forte pressão institucional, com escassez de recursos, elevada carga burocrática e orientações políticas restritivas, fatores que condicionam os profissionais na sua prática crítica e reflexiva. A autora defende que a preparação dos assistentes sociais deveria passar por formações para a obtenção de conhecimentos técnicos, legais e culturais.

“Nem sempre... muitos profissionais acabam por apreender mais na prática do que na formação falta alguma preparação mais específica para lidar com estas realidades.” (PP14)

“... os assistentes sociais têm uma base importante, mas nem sempre estão totalmente preparados para lidar com a complexidade... é uma área que exige competências específicas sobretudo ao nível da interculturalidade e da mediação.” (PP15)

Podemos constatar através das narrativas das participantes a ausência, durante a formação académica, de abordagens mais específicas no âmbito das migrações nas áreas jurídica, técnica e multiculturalidade:

“A formação dá uma base, mas não aprofunda muito esta área, muitas das competências acabam por ser desenvolvidas no terreno.” (PP14)

“A formação académica... nem sempre aprofunda suficientemente estas questões... a formação contínua acaba por ser essencial... em áreas como legislação migratória, direitos humanos e intervenção intercultural.” (PP15)

A análise desenvolvida por Guélamine (2007) demonstra que, no que diz respeito à compreensão dos fenômenos migratórios, estes nem sempre são contemplados na formação dos assistentes sociais, apesar da sua alta importância para a intervenção junto de populações de origens tão diversas. Torna-se, assim, necessária uma formação mais abrangente e reflexiva, que vá além da simples categorização dos migrantes como fazendo parte de “outras culturas”. Essa formação mais específica no âmbito das migrações deve permitir compreender a singularidade dos percursos migratórios, as diferentes condições de vida e os estatutos diferenciados dos imigrantes para desenvolver estratégias de intervenção mais adequadas, contextualizadas e eficazes.

Ainda no que se refere na formação específica no domínio da multiculturalidade e interculturalidade, enquanto profissionais no terreno, as assistentes sociais entrevistadas relataram uma realidade não muito diferente da anterior, isto é, uma falta de formação naquelas áreas:

“Não fiz nenhuma específica nessa área até agora... sinto que seria bastante útil, porque no dia a dia lidamos com pessoas de várias culturas e, por vezes, surgem dificuldades de comunicação ou compreensão.” PP14)

“Relativamente à formação na área da integração de imigrantes e da multiculturalidade/interculturalidade, não realizei até ao momento uma formação especializada formal exclusivamente dedicada a este domínio... adquiri competências através da prática (...) e do trabalho em rede com outras entidades. Considero que a realização de formação específica nesta área seria bastante útil (...) e melhorar a qualidade da resposta às necessidades específicas das populações migrantes.” (PP15)

A investigação feita por Branco (2023) confirma essa ausência de preparação profissional para lidar com a população imigrante. O estudo indica que muitos assistentes sociais não dispõem de formação específica sobre as políticas de asilo, enquadramento legal, questões interculturais, religiosas e éticas associadas aos novos movimentos migratórios, podendo ter como consequência uma intervenção mais fragilizada. A autora reconhece que, apesar destas limitações, os assistentes sociais agem como facilitadores do acesso aos direitos sociais, embora exista uma inconsistência do sistema.

3.6.7. Reinventar caminhos: propostas para práticas mais inclusivas e sustentáveis

Segundo Amaro (2015), a intervenção do assistente social é marcada pela ação em cenários de urgência e emergência social, onde os profissionais são muitas vezes chamados a agir sem tempo, sem recursos, com respostas institucionais limitadas, fragilidade das redes de apoio e

dos serviços públicos, o que restringe a eficácia da ação e da prática profissional. O assistente social está constantemente a ser colocado numa posição de “gestor da escassez”, consequência da progressiva retração do Estado no incumprimento das suas responsabilidades sociais. Tal retração é visível através da redução do investimento público em políticas sociais, substituição de direitos sociais por respostas assistencialistas e emergenciais, transferência das suas responsabilidades para organizações do terceiro setor, famílias e comunidades. O assistente social torna-se, assim, o profissional que tenta mitigar os efeitos da ausência do Estado, sem, contudo, dispor dos meios necessários para transformar a realidade.

Esta realidade é destacada nos discursos das participantes. Estas propõem melhorias que poderiam ser implementadas pelo Estado, com vista ao reforço e à qualificação da intervenção dos assistentes sociais.

“Acho que seria importante simplificar os processos de legalização, reforçar os serviços e aumentar os recursos disponíveis. Também fazia falta mais habitação acessível e mais respostas específicas para esta população.” (PP14)

“Na minha opinião, seria importante simplificar os processos administrativos, torná-los mais acessíveis e rápidos. Também seria fundamental investir mais em recursos humanos e formação especializada, para garantir respostas mais eficazes... políticas mais inclusivas nas áreas da habitação e do emprego seriam essenciais para melhorar a intervenção junto da população migrante.” (PP15)

Por sua vez, Carvalho (2016) afirma que as dificuldades sentidas pelos profissionais não são apenas operacionais, mas também éticas. O assistente social vive dilemas constantes, pois de um lado tem o respeito pelos princípios éticos da profissão como a justiça social, a dignidade humana, a equidade e, por outro lado, tem as imposições institucionais, normativas e burocráticas que condicionam a sua ação. Nesse sentido, a autora afirma a desresponsabilização do Estado expressa através da individualização dos problemas sociais, fazendo com que questões como pobreza, desemprego ou exclusão passem a ser interpretadas como falhas individuais, comportamentais ou familiares. Esta conjuntura tem impacto direto na ação do assistente social que de um lado tem os que necessitam do serviço e do outro lado tem um Estado que nega ou condiciona direitos, obriga a uma intervenção por critérios de elegibilidade restritivos e desafia continuamente a ética profissional com políticas públicas que corroboram para desigualdades e estigmatizações.

CONCLUSÃO

Síntese dos principais resultados

“A quem pertence o mundo? A nenhuma raça em particular, a nenhuma nação em particular. Pertence, mais do que noutras épocas da História, a todos aqueles que querem conquistar um lugar para si.” (Maalouf, 2023, p.123)

A presente investigação permitiu compreender um pouco deste processo de aculturação, integração e intervenção da pessoa imigrante na sociedade portuguesa e de maneira particular na Região do Cávado. Através dos dados recolhidos no terreno empírico foi possível constatar que este processo não é linear e que é marcado, “a ferro e a fogo”, por sucessivas transições legais, psicológicas, climáticas, por ajudas e apoios e, muitas vezes, pela ausência destas.

A análise conjunta das narrativas dos imigrantes e dos assistentes sociais, interligadas com a revisão da literatura, evidencia que a integração é simultaneamente material, no que diz respeito ao acesso aos recursos, relacional, pois há o desejo e a exigência de vínculos e pertença, cultural, pois o indivíduo através da aculturação se coloca no novo meio, e administrativa, que passa pela regularização e, através desta, o acesso ou não há direitos.

O estudo dos percursos migratórios revelou que as motivações que levam as pessoas a deixar tudo para trás rumo ao desconhecido estão associadas ao estudo e ao trabalho, na busca de melhores condições de vida para si próprias e para suas famílias, sendo que esta decisão, na maioria das vezes, foi uma decisão familiar. A escolha de Portugal não é um acaso. O país é sobretudo procurado pela língua e, algumas vezes, por redes preexistentes. Constatamos que imigrar não é um evento isolado na vida de uma pessoa, mas sim um processo encadeado com as seguintes fases: a pré-partida, a chegada e a permanência. Antes da chegada a Portugal, a burocracia ligada a emissão dos vistos e a incerteza de quando a sua saída, os custos da viagem e (in)certeza sobre datas, surgem como fonte de ansiedade e influenciam a integração inicial.

Os dados mostram que os domínios fundamentais que deveriam operar como “chaves” para a integração aparecem como verdadeiras “barreiras”. A habitação aparece como obstáculo crucial. O custo elevado, a escassez da oferta, as elevadas cauções e exigência de fiador para o arrendamento, empurram as pessoas para soluções precárias, limitando assim outros direitos. Além disso, outros obstáculos, como a língua, o desconhecimento do funcionamento dos serviços, o acesso à saúde, a adaptação ao clima, surgem também como dificuldade relevantes.

Um ponto emergente nesta investigação foi o da dificuldade ao acesso ao mercado de trabalho, um obstáculo mais evidente quando se articulam as condições de mulher, mãe e imigrante. e este obstáculo se torna maior ainda quando se é mulher, imigrante e mãe. Ainda que estes fatores não devessem constituir um problema, a rigidez de uma sociedade ainda moldada por traços de patriarcalismo – em pleno século XXI – impõe à mulher a acumulação de papéis que deve exercer sem falhas. A falta de flexibilidade nos horários de trabalho aumenta a vulnerabilidade social destas mulheres forçando-as a aceitar condições de emprego e de trabalho precárias e fortemente penalizadoras das suas condições de vida.

Merece destaque, igualmente, a experiência com os serviços públicos que é fortemente retratada como negativa, associada a uma burocracia prolongada, sobrecarga dos serviços face à elevada procura, um atendimento pouco empático e, em alguns casos, percebido como xenófobo. Todos esses fatores colocam em risco a confiança institucional.

Em oposição a esses obstáculos, surgem as redes familiares e comunitárias, instituições locais, associações e pessoas individuais com gestos de solidariedade que funcionam como facilitadores da adaptação, mitigam o stress e constituem um canal para a integração.

Assim, esta investigação pôde perceber os significados atribuídos pela pessoa imigrante às respostas existentes, que oscilam entre um sentimento de gratidão e de frustração: reconhece-se o valor dos apoios das associações, instituições e pessoas individuais, mas denuncia-se a insuficiência dos mesmos relativamente a grande demanda. A integração também passa pela gestão de expectativas entre aquilo que foi idealizado antes da viagem e a realidade encontrada. Os tempos de espera administrativas e a precaridade económica repelem o sentimento de querer pertencer à nova comunidade.

Neste cenário, para os imigrantes, o Serviço Social mostrou ser um apoio estruturante, uma ponte para os direitos e serviços, ao disponibilizar informação, acompanhamento, encaminhamento e suporte, tanto material quanto emocional.

No plano da aculturação, o que mais foi ressaltado por parte dos imigrantes, foi a estratégia de integração, o querer participar e adotar traços da sociedade de acolhimento sem perder elementos identitários da sua cultura. Contudo, também se pode contar, numa minoria de casos, aqueles que adotaram estratégias de separação, não querendo ter contato com a comunidade local, uns por opção, outros por dificuldades, tais como já ter sido vítima de discriminação, ou dificuldade ao acesso de bens e serviços, o que influenciou o não querer ou não ter esse sentimento de pertença a nova sociedade. As experiências de discriminação relatadas, na

maioria dos casos, em diversas circunstâncias e diferentes formas, fazem o imigrante sentir que não é bem-vindo. E para fomentar este tipo de situação muito tem contribuído o discurso populista. Fica evidente que as estratégias de aculturação não dependem apenas da vontade individual do imigrante, mas também das condições objetivas e do grau de aceitação no território. O fato de não ter a situação documental regularizada agrava o estresse aculturativo, o medo de serem expulsos e ter de abandonar aquilo que os motivou a vir até aqui.

Um novo fator emergente na pesquisa realizada diz respeito às redes que se formaram na lacuna deixada pela administração, constituídas por pessoas individuais ou escritórios jurídicos que cobram muito dinheiro com promessas de soluções para legalização rápida em Portugal. Face ao desespero, alguns entrevistados reconhecem ter-se endividado para recorrer a este tipo de serviço, que, na prática, não se traduz em agilização dos processos.

Partindo da experiência dos assistentes sociais no terreno, as suas perspetivas confirmam uma ação onde o foco é a pessoa migrante, uma intervenção voltada para autonomia, ajustada com o acolhimento, o diagnóstico social, o encaminhamento para respostas e serviços, o acompanhamento contínuo e um educar a sociedade para os Direitos Humanos. Para além disso, surge também a dimensão organizacional, quanto à gestão do atendimento e das equipas, coordenação e articulação com as redes do setor público e privado. Também os profissionais apontam como principais constrangimentos no processo de integração a morosidade e complexidade nos processos de regularização da documentação, dificuldades ou mesmo inexistência de coordenação interserviços, a escassez de respostas especializadas no território e os desafios ligados à diversidade cultural e linguística.

Os profissionais reportam, ainda, a ausência de preparação para a intervenção com a população imigrante e ainda a existência de uma lacuna a nível da formação académica sobre migrações, ordenamento legal, e multiculturalidade e interculturalidade.

Os assistentes sociais trabalham por incentivar e ser elo de ligação entre os imigrantes e a comunidade local, para que as interações sejam cada vez mais de proximidade. Apesar do trabalho de ligação, não passa despercebido ao olhar profissional a discriminação que sofrem os imigrantes, particularmente no que concerne o acesso à habitação e todas as formas de preconceito relativamente ao acesso ao emprego. Por isso, a sua atitude será sempre antiopressiva. Apesar da discriminação, os assistentes sociais salientam que a maioria dos imigrantes atendidos procura, no seu processo de aculturação, a estratégia de integração.

Limitações e potencialidades da pesquisa

O estudo enfrentou limitações associadas à volatilidade do terreno empírico e à necessidade de ajustar critérios temporais de permanência, bem como ao número reduzido de profissionais entrevistados. Poderá também ter influenciado esta investigação o fato de ter sido circunscrito a um território específico, nomeadamente a Região Norte, caracterizada por um custo de vida menor que a Região Sul, mas também com menos capacidade de resposta. O alargamento da pesquisa a outros contextos regionais poderia permitir identificar, eventualmente, soluções diferentes para problemas semelhantes. Em acréscimo, considerando a natureza dinâmica do terreno empírico, poderá ser muito benéfico uma maior heterogeneização da amostra, uma vez que para este estudo ela foi bastante homogénea. Uma maior heterogeneidade permitiria uma compreensão mais abrangente do fenómeno em análise. Para investigações futuras poder-se-á ampliar o leque de atores nas áreas da saúde, educação, habitação, empregadores, comparar territórios e acompanhar trajetórias ao longo do tempo, avaliando a eficácia de programas e respostas locais. Apesar disso, a diversidade de experiências recolhidas permitiu-nos sustentar estas conclusões relevantes para a prática e para as políticas.

Recomendações

Como implicações e recomendações desta investigação, os resultados apontam para a necessidade de políticas e práticas que operem em via articulada, tanto para o imigrante quanto para a comunidade residente, para que esta também se sinta incluída e não “invadida” como certos discursos pretendem fazer crer. Esta via tem de ser de duplo sentido: tanto de responsabilidade dos imigrantes, como também de responsabilidade do Estado e de cada território. Entre as recomendações que emergem desta investigação destacamos:

- a) simplificar e tornar previsíveis os processos de regularização e comunicação institucional;
- b) reforçar os recursos nos serviços e aumentar a presença de assistentes sociais em todos os serviços públicos, em particular em áreas geográficas mais críticas;
- c) disponibilizar informação clara e multilingue sobre os “primeiros passos” a serem dados em Portugal: como, quando e onde;
- d) desenvolver respostas de habitação acessível e de apoio temporário;

- e) promover a inserção no mercado laboral com proteção contra a precariedade, facilidade na obtenção de documentos, mecanismos de reconhecimento de qualificações, e flexibilidade de horários para as mães;
- f) criar meios de suporte de apoio psicológico e educativo;
- g) investir na formação contínua dos profissionais nos campos da interculturalidade, mediação e legislação migratória;
- h) insistir para que os planos curriculares da formação em Serviço Social contemplem, obrigatoriamente, unidades curriculares relacionadas com esta temática;
- i) fortalecer ações antidiscriminatórias e de sensibilização comunitária, envolvendo entidades públicas, escolas, empregadores e sociedade civil.

Em síntese, a integração na Região do Cávado revela-se possível quando redes locais, instituições e comunidade conseguem articular respostas e reconhecer a dignidade de cada pessoa. Mas permanece vulnerável quando a burocracia, a precariedade e a discriminação bloqueiam o acesso a direitos. O profissional de Serviço Social surge como ator-chave na mediação destes processos, reforçando que a justiça social e a coesão dependem não só de boas intenções, mas de recursos, coordenação e políticas efetivas que transformem necessidades em direitos concretos “... é trabalhar para que cada cidadão seja tratado como cidadão de parte inteira, quaisquer que sejam as suas pertenças.” (Maalouf, 2023, p.147).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ager, A. & Strang, A. (2008). Understanding integration: a conceptual framework. *Journal of Refugee Studies*, 21(2), 166–191. DOI: <https://doi.org/10.1093/jrs/fen016>.
- AIMA (2023). *Relatório Migrações e Asilo 2023*. Disponível em <https://aima.gov.pt/media/pages/documents/92dd0f02ea-1726562672/rma-2023.pdf>
- Amaro, I. M. (2015). *Urgências e Emergências do Serviço Social Fundamentos da profissão na contemporaneidade*. Universidade Católica Editora.
- Astrolábio (2024). *Análise Socioeconómica CIM Cávado 2023*. Astrolábio Orientação e Estratégia S.A.
- Baláž, R., & Čemová, L. (2019). The mainstreaming of integration governance and social work in the local integration of immigrants. *Czech & Slovak Social Work Journal*, 19(1), 94–110. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/329144406_The_Mainstreaming_of_Integration_Governance_and_Social_Work_in_the_Local_Integration_of_Immigrants
- Banks, S., & Norh, K., (2008). *Ética Prática para as Profissões do Trabalho Social*. Porto Editora.
- Bardin, L. (2008). *Análise de conteúdo* (4ª Ed.). Edições 70.
- Berry, J. W. & Sam, D. L., (Eds.). (2006). *The Cambridge handbook of acculturation psychology*. Cambridge University Press.
- Berry, J. W. (1997). Immigration, acculturation, and adaptation. *Applied psychology*, 46(1), 5–34.
- Berry, J. W. (2001). A psychology of immigration. *Journal of social issues*, 57(3), 615–631.
- Berry, J. W. (2005). Acculturation: Living successfully in two cultures. *International journal of intercultural relations*, 29(6), 697–712
- Berry, J. W., Phinney, J. S., Sam, D. L., & Vedder, P. (2006). Immigrant Youth: Acculturation, Identity, and Adaptation. *Applied Psychology: An International Review*, 55(3), 303–332
- Bouquet, B. & Jaeger, M. (2011). Tensions entre mise en oeuvre des politiques migratoires et questions éthiques du travail social. *Revue Hommes & Migrations*, 1290, 10–21. <https://doi.org/10.4000/hommesmigrations.729>.

- Branco, A. S. (2023). Os requerentes de asilo em Portugal: desafios, práticas e perspectivas futuras para a intervenção dos Assistentes Sociais. *Intervenção Social*, 62, 29–56. <https://doi.org/10.34628/SZ7N-H466>
- Bryman, A. (2015). *Social Research Methods*. 5th ed. Oxford University Press.
- Carvalho, M. I. (2016). *Ética Aplicada ao Serviço Social dilemas e práticas profissionais*. Pactor Editora.
- Comissão Europeia (2020). *Plano de Ação sobre Integração e Inclusão 2021-2027 da Comissão Europeia*. CE. https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip_20_2178
- Constituição da República Portuguesa (1976). *Diário da República*, 1.ª série, n.º 82, 745–750. <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-aprovacao-constituicao/1976-34520775>
- Coutinho, C. (2015). *Metodologias de Investigação em Ciências Sociais e Humanas*. Almedina.
- Cresswell, J. W. (2010). *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Artmed.
- Dominelli, L. (2002). *Anti-oppressive social work: Theory and practice*. Palgrave Macmillan.
- EAPN (2025). *Pobreza e Exclusão Social 2025*. EAPN
- Egger, A.T. (2022). Necessidades humanas na ciência social e no Serviço Social. In G. André, & A. Jesus (Eds.), *Serviço Social, Direitos Humanos e Relações Interculturais* (pp.50-67). Universidade Católica Editora
- Flick, U. (2022). *The Sage Handbook of Qualitative Research Design*. Sage.
- Góis, P. & Lopes, R. C. (2024). *Barômetro da imigração, a perspectiva dos portugueses*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Góis, P. (org.). (2019). *Casa comum: migrações e desenvolvimento em Portugal*. Cáritas Portuguesa. Disponível em <https://www.plataformaongd.pt/uploads/subcanais2/casa-comum-pt-digital.pdf>
- Gomes, P. J. (2025). A protecção dos direitos fundamentais dos nacionais de países terceiros nos pedidos de autorização de residência em Portugal: problemas e algumas soluções. *Revista Temas de Integração*, 45, 85-105.

- Governo de Portugal. (2025). *Portugal distinguido pela The Economist como "Economia do Ano"*. XXV Governo Constitucional. Disponível em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc25/comunicacao/noticia?i=portugal-distinguido-pela-the-economist-como-economia-do-ano>
- Guélamine, F. (2007). Former les travailleurs sociaux dans le domaine des migrations. *Les Sciences de l'éducation - Pour l'Ère nouvelle*, 40(1), 49-65. <https://doi.org/10.3917/lsdle.401.0049>.
- IFSW (2018). *Global Social Work Statement of Ethical Principles*. IFSW. Disponível em <https://www.ifsw.org/global-social-work-statement-of-ethical-principles/>
- INE (2024). Instituto Nacional de Estatística. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&contecto=pi&indOcorrCod=0012903&selTab=tab0
- Jacquey, B. (2021). L'accompagnement des publics migrants par les associations. *L'ENA hors les murs*, 505(4), 62-64. <https://doi.org/10.3917/ehlm.505.0062>
- Kvale, S. (1996). *Interview Views: An Introduction to Qualitative Research Interviewing*. Sage Publications.
- Lei n.º 23/2007 (4 de julho de 2007). *Diário da República*, 1.ª série, n.º 127, 4290–4330. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/23-2007-635814>
- Lei n.º 37/81 (3 de outubro de 1981). *Diário da República*, 1.ª série, n.º 228, 2648–2651. <https://data.dre.pt/eli/lei/37/1981/10/03/p/dre/pt/html>
- Lei n.º 61/2025 (22 de outubro de 2025). *Diário da República*, 1.ª série, n.º 204, 4290–4330. <https://data.dre.pt/eli/lei/61/2025/10/22/p/dre/pt/html>
- Lei Orgânica n.º 1/2024 (5 de março de 2024). *Diário da República*, 1.ª série, n.º 46, [páginas]. <https://data.dre.pt/eli/lei/1/2024/03/05/p/dre/pt/html>
- Levine, E. (2024). Toward a Critical Social Work Ethics of Immigration, Migration, and Human Rights. *International Journal of Social Work Values and Ethics*, 21(1), 98–136. <https://doi.org/10.55521/10-021-109>
- Luís, C. (2023). Condições de pobreza nos imigrantes indocumentados em Portugal. *Rediteia: Revista de Política Social*, 55, 17–26. Disponível em <https://www.eapn.pt/centro-de-documentacao/rediteia-55-migracoes-em-portugal/>

- Maalouf, A. (2023). *Identidades assassinas*. Marcador.
- Matias, M., & Andrade, C. (2023). Articulação trabalho-família e género: Refletindo sobre a literatura e a evidência internacional e nacional. In E. Silva & C. Casimiro (Eds.), *Migrações, famílias e desigualdades* (pp. 84–111). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Disponível em https://eeagrantsboomerang.iscsp.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2023/12/E-book_Migracoes_Familias_e_Desigualdades.pdf
- Merino, M. E. T., Cortés, C. A., & Luarte, V. V. (2023). Comprensión, confianza y ética en las entrevistas con personas migrantes. *Empiria. Revista de metodología de ciencias sociales*, 58, 15–34. <https://doi.org/10.5944/empiria.58.2023.37378>
- MIPEX. (2025). *Key findings 2025. Migrant Integration Policy Index*. Disponível em <https://mipex.eu/key-findings-2025>
- Nações Unidas (2017). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Nações Unidas. https://e4k4c4x9.delivery.rocketcdn.me/pt/wp-content/uploads/sites/9/2023/10/PT-UDHR-v2023_web.pdf
- OCDE (2024). *Perspectives des migrations internationales 2024*. <https://doi.org/10.1787/4fa9de98-fr>
- OIM (2024). *Relatório Mundial sobre Migrações 2024*. OIM.
- OM (2023). *Indicadores de integração de imigrantes: relatório estatístico anual 2023* (1ª ed.). Observatório das Migrações. <https://eurocid.mne.gov.pt/sites/default/files/repository/paragraph/documents/31307/relatorio-indicadores-de-integracao-de-imigrantes-2023.pdf>
- ONU. (1994). *Direitos Humanos e Serviço Social. Manual de Direitos Humanos para as escolas e profissionais de Serviço Social*. ONU.
- Panza, S. (2017). Jane Adams: an experience of multicultural education and social care. Chicago, 1889 – 1910. *European Journal of Multidisciplinary Studies*, 2(7), 306–311. <https://doi.org/10.26417/ejms.v6i2.p306-311>
- Parkes, R., & Pauwels, A. (2017). *The EU migration crisis: Getting the numbers right*. European Union Institute for Security Studies. <https://www.iss.europa.eu/sites/default/files/EUISSFiles/Brief%209%20Migration%20statistics.pdf>

- Peixoto, J. (2004). As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas. *Socius Working Papers*, 11. SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações.
- Pires, R. P. (2012). O problema da integração. *Sociologia: Revista Da Faculdade De Letras Da Universidade Do Porto*, 24. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/1407>
- Pordata (2024). *Dia Internacional das Migrações*. https://www.pordata.pt/sites/default/files/2024-12/pr_barometro_imigracao_vf.pdf
- Presidência do Conselho de Ministros (2024). *Plano de Ação para as Migrações, problemas, desafios, princípios e ações* Presidência do Conselho de Ministros. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc24/comunicacao/documento?i=plano-de-acao-para-as-migracoes-problemas-desafios-principios-e-acoas>
- Rai, A., Held, M. L., Huslage, M., Galvez, E., Ayalew, Y. D., & Siksay, L. (2024). “Do the right thing”: Immigrant perspectives of social worker support in the United States. *International Journal of Social Welfare*, 33(4), 1200–1207. <https://doi.org/10.1111/ijsw.12654>
- Reis, J. (2021). *ACM Norte 2030*. ACM. Disponível em <https://www.ccd-r-n.pt/storage/app/media/2021/NORTE%202030/Workshops/WS2.2%20-%20Demografia%20-%20Jose%20Reis.pdf>
- Righi, F. (2014). Le travail social à l’épreuve des migrations. *Écarts d’identité*, 132. Disponível em <https://ecarts-identite.org/Le-travail-social-a-l-epreuve-des-migrations>
- Silva, C., & Lobo, I. (2024). Fronteiras do medo: a retórica da ameaça como instrumento político contra imigrantes internacionais. *Revista Tempo do Mundo*, 35, 73-95.
- Sobočan, A. M., Bertotti, T., & Strom-Gottfried, K. (2018). Ethical considerations in social work research. *European Journal of Social Work*, 22(5), 805–818. <https://doi.org/10.1080/13691457.2018.1544117>
- Solano, G., & De Coninck, D. (2023). Explaining migrant integration policies: A comparative study across 56 countries. *Migration Studies*, 11(1), 75–102. DOI: <https://doi.org/10.1093/migration/mnac032>
- Sue, D. W. (2006). *Multicultural Social Work Practice*. John Wiley & Sons.

Tribunal de Contas Europeu. (2024). *Relatório Especial 26/2024: Integração de nacionais de países terceiros na UE – Apoio do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração é pertinente, mas impacto fica por demonstrar* (Relatório Especial n.º 26). https://www.eca.europa.eu/ECAPublications/SR-2024-26/SR-2024-26_PT.pdf

ANEXOS

GUIÃO DE ENTREVISTA PARA IMIGRANTES

I. Caracterização socioprofissional antes do processo migratório

- Antes de vir para Portugal, qual era a sua condição perante o trabalho (trabalhava, estava desempregado, estudava, estava reformado...)?
 - Se estudava, o que estava a estudar?
 - Se trabalhava, qual era a sua profissão? Tinha uma situação profissional estável?
 - Se estava desempregado, tinha tido algum trabalho antes? Se sim, qual o último?
- Viva com quem? Como eram as suas redes de suporte (família, vizinhança, amigos...)?
- Onde vivia: contexto urbano, contexto rural? Como eram as suas condições habitacionais?

II. Percurso migratório e chegada a Portugal

- Em que momento tomou a decisão de migrar?
- Qual ou quais as razões que o/a fizeram tomar a decisão de imigrar?
- Escolheu Portugal porquê?
- Veio sozinho/a ou acompanhado/a? Se veio sozinho/a, deixou família no país de origem?
- Quais foram as principais dificuldades que enfrentou no processo de migração (dinheiro, viagem...)?
- Na chegada a Portugal, quais as principais dificuldades sentidas?
- Qual a sua opinião sobre o atendimento nos serviços públicos que tratam das situações dos imigrantes?
- Como foi a sua adaptação nos primeiros tempos? Tinha família ou pessoas conhecidas a viver em Portugal?
- Sentiu grande diferença cultural entre o seu país de origem e Portugal? Se sim, quais as diferenças mais assinaláveis e de que modo dificultaram a sua integração?

III. Perceção sobre o apoio institucional no processo de acolhimento

- Recebeu algum tipo de apoio ou ajuda ao chegar ao país? Se sim, como descreveria esse apoio?
- Teve contacto com algum serviço, profissional ou iniciativa que contribuiu para o seu processo de integração? Se sim, de que forma isso foi importante?
- Teve contacto com profissionais de Serviço Social para a sua integração em Portugal? Se sim, como avalia esse apoio?
- O que poderia ser melhorado pelo Estado português para uma mais eficaz integração dos migrantes na sociedade?

IV. Situação atual

- Atualmente qual a sua condição perante o trabalho (empregado, desempregado, estudante, ...)?
 - Se está a estudar, o quê e onde?
 - Se está a trabalhar, qual a sua profissão? A sua situação profissional é estável? Pode falar um pouco sobre o seu percurso profissional?
 - Se está desempregado, há quanto tempo? O que fazia antes? Recebe subsídio de desemprego?
- Com quem vive atualmente (sozinho, com família, com outras pessoas)?
- Quais são as principais dificuldades que enfrenta atualmente?
- Recebe algum tipo de apoio do Estado português? Se sim, qual?
- Qual é a sua perceção em relação ao acolhimento que é dado aos migrantes por partes dos portugueses? Já alguma vez se sentiu discriminado/a? Se sim, em que contexto(s)?
- Desde que está em Portugal, quais têm sido as principais dificuldades sentidas no processo de integração?
- Como tem sido o seu contato com a comunidade local? Tem amigos/relações de amizade com portugueses? E com pessoas originárias do seu país?
- Na sua opinião, os migrantes devem manter a sua cultura de origem ou devem adotar a cultura da comunidade que os acolhe? Porquê?

V. Caracterização Sociodemográfica

- Para efeitos de caracterização sociodemográfica, pode dizer-me qual: a sua idade, o seu estado civil, o seu nível de escolaridade e a sua nacionalidade?

GUIDE D'ENTRETIEN POUR LES MIGRANTS

I. Caractérisation socioprofessionnelle avant le processus migratoire

- Avant de venir au Portugal, quelle était votre situation par rapport au travail (vous travailliez, étiez au chômage, étudiez, étiez à la retraite...) ?
 - Si vous étudiez, qu'étudiez-vous ?
 - Si vous travailliez, quelle était votre profession ? Aviez-vous une situation professionnelle stable ?
 - Si vous étiez au chômage, aviez-vous déjà travaillé auparavant ? Si oui, quel était votre dernier emploi ?
- Avec qui viviez-vous ? Comment étaient vos réseaux de soutien (famille, voisinage, amis...) ?
- Où viviez-vous : contexte urbain, contexte rural ? Quelles étaient vos conditions de logement ?

II. Parcours migratoire et arrivée au Portugal

- À quel moment avez-vous pris la décision de migrer ?
- Quelles sont les raisons qui vous ont poussé(e) à immigrer ?
- Pourquoi avoir choisi le Portugal ?
- Êtes-vous venu(e) seul(e) ou accompagné(e) ? Si seul(e), avez-vous laissé de la famille dans votre pays d'origine ?
- Quelles ont été les principales difficultés rencontrées dans le processus migratoire (argent, voyage...) ?
- À votre arrivée au Portugal, quelles ont été les principales difficultés ressenties ?
- Quelle est votre opinion sur l'accueil dans les services publics qui traitent des situations des migrants ?
- Comment s'est passée votre adaptation au début ? Aviez-vous de la famille ou des connaissances vivant au Portugal ?
- Avez-vous ressenti une grande différence culturelle entre votre pays d'origine et le Portugal ? Si oui, quelles différences et comment ont-elles compliqué votre intégration ?

III. Perception du soutien institutionnel dans le processus d'accueil

- Avez-vous reçu un type de soutien ou d'aide à votre arrivée dans le pays ? Si oui, comment décririez-vous ce soutien ?
- Avez-vous été en contact avec un service, un professionnel ou une initiative qui a contribué à votre processus d'intégration ? Si oui, de quelle manière cela a-t-il été important ?
- Avez-vous été en contact avec des professionnels du Travail Social pour votre intégration au Portugal ? Si oui, comment évaluez-vous ce soutien ?
- Que pourrait améliorer l'État portugais pour une intégration plus efficace des migrants dans la société ?

IV. Situation actuelle

- Actuellement, quelle est votre situation par rapport au travail (employé, au chômage, étudiant...) ?
 - Si vous étudiez, quoi et où ?
 - Si vous travaillez, quelle est votre profession ? Votre situation professionnelle est-elle stable ? Pouvez-vous parler un peu de votre parcours professionnel ?
 - Si vous êtes au chômage, depuis combien de temps ? Que faisiez-vous avant ? Recevez-vous une allocation chômage ?
- Avec qui vivez-vous actuellement (seul, avec la famille, avec d'autres personnes) ?
- Quelles sont les principales difficultés que vous rencontrez actuellement ?
- Recevez-vous un type de soutien de l'État portugais ? Si oui, lequel ?
- Quelle est votre perception de l'accueil réservé aux migrants par les Portugais ? Vous êtes-vous déjà senti(e) discriminé(e) ? Si oui, dans quel(s) contexte(s) ?
- Depuis votre arrivée au Portugal, quelles ont été les principales difficultés rencontrées dans le processus d'intégration ?
- Comment se passe votre contact avec la communauté locale ? Avez-vous des amis portugais ? Et des personnes originaires de votre pays ?
- À votre avis, les migrants doivent-ils conserver leur culture d'origine ou adopter celle de la communauté qui les accueille ? Pourquoi ?

V. Caractérisation sociodémographique

- Pour des raisons de caractérisation sociodémographique, pouvez-vous me dire : votre âge, votre état civil, votre niveau d'éducation et votre nationalité ?

Anexo 2. Guião de Entrevista para Assistentes Sociais

GUIÃO DE ENTREVISTA PARA ASSISTENTES SOCIAIS

I. Caracterização profissional

- Há quanto tempo exerce funções como Assistente Sociais? E há quanto tempo trabalha com imigrantes?
- Trabalha há quanto tempo nesta instituição? Pode descrever as suas funções?
- Fez alguma formação específica no domínio da integração de imigrantes, da multi e interculturalidade? Se sim, qual? Se não, porquê e sente que seria útil fazer?

II. Atividade profissional com imigrantes

- Enquanto profissional, quais são os principais desafios que enfrenta no processo de integração dos migrantes?
- Com base na sua experiência, quais são as principais dificuldades que os imigrantes enfrentam ao chegar a Portugal e, em particular, a esta região do Cávado?
- Como tem sido o contato dos migrantes com a comunidade local? O que tem feito o Assistente Social para que exista ou não esse contato?
- O que poderia ser melhorado pelo Estado português para permitir uma intervenção mais eficaz dos assistentes sociais junto da população migrante?
- Quais são os principais tipos de discriminação ou exclusão enfrentados pelos migrantes?
- Na sua percepção, os migrantes tendem a adotar a cultura da sociedade acolhedora ou a manter-se mais ligados à sua própria cultura?

III. Perceção sobre o papel do Assistente Social

- Considera que os assistentes sociais estão preparados para trabalhar com populações imigrantes? Se não, porquê?
- Considera que a formação dos profissionais os prepara para trabalhar nesta área?
- Na sua opinião, qual é ou pode ser o papel do assistente social no processo de integração dos imigrantes na sociedade portuguesa?

Anexo 3. Informação ao Participante

Informação ao Participante (para imigrantes)

Título do Estudo: *Entre Culturas: A experiência de Integração de Migrantes na Região do Cávado*

Investigadora responsável: Aparecida Nascimento Corrêa

Estudo orientado por: Professora Doutora Idalina Machado

Por favor, leia com atenção todo o conteúdo deste documento. Está a ser convidado/a a participar num estudo de investigação aprovado pela Comissão de Ética do Instituto Superior de Serviço Social do Porto com o número 74_2025. Não hesite em solicitar mais informações se não estiver completamente esclarecido/a.

Objetivo do estudo

Este estudo visa compreender o percurso de integração dos imigrantes em Portugal e qual o papel dos profissionais de serviço social nesse processo.

Como será a participação

É convidado(a) a participar numa entrevista onde poderá partilhar as suas experiências e perspetiva sobre o seu processo de imigração e o apoio institucional recebido, particularmente por parte de profissionais de Serviço Social. A entrevista será realizada no horário e local da sua conveniência, com duração aproximada 30 a 45 minutos. Os dados serão gravados em áudio, mediante o seu consentimento, e posteriormente transcritos para análise. No final deste estudo, as gravações, bem como, as transcrições serão eliminadas.

Riscos, benefício e potenciais incómodos

A participação neste estudo não envolve riscos significativos. Na eventualidade de sentir algum desconforto emocional ao relembrar dificuldades no processo de imigração ou experiências de discriminação e exclusão social, poderemos pausar ou parar em qualquer momento sem necessidade de esclarecimento. Ao participar neste estudo está a contribuir com o seu conhecimento e experiência para uma compreensão mais profunda sobre as respostas/apoios existentes em matéria de integração dos imigrantes, permitindo ao investigador formular

recomendações para a melhoria das práticas de intervenção e para a criação de políticas de imigração inclusivas.

Custos, compensação e/ou seguro de participação

Não há previsão de custos, compensação ou seguro para os participantes deste estudo. A participação é voluntária, sem qualquer tipo de encargo financeiro para os participantes, e não serão oferecidos incentivos monetários ou materiais pela colaboração na investigação.

Participação voluntária e livre

A sua participação é totalmente voluntária. Poderá optar por não responder a algumas perguntas ou cessar a sua participação em qualquer momento, sem necessidade de justificar a decisão e sem qualquer consequência.

Tempo disponível para refletir sobre a participação no projeto/liberdade para decidir

De modo a garantir a voluntariedade e a autonomia dos participantes, após o recebimento deste documento terá 5 dias úteis para responder se deseja ou não participar no projeto. A participação no estudo é totalmente voluntária e poderá desistir a qualquer momento, sem qualquer tipo de prejuízo ou penalização, e o direito de interromper a sua participação a qualquer altura, sem a necessidade de justificar a sua decisão.

Garantia do pagamento de eventuais despesas ou justificação de ausência no trabalho

Não haverá pagamentos, compensação, seguro ou justificação de ausência para entidade empregadora para os participantes deste estudo. Não serão oferecidos incentivos monetários ou materiais pela colaboração na investigação.

Possibilidade de abandonar a participação no projeto e pedido de eliminação imediata dos dados recolhidos

é direito de cada participante de interromper a sua participação a qualquer momento, sem a necessidade de justificar a sua decisão, assim como o de pedir a imediata eliminação dos todos os dados recolhidos, sem qualquer prejuízo ou penalização.

Garantia da confidencialidade e proteção dos dados pessoais

Todas as informações obtidas serão tratadas com total confidencialidade e armazenadas de forma anónima. As suas respostas serão codificadas para proteger a sua identidade e apenas a equipa de investigação terá acesso aos dados, que serão guardados em sistemas seguros.

Não está prevista a utilização dos dados recolhidos para outros fins além desta investigação. Todos os dados serão utilizados unicamente para responder aos objetivos deste estudo em específico, conforme explicitado no consentimento informado.

Divulgação dos Resultados

Os resultados desta investigação serão apresentados em relatórios, publicações académicas e conferências. Todos os dados serão sempre apresentados de forma conjunta e anónima, respeitando a privacidade dos participantes.

Agradecemos a sua colaboração e interesse em participar neste estudo. A sua perspetiva é fundamental para entender melhor o ressentir dos migrantes no seu processo de integração na sociedade portuguesa.

Por favor, leia esta informação com atenção e sinta-se à vontade para esclarecer quaisquer dúvidas antes de decidir participar.

Contacto para mais informações: Caso tenha dúvidas ou deseje mais informações sobre o estudo, pode contactar a investigadora responsável, Aparecida Nascimento Corrêa, através do email 240124007@issp.pt ou da sua orientadora académica, Professora Doutora Idalina Machado, através do email idalina.machado@issp.pt.

Se desejar, poderá também contactar a Comissão de Ética do ISSP através do email comissao.etica@issp.pt

Information au Participant (pour les migrants)

Titre de l'étude : *Entre Cultures : L'expérience d'intégration des migrants dans la région du Cávado*

Chercheuse responsable : Aparecida Nascimento Corrêa

Étude dirigée par : Professeure Docteure Idalina Machado

Veuillez lire attentivement l'intégralité de ce document. Vous êtes invité(e) à participer à une étude approuvée par la Commission d'Éthique de l'Institut Supérieur de Service Social de Porto sous le numéro 74_2025. N'hésitez pas à demander des informations supplémentaires si quelque chose n'est pas clair.

Objectif de l'étude

Cette étude vise à comprendre le parcours d'intégration des migrants au Portugal et le rôle des professionnels du service social dans ce processus.

Comment se déroulera la participation

Vous êtes invité(e) à participer à un entretien où vous pourrez partager vos expériences et votre point de vue sur votre processus d'immigration et le soutien institutionnel reçu, notamment de la part des professionnels du Service Social. L'entretien sera réalisé à l'heure et au lieu de votre convenance, pour une durée approximative de 30 à 45 minutes. Les données seront enregistrées en audio, avec votre consentement, puis transcrites pour analyse. À la fin de l'étude, les enregistrements et transcriptions seront supprimés.

Risques, bénéfices et éventuels désagréments

La participation à cette étude ne comporte pas de risques significatifs. Si vous ressentez un inconfort émotionnel en évoquant des difficultés liées à l'immigration ou des expériences de discrimination, nous pourrions interrompre ou arrêter l'entretien à tout moment sans explication. Votre participation contribue à une meilleure compréhension des dispositifs d'intégration des migrants, permettant au chercheur de formuler des recommandations pour améliorer les pratiques et créer des politiques inclusives.

Coûts, compensation et/ou assurance

Aucun coût, compensation ou assurance n'est prévu pour les participants. La participation est volontaire, sans frais, et aucun avantage financier ou matériel ne sera offert.

Participation volontaire et libre

Votre participation est totalement volontaire. Vous pouvez choisir de ne pas répondre à certaines questions ou interrompre votre participation à tout moment, sans justification ni conséquence.

Temps de réflexion et liberté de décision

Après réception de ce document, vous disposez de 5 jours ouvrables pour décider si vous souhaitez participer. Vous pouvez vous retirer à tout moment, sans préjudice ni pénalité, et interrompre votre participation sans justification.

Absence de paiement ou justification d'absence au travail

Aucun paiement, compensation, assurance ou justificatif d'absence auprès de votre employeur ne sera fourni.

Possibilité d'abandon et suppression immédiate des données

Chaque participant a le droit d'interrompre sa participation à tout moment et de demander la suppression immédiate de toutes les données collectées, sans préjudice ni pénalité.

Confidentialité et protection des données personnelles

Toutes les informations seront traitées de manière confidentielle et anonymisée. Vos réponses seront codées pour protéger votre identité et seules l'équipe de recherche y aura accès. Les données ne seront utilisées que pour les objectifs de cette étude.

Diffusion des résultats

Les résultats de cette recherche seront présentés dans des rapports, des publications académiques et des conférences. Toutes les données seront toujours présentées de manière collective et anonyme, respectant la confidentialité des participants.

Nous vous remercions pour votre collaboration et votre intérêt à participer à cette étude. Votre point de vue est essentiel pour mieux comprendre le ressenti des migrants dans leur processus d'intégration dans la société portugaise.

Veuillez lire attentivement ces informations et n'hésitez pas à poser toutes vos questions avant de décider de participer.

Contact pour plus d'informations : Si vous avez des doutes ou souhaitez obtenir davantage d'informations sur l'étude, vous pouvez contacter la chercheuse responsable, Aparecida Nascimento Corrêa, par email à 240124007@issp.pt ou sa directrice académique, Professeure Docteure Idalina Machado, à l'adresse idalina.machado@issp.pt. Si vous le souhaitez, vous pouvez également contacter la Commission d'Éthique de l'ISSP par email à commission.etica@issp.pt

Informação ao Participante

(para assistentes sociais)

Título do Estudo: *Entre Culturas: A experiência de Integração de Migrantes na Região do Cávado*

Investigadora responsável: Aparecida Nascimento Corrêa

Estudo orientado por: Professora Doutora Idalina Machado

Por favor, leia com atenção todo o conteúdo deste documento. Está a ser convidado/a a participar num estudo de investigação aprovado pela Comissão de Ética do Instituto Superior de Serviço Social do Porto com o número 74_2025. Não hesite em solicitar mais informações se não estiver completamente esclarecido/a.

Objetivo do estudo

Este estudo visa compreender o percurso de integração dos imigrantes em Portugal e qual o papel dos profissionais de serviço social nesse processo.

Como será a participação

É convidado(a) a participar numa entrevista onde poderá partilhar as suas experiências profissionais em matéria de acolhimento e apoio no processo de integração de imigrantes em Portugal. A entrevista será realizada no horário e local da sua conveniência, com duração aproximada 30 a 45 minutos. Os dados serão gravados em áudio, mediante o seu consentimento, e posteriormente transcritos para análise. No final deste estudo, as gravações, bem como, as transcrições serão eliminadas.

Riscos, benefício e potenciais incómodos

A participação neste estudo não envolve riscos. Ao participar neste estudo está a contribuir com o seu conhecimento e experiência para uma compreensão mais profunda sobre as respostas/apoios existentes em matéria de integração dos imigrantes, permitindo ao investigador formular recomendações para a melhoria das práticas de intervenção e para a criação de políticas de imigração inclusivas.

Custos, compensação e/ou seguro de participação

Não há previsão de custos, compensação ou seguro para os participantes deste estudo. A participação é voluntária, sem qualquer tipo de encargo financeiro para os participantes, e não serão oferecidos incentivos monetários ou materiais pela colaboração na investigação.

Participação voluntária e livre

A sua participação é totalmente voluntária. Poderá optar por não responder a algumas perguntas ou cessar a sua participação em qualquer momento, sem necessidade de justificar a decisão e sem qualquer consequência.

Tempo disponível para refletir sobre a participação no projeto/liberdade para decidir

De modo a garantir a voluntariedade e a autonomia dos participantes, após o recebimento deste documento terá 5 dias úteis para responder se deseja ou não participar no projeto. A participação no estudo é totalmente voluntária e poderá desistir a qualquer momento, sem qualquer tipo de prejuízo ou penalização, e o direito de interromper a sua participação a qualquer altura, sem a necessidade de justificar a sua decisão.

Garantia do pagamento de eventuais despesas ou justificação de ausência no trabalho

Não haverá pagamentos, compensação, seguro ou justificação de ausência para entidade empregadora para os participantes deste estudo. Não serão oferecidos incentivos monetários ou materiais pela colaboração na investigação.

Possibilidade de abandonar a participação no projeto e pedido de eliminação imediata dos dados recolhidos

é direito de cada participante de interromper a sua participação a qualquer momento, sem a necessidade de justificar a sua decisão, assim como o de pedir a imediata eliminação dos todos os dados recolhidos, sem qualquer prejuízo ou penalização.

Garantia da confidencialidade e proteção dos dados pessoais

Todas as informações obtidas serão tratadas com total confidencialidade e armazenadas de forma anónima. As suas respostas serão codificadas para proteger a sua identidade e apenas a equipa de investigação terá acesso aos dados, que serão guardados em sistemas seguros.

Não está prevista a utilização dos dados recolhidos para outros fins além desta investigação. Todos os dados serão utilizados unicamente para responder aos objetivos deste estudo em específico, conforme explicitado no consentimento informado.

Divulgação dos Resultados

Os resultados desta investigação serão apresentados em relatórios, publicações académicas e conferências. Todos os dados serão sempre apresentados de forma conjunta e anónima, respeitando a privacidade dos participantes.

Agradecemos a sua colaboração e interesse em participar neste estudo. A sua perspetiva é fundamental para entender melhor o ressentir dos migrantes no seu processo de integração na sociedade portuguesa.

Por favor, leia esta informação com atenção e sinta-se à vontade para esclarecer quaisquer dúvidas antes de decidir participar.

Contacto para mais informações: Caso tenha dúvidas ou deseje mais informações sobre o estudo, pode contactar a investigadora responsável, Aparecida Nascimento Corrêa, através do email 240124007@issp.pt ou da sua orientadora académica, Professora Doutora Idalina Machado, através do email idalina.machado@issp.pt.

Se desejar, poderá também contactar a Comissão de Ética do ISSP através do email comissao.etica@issp.pt.

Anexo 4. Consentimento Informado

Consentimento Informado, Livre e Esclarecido

Designação do projeto de investigação: *Entre Culturas: A experiência de Integração de Migrantes na Região do Cávado*

Investigador/a Responsável: Aparecida Nascimento Corrêa, declaro que expliquei ao/à participante/representante legal, de forma adequada e compreensível, o projeto de investigação referido, incluindo os benefícios previstos, possíveis riscos/incômodos, custos ou compensações em resultado da participação neste projeto. Declaro ainda que foi entregue ao/à participante/representante legal, documento escrito com Informação ao Participante sobre este projeto e cópia do consentimento informado assinado.

Data: ____/____/____

(assinatura do/a investigador/a)

Participante/Representante Legal:

Participante: _____ (nome completo)

(ou) Representante Legal: _____ (nome completo)

Grau de parentesco ou tipo de representação: _____

declaro que:

- Compreendi a explicação que me foi fornecida pelo/a investigador/a que assina este documento, sobre este estudo, nomeadamente os objetivos, métodos, benefícios previstos, possíveis riscos/incômodos, custos ou compensações em resultado da minha participação.
- Recebi o documento escrito com a Informação ao/à Participante relativo ao estudo.
- Tive oportunidade de solicitar todas as informações de que necessitei, tendo obtido resposta satisfatória.
- Autorizo por minha livre, específica e informada vontade a gravação em áudio da entrevista para a utilização única e expressa desta investigação durante o período estritamente necessário à prossecução dessa mesma finalidade.
- Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, poder recusar ou abandonar este estudo, bem como pedir a imediata eliminação de todos os meus dados recolhidos, sem qualquer tipo de consequências ou prejuízo na assistência que me é prestada.

Desta forma, declaro o meu consentimento livre e esclarecido para participar no estudo, de acordo com os esclarecimentos que me foram prestados, como consta neste documento

Data: ____/____/____

(assinatura do participante/representante legal)



INSTITUTO SUPERIOR DE
SERVIÇO SOCIAL DO PORTO

**DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO PARA CAPTAÇÃO E DIFUSÃO DA
IMAGEM PESSOAL EM SUPORTE DIGITAL (FOTO, SOM OU VÍDEO)**

Eu, _____, pessoa singular titular de dados pessoais declaro para os devidos efeitos autorizar por minha livre, específica e informada vontade, a captação, tratamento e respetiva difusão da imagem própria e os dados pessoais inerentemente a esta associados para efeitos de realização do trabalho académico de mestrado subordinado ao tema “*Entre Culturas: A experiência de Integração de Migrantes na Região do Cávado*”, apenas para os fins anteriormente indicados e durante o período de tempo estritamente necessário à prossecução dessas mesmas finalidade.

Mais declaro expressamente, que renuncio desde já a quaisquer direitos ou compensação que desta utilização possa eventualmente resultar.

Por ser verdade, e por nada haver a obstar, esta declaração vai ser assinada por mim,

Data: ____/____/____

(assinatura do participante)

Consentement libre, éclairé et informé

Intitulé du projet de recherche : *Entre Cultures : L'expérience d'intégration des migrants dans la région du Cávado*

Chercheuse responsable : Aparecida Nascimento Corrêa, je déclare avoir expliqué au/à participant(e)/représentant(e) légal(e), de manière appropriée et compréhensible, le projet de recherche mentionné, y compris les bénéfices prévus, les risques/inconvénients possibles, les coûts ou compensations liés à la participation à ce projet. Je déclare également qu'un document écrit contenant les informations destinées au participant concernant ce projet ainsi qu'une copie du consentement signé ont été remis au/à participant(e)/représentant(e) légal(e).

Date: ____/____/____

(signature du/de la chercheur(e))

Participant(e)/Représentant(e) légal(e):

Participant(e): _____ (nom complet)

(ou) Représentant(e) légale(e) _____ (nom complet)

Lien de parenté ou type de représentation: _____

Je déclare que :

- J'ai compris l'explication qui m'a été fournie par le/la chercheur(e) signataire de ce document concernant cette étude, notamment les objectifs, méthodes, bénéfices prévus, risques/inconvénients possibles, coûts ou compensations liés à ma participation.
- J'ai reçu le document écrit contenant les informations destinées au participant concernant l'étude.
- J'ai eu l'opportunité de demander toutes les informations nécessaires et j'ai obtenu des réponses satisfaisantes.
- J'autorise librement, spécifiquement et en toute connaissance de cause l'enregistrement audio de l'entretien, exclusivement pour cette recherche et pendant la durée strictement nécessaire à la réalisation de cet objectif.
- Il m'a été garanti la possibilité, à tout moment, de refuser ou d'abandonner cette étude, ainsi que de demander la suppression immédiate de toutes mes données collectées, sans aucune conséquence ni préjudice pour l'assistance qui m'est fournie.
- Ainsi, je déclare mon consentement libre et éclairé pour participer à l'étude, conformément aux explications qui m'ont été données et telles que mentionnées dans ce document.

Date: ____/____/____

(signature du/de la participant(e)/représentant(e) légal(e))



INSTITUTO SUPERIOR DE
SERVIÇO SOCIAL DO PORTO

Déclaration de consentement pour la captation et la diffusion de l'image personnelle sur support numérique (photo, son ou vidéo)

Je, _____, personne physique titulaire de données personnelles, déclare autoriser librement, spécifiquement et en toute connaissance de cause la captation, le traitement et la diffusion de mon image ainsi que des données personnelles qui y sont associées, aux fins de réalisation du travail académique de master intitulé « *Entre Cultures : L'expérience d'intégration des migrants dans la région du Cávado* », uniquement pour les objectifs mentionnés et pendant la durée strictement nécessaire à la réalisation de ces objectifs.

Je déclare expressément renoncer dès à présent à tout droit ou compensation pouvant éventuellement résulter de cette utilisation.

Pour valoir ce que de droit, cette déclaration sera signée par moi :

Date: ____/____/____

(signature du/de la participant(e))

Anexo 5. Grelha de análise de conteúdo das entrevistas

Grelha de análise de conteúdo das entrevistas aos Imigrantes

Objetivos	Tema/ Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo	Unidade de Contexto (entrevistado)
1. Analisar os percursos de imigração dos imigrantes em Portugal	Motivação	Estudo		
		Trabalho		
		Decisão Familiar		
		Melhores condições de vida/ oportunidades		
	Razões para escolha de Portugal	Família		
		Língua		
		Facilidade documental		
	Dificuldades iniciais	Documentação		
		Demora		
		Burocracia		
		Custos de viagem		

Objetivos	Tema/ Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo	Unidade de Contexto (entrevistado)
2. Analisar o processo de integração dos imigrantes na sociedade portuguesa, evidenciando fatores facilitadores e obstáculos	Obstáculos	Habitação		
		Trabalho		
		Língua		
		Saúde		
		Clima		
	Facilitadores	Família		
		Rede Social		
		Acolhimento		
	Perceção dos Serviços Públicos	Atendimento negativo		
		Burocracia		
		Xenofobia		
		Sobrecarga dos Serviços		
		Pagamento à escritórios de Advogados/ou empresas para ajudar nos processos		

Objetivos	Tema/ Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro	Unidade de Contexto (entrevistado)
3.Aprender os significados que os imigrantes atribuem às respostas existentes para o processo de integração e o papel dos profissionais de Serviço Social nesse processo	Redes de Apoio	ONGs/ IPSS		
		Profissionais		
		Iniciativas locais		
	Dificuldades atuais	Documentação		
		Inserção no mercado de trabalho/estágio		
		Medo de expulsão do país		
		Elevado custo de vida associado a baixos salários		
		Conciliação entre maternidade e trabalho		
	Perspetivas e Propostas de Melhoria Apresentadas pelos Imigrantes	Gestão e eficiência administrativa *Gestão dos processos *Necessidade de políticas mais claras *Reforço das plataformas e mecanismos de informação *Fortalecimento das estruturas de suporte e acolhimento		
		Recursos humanos e capacidade institucional *Combater falta de recursos e sobrecarga dos serviços *Investimento em pessoal e novas tecnologias		

		*Mais assistentes sociais nos serviços públicos		
		Políticas migratórias e regularização *Diminuir aperto das regras migratórias *Facilidade em ter documentação para trabalhar		
		Inserção socioeconómica *Acesso ao mercado de trabalho *Reconhecimento de grau estrangeiro *Acesso à habitação		
		Apoio social, educativo e psicológico *Acesso a apoio psicológico *Combate ao abandono escolar *Acompanhamento individualizado dos casos		

Objetivos	Tema/ Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro	Unidade de Contexto (entrevistado)
4. Analisar a intervenção realizada pelos profissionais de Serviço Social com vista à integração dos imigrantes	Papel do Assistente Social	Informação		
		Acompanhamento		
		Mediação		
		Encaminhamento		
5. Identificar as estratégias de aculturação privilegiadas na adaptação da pessoa imigrante no seu novo contexto	Gestão das Expectativas	Choque com a realidade		
	Percepção Acolhimento	Positivo		
		Negativo		
		Híbrido		
	Discriminação	Experiências Negativas		
		Sem Experiências		
	Aculturação	Integração		
		Separação		

Grelha de análise de conteúdo das entrevistas aos Assistentes Sociais

Objetivos	Tema/ Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo	Unidade de Contexto (entrevistado)
1.Analisar os percursos de imigração	Trajetórias	Perfis variados		
		Sem redes de apoio		
2.Analisar o processo de integração dos imigrantes e em particular na Região do Cávado	Obstáculos	Demora administrativa Documentação Emprego Habitação Língua Rede de apoio		
	Região do Cávado	Habitação Falta de respostas especializadas Desconhecimento dos direitos e serviços		

Objetivos	Tema/ Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo	Unidade de Contexto (entrevistado)
3. Analisar a intervenção realizada pelos profissionais de Serviço Social com vista à integração dos imigrantes	Papel do Assistente Social	Apoio Ajuda Orienta Acompanha Facilitador Mediador Facilitador Acesso a direitos Promotor de inclusão Capacitador		
	Intervenção	Estratégias		
	Constrangimentos e Desafios	Articulação entre serviços		
		Competência cultural		
		Ausência de preparação para a intervenção		
		Deficiência na formação académica geral		
		Falta de formação nas áreas de multiculturalidade e interculturalidade		

Objetivos	Tema/ Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo	Unidade de Contexto (entrevistado)
4. Identificar as estratégias de aculturação	Aculturação	Integração		
		Contacto com a comunidade local		
	Discriminação	Perceção profissional		
5. Repensar a Intervenção	Propostas	Simplificar legalização Reforçar serviços Aumentar recursos Habitação Acessível Respostas Específicas Processos mais rápidos Investimento em recursos humanos Formação especializada Políticas inclusivas na Habitação e Emprego		